



RELATÓRIO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

TRE-MS 2025

Desembargador Carlos Eduardo Contar
Presidente

Desembargador Sérgio Fernandes Martins
Vice-Presidente e Corregedor

Dr. Vitor Luis de Oliveira Guibo - Juiz de Direito
Dr. Fernando Nardon Nielsen - Juiz Federal
Dr Carlos Alberto Almeida de Oliveira Filho - Advogado
Dr. Márcio de Ávila Martins Filho - Advogado
Membros

Dr. Luiz Felipe Medeiros Vieira
Juiz-Auxiliar da Presidência

Dr. Olivar Augusto Roberti Coneglian
Juiz-Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria

Dr. Silvio Pettengil Neto
Procurador-Regional Eleitoral

Tatiana Quevedo de Souza Rodrigues
Diretora-Geral

COMISSÃO GESTORA DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DO TRE-MS

Alexandre Cícero Freire Gonçalves
Carmem Verônica Fanaia Miquilino
Luís Maciel Malves da Silva
Jorge Luiz Batista Antonio
Fabiana Ferreira Gazal
Fabiana Saliba Pereira Ramalho
Fabiane de Carvalho e Silva
Lener Ayala Costa
Nilce Helena de Souza Louzan
Maria Júlia de Arruda Mestieri
Shirley de Jesus Melo

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Consiste no paradigma de progresso que viabiliza o suprimento das demandas contemporâneas salvaguardando a resiliência dos sistemas para as gerações vindouras. Esta diretriz preconiza a convergência entre a prosperidade socioeconômica e o florescimento humano, condicionando o avanço civilizatório à gestão parcimoniosa do capital natural. Através da preservação da biosfera, busca-se um equilíbrio perene entre a expansão das capacidades produtivas e a integridade dos ecossistemas globais.

SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade consiste em assegurar a continuidade sistêmica e a proteção dos capitais social e ambiental como estratégia de longo prazo. Seu objetivo é garantir à posteridade um cenário de recursos e estabilidade equivalente à integridade do ecossistema atual.

O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL é o desafio de garantir que ninguém passe privações nas necessidades básicas da vida — como alimentação, saúde e moradia — ao mesmo tempo em que garantimos que não ultrapassaremos os limites ecológicos críticos da Terra, como as mudanças climáticas e a perda de biodiversidade. Trata-se de prosperar em um espaço socialmente justo e ecologicamente seguro para a humanidade

Kate Raworth (2017).

SUMÁRIO

06	Introdução	52	Veículos
08	Papel	57	Combustível
12	Copo Descartável	59	Serviços Administrativos (material gráfico)
14	Água envasada	61	Compras Sustentáveis
16	Impressão	63	Qualidade de Vida no Trabalho
19	Energia	67	Capacitações Sustentáveis
23	Água e Esgoto	69	Equidade
27	Gestão de Resíduos	71	Programa Justiça Carbono Zero
39	Reformas e Obras	<u>84</u>	Análise de Desempenho
43	Limpeza		
46	Vigilância		
49	Telefonia		

INTRODUÇÃO

O Relatório de Desempenho destina-se ao monitoramento dos indicadores socioambientais estabelecidos no Plano de Logística Sustentável (PLS) deste Regional, referente ao ciclo 2021-2026. A análise aqui empreendida recai sobre a 2ª edição do referido Plano, cujos indicadores e eixos temáticos balizam as estratégias de governança, assegurando a transparência dos resultados e o aprimoramento contínuo das operações e da gestão de recursos no âmbito do TRE-MS.

A transição para o ciclo de 2025 consolida o amadurecimento da gestão ambiental no TRE-MS. Com base no histórico de desempenho do PLS original, a Comissão Gestora e o Núcleo Socioambiental promoveram uma revisão estrutural, materializada na Resolução n. 847/2024. Essa atualização não foi meramente administrativa, mas uma calibração técnica necessária para alinhar o órgão às metas de descarbonização e eficiência de recursos.

As principais intervenções focaram no refinamento da matriz de indicadores:

- Ajuste de Métricas: Revisamos as fórmulas de cálculo para eliminar distorções e garantir que o dado reportado reflita o consumo real.
- Metas Exequíveis: Substituímos objetivos inexecutáveis por metas baseadas em evidências, corrigindo projeções superestimadas que não conversavam com a infraestrutura disponível.
- Padronização Terminológica: Unificamos as nomenclaturas para facilitar a interoperabilidade de dados entre as unidades e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A integração desses novos indicadores permite uma análise preditiva mais assertiva. Não estamos apenas medindo o passado, mas utilizando os dados para mitigar riscos e otimizar custos operacionais. O foco agora se desloca para que evolua para o monitoramento em tempo real e o cumprimento rigoroso das metas globais de sustentabilidade (ODS's), garantindo conformidade legal e vanguarda na administração pública.

No exercício de 2025, o sistema de indicadores do TRE-MS demonstrou alta performance, com 80% de aderência às metas estabelecidas (atingimento em 28 indicadores). Os 6 indicadores remanescentes, que não alcançaram os índices projetados, encontram-se sob análise de criticidade para identificação de gargalos e recalibragem de rotas. A evolução histórica detalhada deste ciclo (2021-2026) permite uma visão clara da curva de maturidade socioambiental do Tribunal.

O período foi marcado pela consolidação da cultura de redução de passivos ambientais. Focamos na eliminação de resíduos na fonte, otimizando o consumo de insumos críticos:

- Desmaterialização: Refinamento das políticas de redução de papel e descartáveis (copos e garrafas plásticas), reduzindo custos logísticos e o impacto na cadeia de resíduos.
- Mobilidade e Infraestrutura: Avançamos significativamente na gestão da frota e no controle de impressões, cujas externalidades positivas e ganhos de escala serão plenamente mensurados no consolidado de 2025.

A agenda técnica para o próximo exercício prioriza a atualização de dois pilares fundamentais para a governança ambiental moderna:

1. Revisão do PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos): Focaremos na transição para um modelo de economia circular, priorizando a logística reversa e a rastreabilidade total dos resíduos gerados.
2. Plano de Descarbonização (Net Zero): Estamos estruturando o inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE) para estabelecer metas baseadas na ciência. O objetivo é a neutralização da pegada de carbono institucional, integrando eficiência energética e fontes renováveis à nossa matriz de consumo.

O aumento significativo do consumo de água e energia ainda consta como significativo, seja como consequência de um período de excepcional seca ou problemas críticos com vazamentos de difícil identificação. Para tentar sanar tal deficiência foram propostas ações como o Plano de Gestão de Recursos Hídricos (PGHI), monitoramento mensal do consumo de água em todos os prédios, afim de detectar vazamentos precoces e outros problemas.

No que diz respeito aos indicadores de gestão de custos, é fundamental considerar as pressões decorrentes de mais um período inflacionário, fator que desafiou o cumprimento das metas estabelecidas.

Mesmo com os esforços educativos realizados em 2025, a hesitação de parte do corpo funcional em aderir a hábitos sustentáveis continua sendo um obstáculo. Isso reforça a necessidade de ações persistentes de engajamento, indo além de intervenções pontuais, o que demanda novas ações a serem desenvolvidas para alcançar/minimizar o problema.

A presente exposição contempla a análise das iniciativas estratégicas vinculadas aos indicadores de desempenho, o que ratifica o compromisso inarredável deste Regional com os preceitos da sustentabilidade. Não obstante os óbices inerentes à implementação de aperfeiçoamentos estruturais, a CGPLS continua identificando nos resultados obtidos em 2025 o êxito de medidas envidadas em exercícios pretéritos, cujos reflexos positivos demonstram a maturação das políticas institucionais e a eficácia do planejamento de longo prazo

Embora os indicadores internos de eficiência do TRE-MS demonstrem evolução, o IDS/CNJ apresenta limitações metodológicas que não refletem integralmente as particularidades da nossa operação regional. Diante disso, o planejamento para os próximos anos prioriza o pragmatismo técnico:

- Foco em Resultados Reais: Alocação de recursos em ações de alto impacto e retorno (ROI) socioambiental, superando a conformidade meramente burocrática.
- Viabilidade Operacional: Adaptação das soluções à logística e ao clima de Mato Grosso do Sul.
- Governança ESG: Uso do diagnóstico de 2025 para calibrar as metas de 2026, consolidando um sistema de gestão resiliente e focado em melhoria contínua.

DADOS PARA CÁLCULO DE ALGUNS INDICADORES DO PLS:

- **Força de Trabalho 2025: 727 pessoas**
443 (servidores efetivos e requisitados)
71 (estagiários)
156 (terceirizados)
57 (magistrados)
- **Área total:** 54.756 m²

LEGENDA PARA ANÁLISE DO ALCANCE DAS METAS ANUAIS



meta atingida



meta não atingida

1. Índice de racionalização de consumo de papel

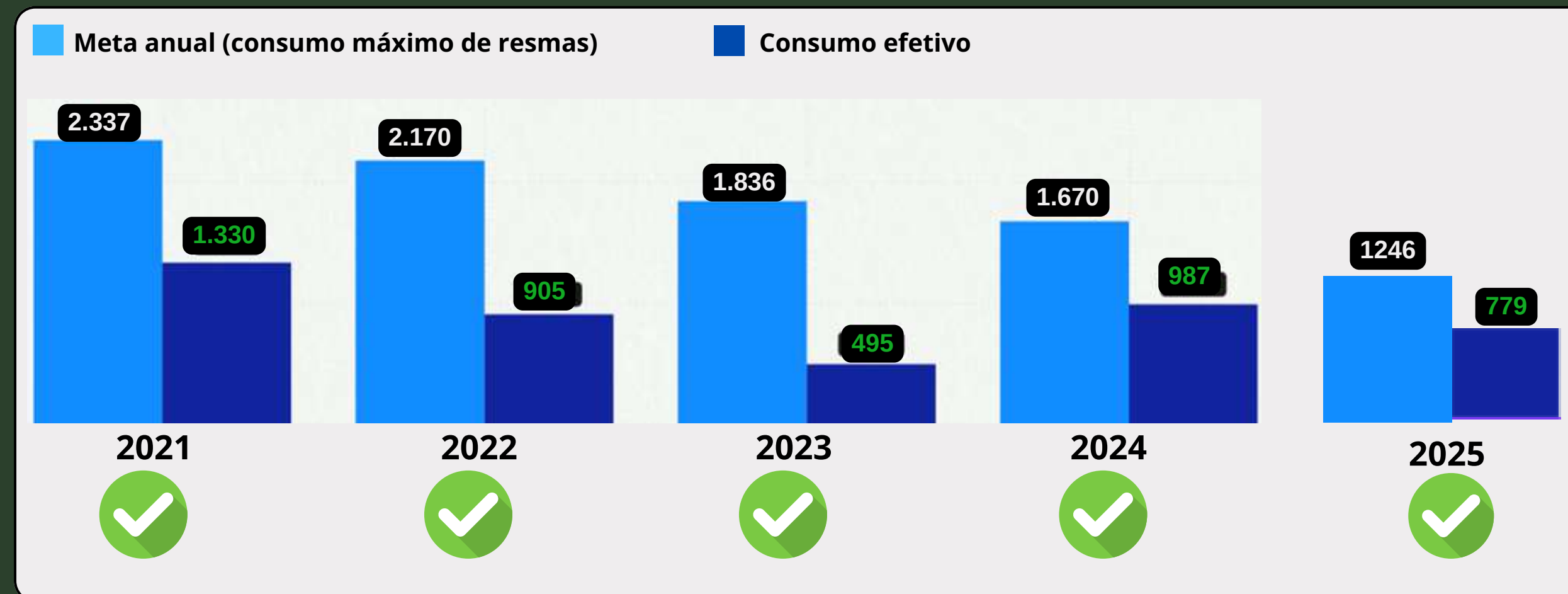
Unidade Gestora: Seção de Gestão de Ativos (SGA)

META GERAL:

Reduzir em 70% o consumo de resmas de papel até 2026, em relação ao ano de 2020.

Ao analisar o histórico do ciclo vigente, observa-se que este Regional mantém uma média de redução de 53,83% em relação aos limites máximos de consumo estabelecidos no PLS. Tal indicador reflete a consistência das políticas de racionalização, uma vez que, em todos os exercícios analisados, o consumo efetivo permaneceu substancialmente abaixo das metas anuais, consolidando uma cultura de eficiência no uso de recursos materiais

METAS E RESULTADOS ANUAIS



1.1. Boletim Socioambiental

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/01/2022	ATÉ FIM DO CICLO 2021-2026	ETAPA 1: CRIAÇÃO DE IDENTIDADE VISUAL DO BOLETIM ETAPA 2: DEFINIÇÃO DA FREQUÊNCIA E FORMA DE DIVULGAÇÃO ETAPA 3: DESENVOLVIMENTO DE TEXTOS E CONTEÚDOS	ação finalizada ação contínua

Boletim Socioambiental

vol. 23

Microplásticos no Cérebro: Descoberta Inédita Revela Novo Risco do Uso de Plástico



Uma recente pesquisa brasileira fez uma descoberta alarmante: microplásticos, pequenas partículas de plástico que circulam pelo ambiente, foram encontrados pela primeira vez no cérebro humano. Conduzido por cientistas da Universidade de São Paulo (USP), em colaboração com instituições internacionais, o estudo analisou cérebros de 15 pessoas falecidas e revelou a presença de resíduos plásticos em mais da metade deles. Essa descoberta coloca em evidência um novo e inquietante risco à saúde associado ao uso desenfreado de plástico no cotidiano.

Os microplásticos já foram detectados em diversas partes do corpo humano, como pulmões e até mesmo no coração, mas encontrar essas partículas no cérebro foi uma surpresa preocupante. O material mais comum encontrado foi o polipropileno, amplamente utilizado em embalagens de alimentos, roupas e garrafas plásticas, o que indica que estamos expostos a esses resíduos constantemente, mesmo sem nos darmos conta.



Você está comendo um cartão de crédito por semana, você sabia?



A principal hipótese dos pesquisadores é que os microplásticos chegam ao cérebro por meio da respiração. Essas partículas foram encontradas no bulbo olfatório, uma região do cérebro responsável por processar cheiros, onde há pequenos canais que conectam diretamente o ambiente externo ao cérebro. O fato de os resíduos terem conseguido ultrapassar essa barreira reforça a ideia de que nenhuma parte do corpo está completamente protegida da contaminação por plástico.

Boletim Socioambiental

vol. 26

14º Drive Thru da Reciclagem será realizado em março nos Altos da Afonso Pena



Nos dias 20, 21 e 22 de março de 2025, o projeto Du'Bem promoverá o 14º Drive Thru da Reciclagem, uma iniciativa voltada à sustentabilidade e ao descarte correto de resíduos eletroeletrônicos. O evento acontecerá das 9h às 18h, nos Altos da Afonso Pena, próximo ao Bioparque.

A ação convida a população a levar itens como televisores, celulares, computadores e equipamentos de som para reciclagem. O objetivo é fomentar a educação ambiental e reforçar o compromisso com o conceito de lixo zero. Além disso, a atividade integra práticas sustentáveis, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Para mais informações, os interessados podem acessar as redes sociais do evento: @dubem_sustentavel e @drivethrudareciclagem.

La Nina deve ter curta duração e fase neutra pode retornar já a partir de março



O fenômeno climático La Niña, iniciado em dezembro de 2024, é considerado fraco e de curta duração, com a previsão de retornar a condições neutras entre março e maio, de acordo com a Organização Meteorológica Mundial (OMM). O La Niña causa resfriamento no Oceano Pacífico Equatorial, afetando o clima global. Para o Brasil, seus efeitos incluem aumento de chuvas no Norte e Nordeste, tempo seco no Centro-Sul e maior variação térmica devido ao ingresso de massas de ar frio. Embora o La Niña seja fraco, já é possível observar temporais com granizo em algumas regiões, como São Paulo. Além disso, mudanças climáticas induzidas pelo homem têm sido a

Criado em 2023, o Boletim Socioambiental configura-se como um periódico mensal dedicado à monitoração e exposição analítica dos indicadores de consumo do TRE-MS. Além de reportar o desempenho institucional, a publicação atua como um vetor de sensibilização, difundindo ações implementadas e promovendo o debate sobre temas emergentes da agenda socioambiental global. O boletim é operacionalizado por meio de canais internos de comunicação e da intranet, de encaminhamento mensal, assegurando que o ecossistema de dados coletados e os temas transversais de sustentabilidade sejam acessíveis à totalidade da força de trabalho.

Como ferramenta de transparência ativa, o periódico desempenha uma função catalisadora, permeando os demais indicadores do Plano de Logística Sustentável (PLS) ao sistematizar a circulação da informação. Sua relevância estratégica reside na capacidade de converter dados complexos em insumos para a conscientização e o engajamento do capital humano. Dessa forma, o B.S. consolida a cultura de sustentabilidade e transparência, garantindo que o alcance dos objetivos institucionais ocorra de maneira sinérgica e rigorosamente alinhada aos preceitos da governança pública contemporânea.

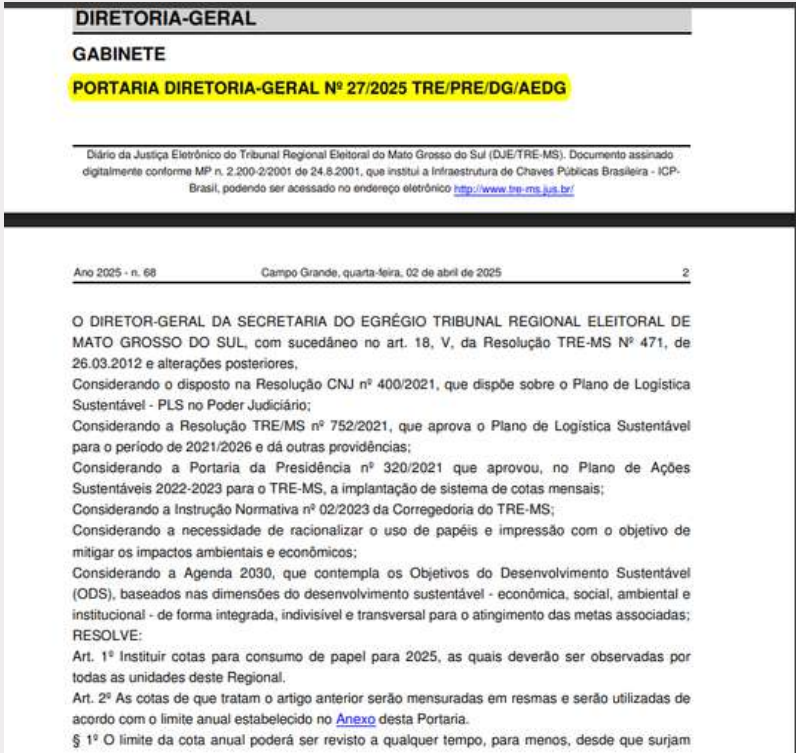
DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO INDICADOR

1.2. Instituição de cotas de consumo de papel

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/01/2022	AÇÃO CONTÍNUA (COTAS DIFERENTES EM ANOS ELEITORAIS)	ETAPA 1: BENCHMARKING E DIAGNÓSTICO DE MODELOS SUSTENTÁVEIS - METODOLOGIAS E MODELOS PARA FLUXO DE REQUISIÇÃO E LOGÍSTICA, PRIORIZANDO ECOEFICIÊNCIA E REDUÇÃO DE DISPERDÍCIOS	
		ETAPA 2: ANÁLISE GRANULAR DO CONSUMO POR UNIDADE ORGANIZACIONAL - REALIZAÇÃO DE LEVANTAMENTO DO CONSUMO DE RESMAS ESTRATIFICADO POR UNIDADE PARA MONITORAMENTO.	
		ETAPA 3: MAPEAMENTO DAS DEMANDAS E NECESSIDADES OPERACIONAIS - IDENTIFICAÇÃO E VALIDAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS INSUMOS, GARANTINDO O SUPORTE NECESSÁRIO PARA AS OPERAÇÕES INSTITUCIONAIS	
		ETAPA 4: ESTABELECIMENTO DE PARÂMETROS QUANTITATIVOS E COTAS MENSAIS COM BASE NO HISTÓRICO E METAS DE REDUÇÃO PROGRESSIVA	
		ETAPA 5: GOVERNANÇA DO FLUXO LOGÍSTICO E MONITORAMENTO DAS DEMANDAS - ASSEGURANDO A MELHORA DO DESEMPENHO DO INDICADOR E AS CONFIRMIDADES COM AS DIRETRIZES SUSTENTÁVEIS	
		ETAPA 6: IMPLEMENTAÇÃO DE ILHAS DE IMPRESSÃO NA SEDE E DEMAIS PRÉDIOS PERTENCENTES AO TRE-MS - ONDE A INSERÇÃO DE MATRÍCULA PARA A IMPRESSÃO PASSOU A SER OBRIGATÓRIA.	

A instituição de cotas mensais por cartórios e unidades deste TRE-MS é uma estratégia adotada desde 2022, e atualizada anualmente, através de Portaria emanada da Direção Geral - Portaria 27/2025. O controle de pedidos de resmas por unidade possibilitou o acompanhamento de consumo por unidade e/ou cartório eleitoral,

Implementou-se a ilha de impressão em todos os prédios deste Justiça Especializada, através do sistema de contratação outsourcing, o que auxiliou a diminuição do uso de resmas e maior controle administrativo, funcionando com a inserção da matrícula do servidor/colaborador, informando de imediato a unidade a qual a impressão pertence. Ainda em estudo forma de controle onde será bloqueado a impressão quando a cota permitida pela portaria for atingida pela unidade.



1.3. Monitoramento das Impressões

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/05/2024	01/05/2025	ETAPA 1: DESENVOLVER PAINEL DE BI QUE APRESENTE QUANTIDADE DE IMPRESSÕES REALIZADA POR EQUIPAMENTO E UNIDADE DE TRABALHO ETAPA 2: TESTE E AVALIAÇÃO DO PAINEL ETAPA 3: PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PAINEL	

Ainda não foi possível, mas estudos ainda estão sendo direcionados para a elaboração funcionamento de painel de BI para apresentação de quantidade de impressões por equipamento.

1.4. Gestão em Ilhas de impressões

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/05/2024	01/05/2025	ETAPA 1: DESENVOLVER PAINEL DE BI QUE APRESENTA A QTDE DE IMPRESSÕES REALIZADAS POR EQUIPAMENTO E UNIDADE DE TRABALHO/CARTÓRIO ELEITORAL ETAPA 2: TESTE E AVALIAÇÃO DO PAINEL ETAPA 3: PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PAINEL.	

Em 2025 a nova contratação de serviços de outsourcing trouxe novas perspectivas e resultados, atendendo a demanda de um monitoramento mais eficiente, com gestão de impressão por ilhas, impressões realizadas com cartões de identificação/matricula do usuário, identificando a unidade e servidor.

Copos Descartáveis

2. Índice de racionalização de consumo de copos descartáveis

Unidade Gestora: Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA)

META GERAL:

Reduzir em 100% o consumo de copos descartáveis até 2026, em relação ao ano de 2020.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Meta anual (consumo máximo de copos, em centos) Consumo efetivo



A meta institucional de erradicar integralmente o consumo de copos plásticos descartáveis foi alcançada no exercício de 2022, permanecendo inalterada nos períodos subsequentes. O êxito dessa medida decorre, primordialmente, da eficácia da Portaria DG nº 49/2022, que suspendeu o fornecimento de descartáveis no âmbito deste Regional, sendo complementada por ações de sensibilização, como a distribuição de canecas reutilizáveis personalizadas ao corpo funcional.

No exercício de 2024, conquanto tenha havido a proposição de aquisição de recipientes biodegradáveis para o pleito eleitoral, via processo administrativo no sistema SEI, a referida contratação não se materializou. Por conseguinte, restou ratificada a diretriz da supramencionada Portaria, mantendo-se o índice de consumo em 0%, observando uma redução consolidada de 100%. Tal resultado reitera o compromisso desta Corte com o princípio constitucional do meio ambiente ecologicamente equilibrado e com a eficiência na gestão de resíduos sólidos.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO INDICADOR

[voltar](#)

2.1 Orientação aos grupo funcional para levarem seus copos reutilizáveis



O TRE-MS também possuiu orientações sustentáveis na sua plataforma de capacitação para novos servidores, estagiários e terceirizados, tendo o propósito de sensibiliza a futurar força de trabalho do TRE-MS quanto ao posicionamento sustentável adotado pelo órgão.

Esta é uma ação contínua e perene, tendo em vista a movimentação interna de servidores requisitados, terceirizados e estagiários, requerendo uma dinâmica atual de atualização e orientação concisa realizada pela CGPLS e NSA

Água Envasada

[voltar](#)

3. Índice de racionalização de consumo de água envasada, embalagens descartáveis

Unidade Gestora: Seção de Serviços Administrativos (SSA)

META GERAL:

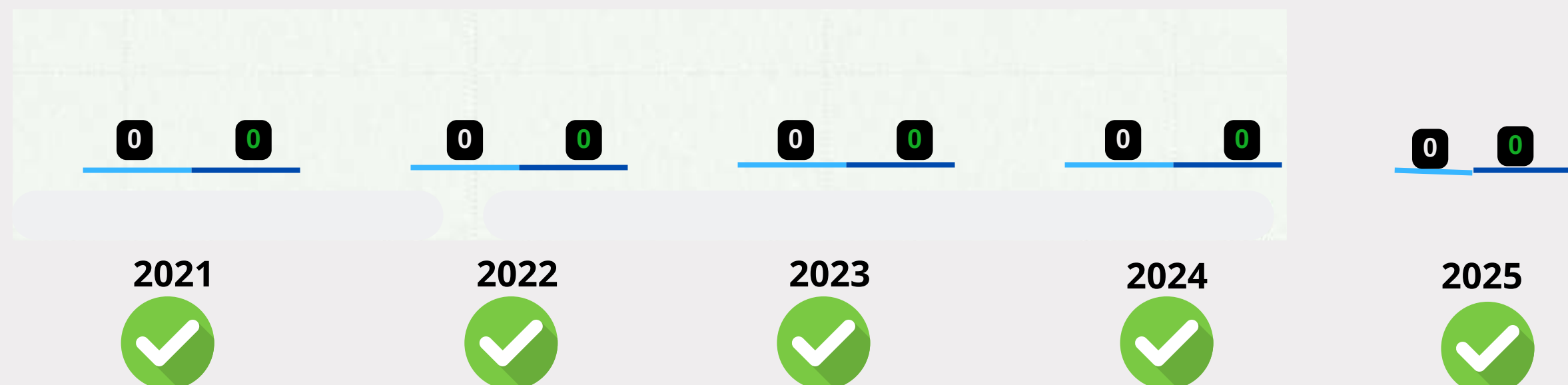
Manter o consumo zero de água envasada em embalagem plástica descartável.

As metas anuais de sustentabilidade permanecem sendo integralmente atingidas, fundamentadas, primordialmente, na estratégia de aquisição de água potável em recipientes retornáveis. Ademais, o fornecimento de água ao público externo e visitantes é operacionalizado mediante o uso de jarros de vidro reutilizáveis, medida que reforça a diretriz institucional de eliminação de resíduos plásticos e otimização do ciclo de vida dos materiais no âmbito do TRE-MS.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



- Meta anual (não consumir água envasada em recipiente plástico descartável)
- Consumo efetivo



DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO INDICADOR

3.1. Não adquirir água envasada em embalagens plásticas descartáveis

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/01/2022	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: COMUNICAR ÀS UNIDADES DO TRE/MS A INDISPONIBILIDADE DE AQUISIÇÃO DO ITEM. ETAPA 2: AVALIAR EVENTUAIS DEMANDAS FUTURAS E PROPOR SOLUÇÃO ALTERNATIVA PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA.	 

Este Regional ratifica a diretriz estratégica de abstenção quanto à aquisição de água potável em embalagens plásticas descartáveis, priorizando, exclusivamente, a utilização de recipientes retornáveis. Tal política institucional, que se manteve inalterada no exercício de 2024, constitui o fundamento do desempenho positivo observado no referido indicador, alinhando a gestão de suprimentos aos objetivos de redução de passivo ambiental.

3.2. Substituir as águas envasadas por filtros

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/01/2025	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: ANALISAR AS VANTAGENS E DESVANTAGENS DA SUBSTITUIÇÃO ETAPA 2: LEVANTAMENTO DA QTDE DE LITROS NECESSÁRIOS (CARTÓRIOS E CAPITAL) ETAPA 3: ANALISAR LOCAIS VIÁVEIS PARA SUBSTITUIÇÃO. ETAPA 4: APRESENTAR PROJETOS E PRAZOS PARA INSTALAÇÃO DOS FILTROS, SE FOR O CASO. ETAPA 5: INICIAR PROCESSO DE LICITAÇÃO, SE FOR O CASO.	

Projeto em fase de análise econômica e viabilidade estrutural, conforme descrição da Etapa 01

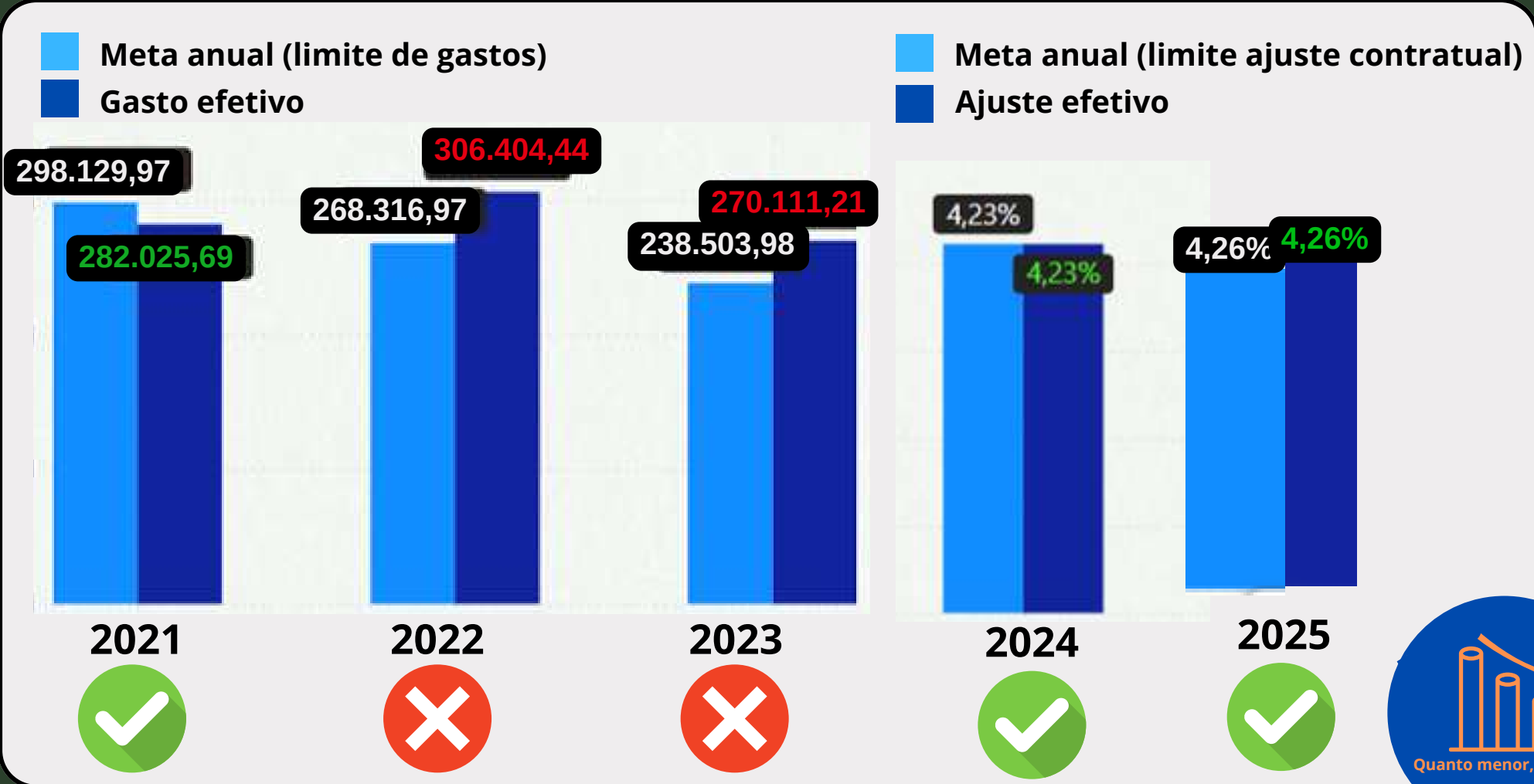
4. Índice de racionalização de gastos de serviços de outsourcing de impressão

Unidade Gestora: Seção de Gestão de Ativos de TI (SGA)

META GERAL:

Não exceder a franquia com serviços de outsourcing.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.



Historicamente, observou-se que a redução no volume de impressões não resultou em um decréscimo proporcional nos custos fixos, dada a necessidade de preservar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos vigentes, sendo o período fundamental para o diagnóstico do perfil de consumo das unidades da Sede e dos Cartórios. Esse mapeamento serviu como base técnica para a modernização estrutural que implementamos agora.

Em 2025, o contrato passou por uma reformulação profunda na gestão, o que acarretou uma nova configuração, modificando os insumos monetários investidos. Esse ajuste não é apenas financeiro, mas reflete a introdução de tecnologias de ponta que transformaram o monitoramento e a segurança do parque gráfico:

- Identificação e Retenção (Pull Printing): A implementação de leitores de RFID e autenticação via crachá ou matrícula garante que os documentos sejam liberados apenas na presença do solicitante, eliminando o desperdício de impressões não retiradas.
- Gestão Analítica: A adoção de um novo software de gerenciamento permite um controle granular e em tempo real de cada transação de impressão.
- Eficiência de Hardware: A substituição por modelos de última geração elevou a capacidade produtiva e a eficiência energética do Tribunal.

A partir de 2024, a meta estratégica foi revisada com foco no controle da franquia contratual, visando evitar excedentes onerosos. É importante destacar que, embora a migração para ilhas de impressão e o reforço no monitoramento possam elevar os custos operacionais imediatos, o ganho em governança, sustentabilidade e controle de consumo representa um retorno superior e necessário para a eficiência deste Tribunal.

5. Índice de racionalização de equipamentos de impressão (locados e próprios) *

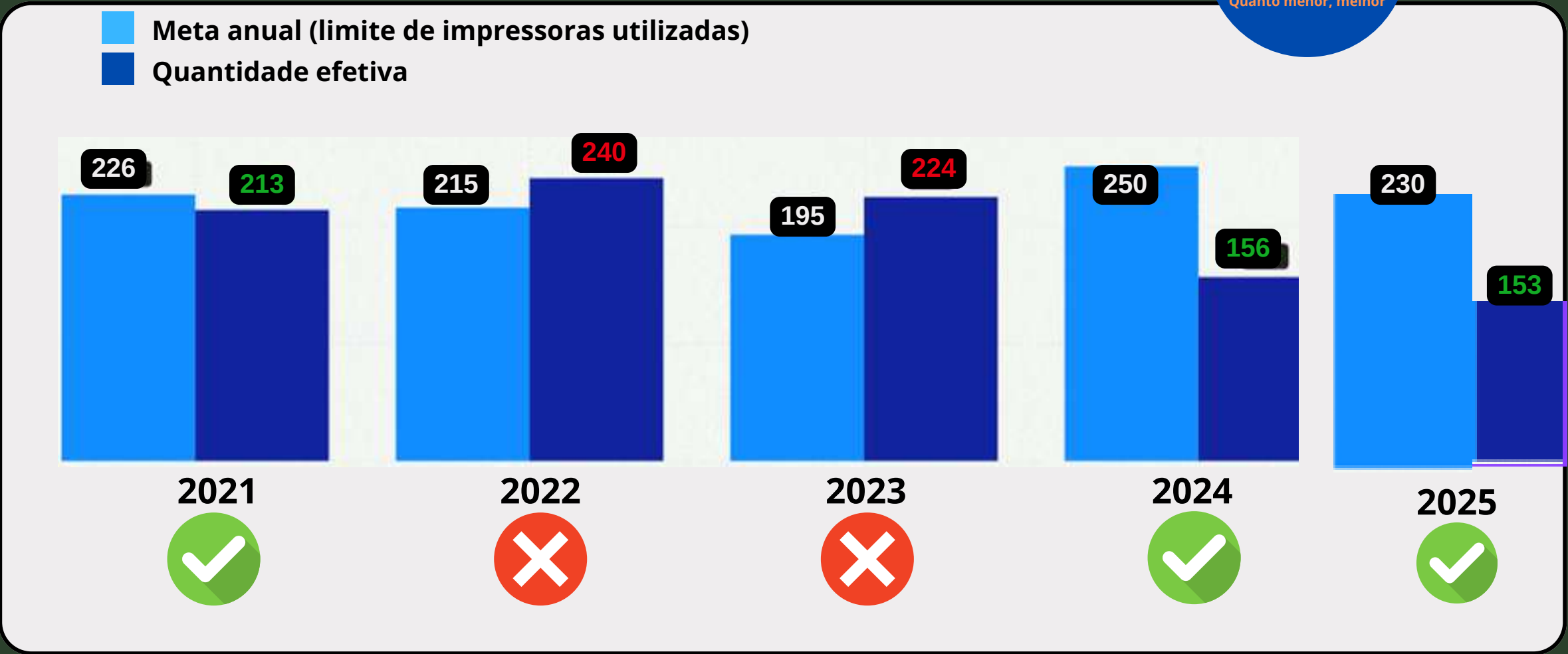
Unidade Gestora: Seção de Gestão de Ativos de TI (SGA)

META GERAL:

Limitar a quantidade de impressoras em:

- 250 impressoras em **anos eleitorais**; e
- 230 impressoras em **anos não eleitorais**.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



No primeiro trimestre de 2024, durante o ciclo de revisão do Plano de Logística Sustentável (PLS), identificou-se uma demanda incremental por ativos de impressão, decorrente da expansão dos Postos de Atendimento ao Eleitor (PAEs) e da implementação dos Pontos de Inclusão Digital (PIDs). Tal cenário ensejou a retificação das metas para o exercício de 2024 e subsequentes, a fim de adequá-las à nova realidade institucional.

Ao encerramento do exercício, mediante diretriz técnica voltada à otimização de recursos, a Secretaria de Tecnologia da Informação (STI) e o Núcleo de Gestão Socioambiental (NSA) promoveram a reorganização do parque tecnológico da Sede por meio da implementação de ilhas de impressão. Esta intervenção estratégica viabilizou a desativação de aproximadamente 87 equipamentos, resultando em uma redução de 33,47% no inventário. A iniciativa foi determinante para o cumprimento da meta anual, revertendo um histórico de dois anos de desconformidade com os patamares estabelecidos

* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

5.1. Monitoramento das impressões

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/09/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: DESENVOLVER PAINEL DE BI QUE APRESENTA A QTDE DE IMPRESSÕES REALIZADAS POR EQUIPAMENTO E UNIDADE DE TRABALHO/CARTÓRIO ELEITORAL ETAPA 2: TESTE E AVALIAÇÃO DO PAINEL ETAPA 3: PUBLICAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PAINEL.	

Em 2025 a nova contratação de serviços de outsourcing trouxe novas perspectivas e resultados, atendendo a demanda de um monitoramento mais eficiente, com gestão de impressão por ilhas, impressões realizadas com cartões de identificação/matricula do usuário, identificando a unidade e servidor.

Implementou-se a ilha de impressão em todos os prédios deste Justiça Especializada, através do sistema de contratação outsourcing, o que auxiliou a diminuição do uso de resmas e maior controle administrativo, funcionando com a inserção da matrícula do servidor/colaborador, informando de imediato a unidade a qual a impressão pertence.

Ainda em estudo forma de controle onde será bloqueado a impressão quando a cota permitida pela portaria for atingida pela unidade.

5.2. Viabilidade de implantação de ilhas de impressão

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
15/01/2025	20/12/2025	TAPA 1: TABELAR QTDE DE IMPRESSORAS/SALA/SECRETARIA/SERVIDORES ETAPA 2: AVALIAR NECESSIDADE DE IMPRESSORAS ETAPA 3: CONSCIENTIZAR SERVIDORES SOBRE IMPLEMENTAÇÃO DE ILHAS DE IMPRESSÃO, SE EVENTUALMENTE APROVADO E NECESSÁRIO.	

Com base em estudos de viabilidade conduzidos em 2024, consolidamos as Etapas 1 e 2 do projeto de otimização do parque de impressão. A iniciativa resultou na retirada de 87 equipamentos de secretarias e cartórios, substituindo o modelo individual pelo sistema de ilhas de impressão coletiva. Em 2025, a implementação do novo contrato de outsourcing introduziu tecnologias de vanguarda, como a liberação de impressões via crachá ou matrícula (pull printing). Essas inovações, aliadas ao novo software de gestão, garantiram maior controle de custos, segurança da informação e uma redução significativa no desperdício de insumos

Energia Elétrica

6. Índice de racionalização de consumo de energia elétrica por m2 *

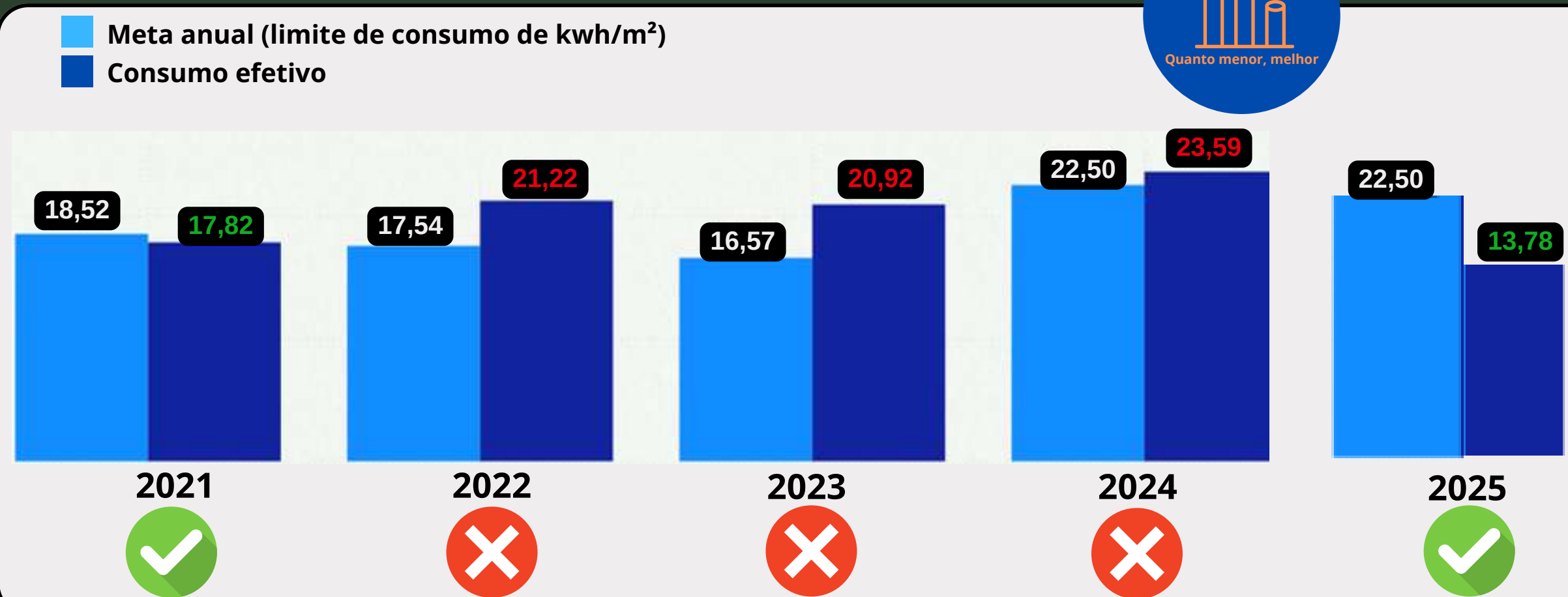
Unidade Gestora: Coordenadoria de Engenharia (COENG)

META GERAL:

Limitar o consumo de energia elétrica em 22,5 kwh/m².

METAS E RESULTADOS ANUAIS

Meta anual (limite de consumo de kwh/m²)
Consumo efetivo



- No que tange aos indicadores de desempenho ambiental, o TRE-MS registrou uma marca significativa no consumo de energia elétrica. Enquanto a meta estabelecida para o período era de 22,5 kWh, a instituição logrou atingir o índice de 13,78 kWh. Este resultado é fruto de uma gestão rigorosa de ativos e da implementação de medidas de eficiência energética, que incluem a modernização da infraestrutura, a otimização do uso de climatização e a contínua conscientização do corpo funcional. Tal performance reitera o compromisso deste Tribunal com as diretrizes da Resolução 400/2021 do CNJ, consolidando a transição para um modelo operacional de baixo impacto ambiental e elevada eficiência administrativa.

* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

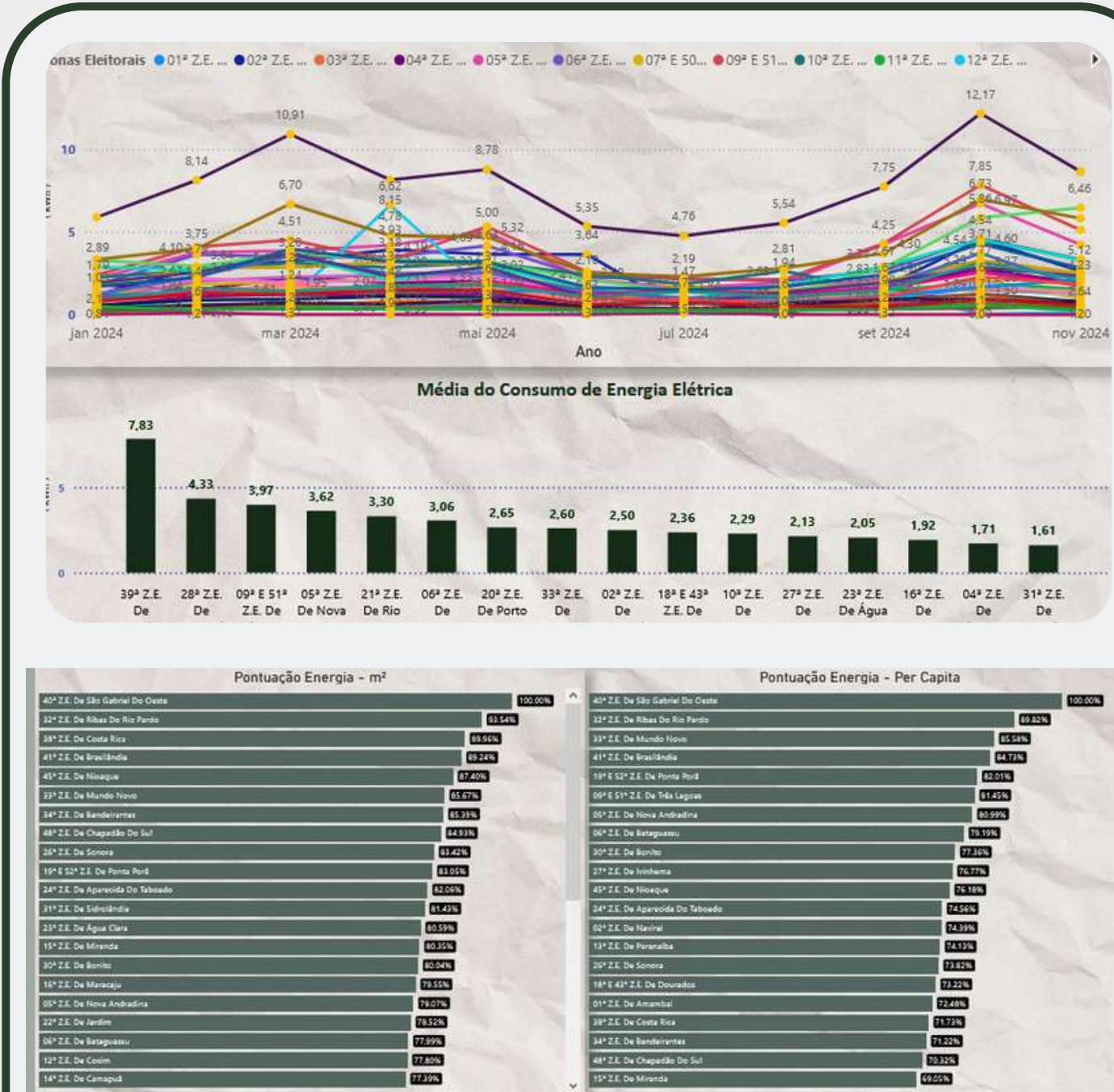
[voltar](#)

6.1. Monitoramento e divulgação do consumo de energia por prédio

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/01/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA ÚNICA1: DIVULGAR NO BOLETIM MENSAL O CONSUMO DO ÓRGÃO E DA UNIDADE/PRÉDIO	ação finalizada ação contínua

Desde o segundo semestre de 2023, o monitoramento do gasto energético de edifícios e cartórios eleitorais foi sistematizado por meio de dashboards de Business Intelligence (BI). Essa ferramenta viabiliza a análise comparativa (benchmarking) do consumo entre unidades de tipologias similares.

Embora a medida ainda não gere, de forma autônoma, a redução direta da demanda energética, ela constitui um instrumento fundamental de sensibilização institucional. Além disso, o histórico de dados gerado provê o subsídio técnico necessário para fundamentar decisões estratégicas e intervenções pontuais de eficiência energética.



6.2 Monitoramento contínuo das luzes e equipamentos elétricos ligados

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/10/2022	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA ÚNICA: ORDEM DE SERVIÇO AOS VIGILANTES ORIENTANDO A OBRIGATORIEDADE DE SE MONITORAR TODAS AS INSTALAÇÕES PERTENCENTES AO TRE.	 

Vigente desde 2022, o protocolo de monitoramento preventivo é operacionalizado em ciclo diário pelo efetivo da contratada de segurança patrimonial, sob a governança técnica da Assessoria Militar e de Segurança Institucional (AMSI). Esta diretriz de ronda operacional tem apresentado alta performance na mitigação de passivos energéticos, assegurando a desenergização de ativos e o seccionamento de cargas não críticas — com ênfase em sistemas de climatização (HVAC) e unidades de processamento de dados — imediatamente após o período de vacância das instalações. Tal diligência técnica não apenas viabiliza a otimização da eficiência energética, como também atua na prevenção de riscos de sinistros e sobrecargas na rede elétrica predial

6.3 Instalação de novas usinas e ampliação das existentes

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/12/2021	30/05/2025	ETAPA 1: AQUISIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	
		ETAPA 2: ELABORAÇÃO DOS PROJETOS EXECUTIVOS	
		ETAPA 3: INSTALAÇÃO OU AMPLIAÇÃO DAS USINAS	

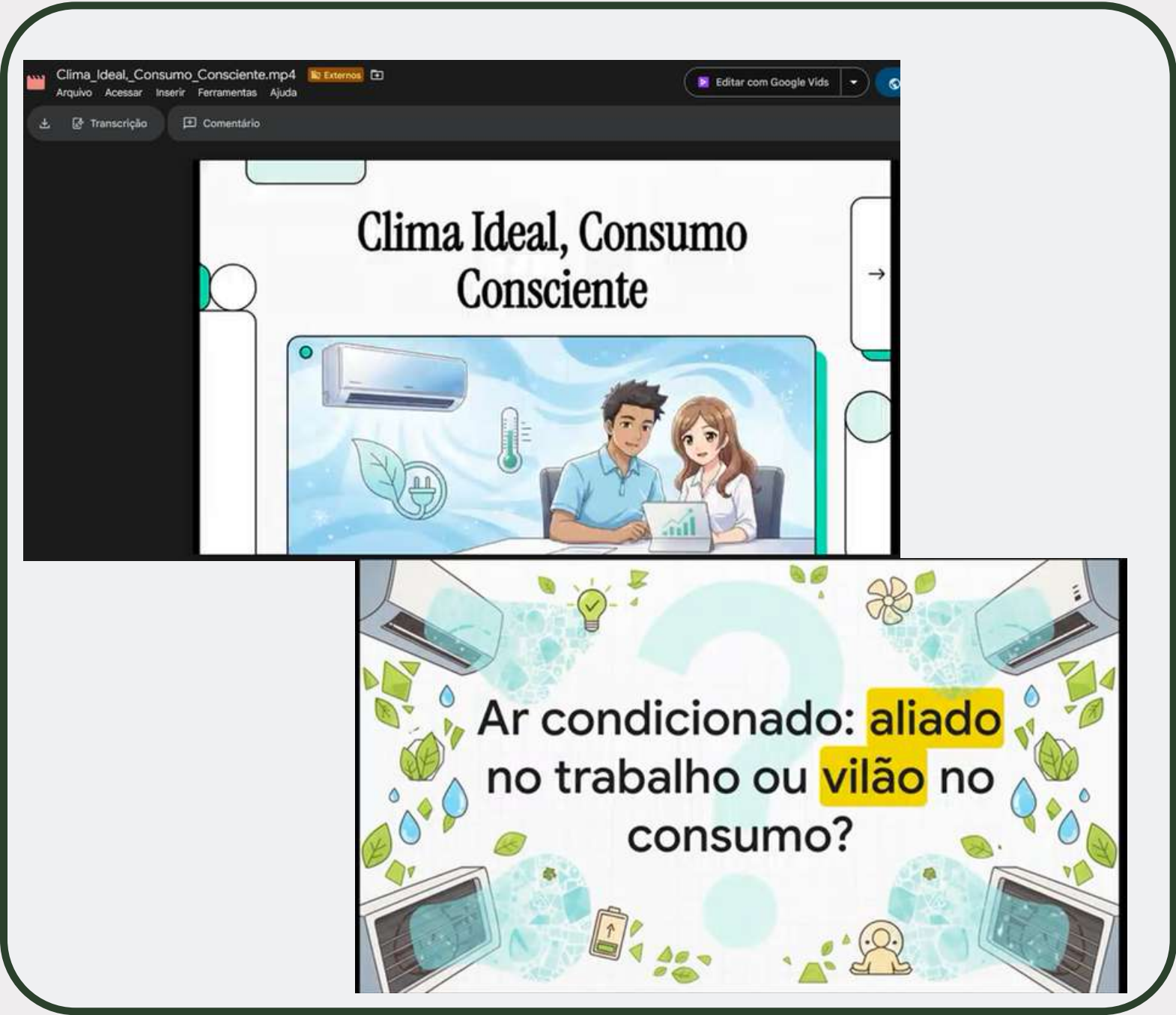
O TRE-MS formalizou a aquisição de sistemas de microgeração distribuída — compreendendo módulos fotovoltaicos, inversores de alta eficiência e cabeamento estruturado — mediante contrato de prestação de serviços de instalação para a expansão do seu parque gerador. A iniciativa abrangeu sete unidades de cartórios eleitorais, com uma capacidade instalada projetada para gerar **49.000 kWh/mês** de energia proveniente de fonte renovável.

O cronograma de execução teve início em 2024, prevendo que o excedente energético gerado seja transposto para unidades consumidoras não dotadas de usinas próprias (Etapa 3), por meio do regime de compensação de créditos de energia. Consolidando essa estratégia de sustentabilidade, em 2025, o Regional contabiliza 18 usinas fotovoltaicas em pleno regime operacional.

6.4 Campanha educativa para uso racional de energia elétrica

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/03/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: DESENVOLVER CARTAZES, MATERIAIS E/OU CAMAPNHAS SOBRE O TEMA ETAPA 2: EXECUTAR O QUE FOI DECIDIDO NA ETAPA 1 ETAPA 3: DIVULGAÇÃO	 

Tal iniciativa é operacionalizada por meio da disseminação de diretrizes normativas via correio eletrônico institucional e da disponibilização de materiais informativos digitais, inclusive vídeos institucionais. Estes recursos encontram-se hospedados no repositório central da Intranet deste Sodalício, assegurando o acesso contínuo e a consulta célere por parte do corpo funcional às boas práticas e protocolos vigentes.



Água e Esgoto

voltar ↺

7. Índice de racionalização de consumo de água e esgoto por m2

Unidade Gestora: Coordenadoria de Engenharia (COENG)

META GERAL:

Reduzir o consumo de água por m² de 2019 em 2% até 2026.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Embora o TRE-MS venha cumprindo as metas de sustentabilidade, com reduções expressivas de consumo desde 2022 (média superior a 30%), o monitoramento de indicadores aponta que o gasto hídrico permanece acima da média setorial. A análise técnica identifica quatro vetores principais para este comportamento:

- Sazonalidade do Fluxo Antropogênico: Embora o caráter não eleitoral do exercício reduza a densidade de usuários, a correlação entre a ocupação predial e o consumo não se deu de forma linear, sugerindo uma demanda basal elevada.
- Variáveis Climáticas e Estresse Hídrico: A intensificação de períodos de estiagem e elevadas temperaturas exigiu um incremento no volume de água destinado à manutenção paisagística (irrigação) e limpeza predial, visando mitigar o acúmulo de particulados.
- Integridade da Rede Hidráulica: Suspeita-se da existência de perdas reais por vazamentos ocultos ou falhas de estanqueidade na rede de distribuição interna, o que demanda uma auditoria por meio de geofonamento.
- Impacto de Intervenções Civas: O cronograma de obras e reformas gerou um consumo atípico e temporário, impactando o balanço hídrico anual.

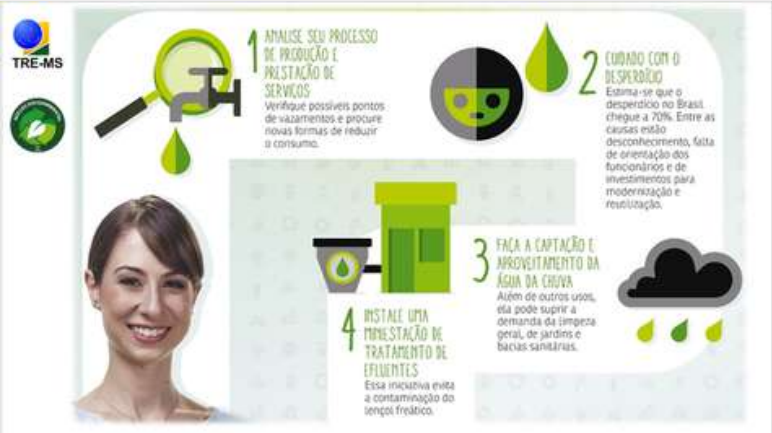
DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

7.1 Campanha de sensibilização e consumo consciente quanto ao uso de água aos terceirizados de limpeza

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: ELABORAR PLANO DE CAPACITAÇÃO PARA PÚBLICO ALVO ETAPA 2: APROVAÇÃO DG ETAPA 3: MINISTRAR CURSO ETAPA 4: COLETAR FEEDBACK	

A titular do Núcleo Socioambiental conduziu ciclos de capacitação em 2022 e 2024, complementados por um repasse técnico em 2025 devido à renovação do quadro de colaboradores terceirizados. O foco central dessas intervenções foi a conscientização sobre a preservação de recursos hídricos no âmbito do Tribunal, detalhando protocolos operacionais voltados à mitigação do consumo de água. Embora não tenha havido uma coleta formal de indicadores de satisfação ou avaliação de desempenho dos participantes, a eficácia do treinamento foi evidenciada pela via prática. Notou-se uma evolução qualitativa nos processos de manutenção.



7.2 Monitoramento Semanal do Consumo de Água

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: MONIITORAMENTO SEMANAL DO COUNSOMO DE ÁGUA VIA PLANILHAS PARA POSTERIOR AVALIAÇÃO E NECESSIDADE DE MEDIDOR ELETRÔNICO ETAPA 2: DIVULGAR NO BOLETIM MENSAL O CONSUMO DO ÓRGÃO E DA UNIDADE	

A Seção de Manutenção Predial mantém um cronograma de inspeções preventivas voltado à identificação precoce e ao reparo imediato de anomalias na rede hidráulica, visando mitigar o desperdício de água nas dependências do Tribunal. Em 2025, no entanto, observou-se uma recorrência atípica de vazamentos nas instalações dos Cartórios Eleitorais. Devido à complexidade logística dessas unidades, que muitas vezes retarda o diagnóstico presencial, a estratégia de monitoramento foi revisada. Como medida de contingência, optou-se pela implementação de medições semanais para reduzir o tempo de resposta entre a ocorrência e o saneamento da falha. É importante ressaltar que a transição para um modelo de monitoramento mais robusto demandou um período de maturação técnica. Foram realizados estudos aprofundados para a viabilização de um sistema de controle mais consistente e automatizado. Este novo protocolo, estruturado a partir das diretrizes e trabalhos do GTÁguas, tem previsão de implementação para o exercício de 2026, consolidando uma gestão hídrica mais analítica e assertiva.

7.3 Criação de Grupo de Trabalho GT Águas para proposição de formas alternativas para redução de consumo de água

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2025	28/04/2025	ETAPA 1: FORMALIZAÇÃO DE GRUPO MULTIDISCIPLINAR PARA ANÁLISE DE FORMAS ALTERNATIVAS PARA FORMAS ALTRNATIVAS QUE REDUZAM O CONSUMO DE ÁGUA ETAPA 2: REUNIÕES E ESTUDOS ETAPA 3: APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO E PROPOSTAS ETAPA 4: ANÁLISE DO RELATÓRIO PELA ADMINISTRAÇÃO	

A criação do GT Águas, em 2025, estabeleceu um marco regulatório e técnico para a análise dos padrões de consumo hídrico na instituição. Este grupo de trabalho promoveu um diagnóstico exaustivo que resultou na imediata implementação de duas frentes estratégicas: o Programa de Monitoramento Hídrico (COENG/SMP) e o Programa de Economia Sustentável de Recursos Hídricos (NSA/CGPLS). Tais iniciativas introduziram uma nova governança hídrica para este Sodalício, fundamentada em metodologias de controle e sustentabilidade que transcendem a gestão operacional comum. A expectativa técnica é que os benefícios dessa reestruturação, traduzidos em redução efetiva de consumo e otimização de custos, sejam colhidos de forma escalonada a partir dos próximos exercícios.

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 221/2024 TRE/PRE/GABPRE
Portaria Presidência Nº 221/2024 TRE/PRE/GABPRE

Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul (DJE/TRE-MS). Documento assinado digitalmente conforme MP n. 2.200-2/2001 de 24.8.2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, podendo ser acessado no endereço eletrônico <http://www.tre-ms.jus.br/>

Eletrônico - 31b05b80-6caa-4da1-947c-8fedbdb79c1e blob:https://dje-consulta.tse.jus.br/31b05b80-6caa-4da1-947c-8fedbd...

Ano 2024 - n. 321 Campo Grande, quinta-feira, 28 de novembro de 2024 2

Institui Grupo de Trabalho para elaboração de estudos sobre uso de fontes alternativas de água no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, DESEMBARGADOR CARLOS EDUARDO CONTAR, no uso de sua competência regimental estabelecida no art. 43, XXI e XXII do Regimento Interno (Resolução n.º 801, de 14 de dezembro

SELAU DE MANUTENÇÃO PREDIAL

Programa de Monitoramento Hídrico do TRE-MS e Detecção de Vazamentos nas Unidades da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

A proposta e os resultados esperados para o Programa de Monitoramento Hídrico e Detecção de Vazamentos nas unidades da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), visa transformar a gestão hídrica de um modelo reativo para um modelo proativo e preventivo, com foco em eficiência, sustentabilidade e redução de custos.

1. Introdução e Justificativa

Atualmente, a detecção de vazamentos hídricos nas unidades do TRE-MS ocorre de forma

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL/MS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE ENGENHARIA
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
PROGRAMA DE MONITORAMENTO DE CONSUMO HÍDRICO

FORMULÁRIO DE LEITURA SEMANAL

Mês/Ano de Referência: _____

Identificação do cartório: _____

Endereço da Unidade: _____

INSTRUÇÕES

1. Realize
2. Anote a
3. Tire um
4. Envie e

PROGRAMA DE ECONOMIA SUSTENTÁVEL DE RECURSOS HÍDRICOS NAS DEPENDÊNCIAS

Msc. Carmem Veronica Farala Miquillino

Outubro de 2024

1. Introdução

O Programa de Economia Sustentável de Recursos Hídricos é uma iniciativa institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS), voltada à promoção do uso racional da água em todas as suas dependências, incluindo prédios administrativos, cartórios eleitorais e unidades de apoio.

O programa integra as ações do Plano de Iniciativa Sustentável (PIS) do TRE-MS e está alinhado às diretrizes da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas

7.4 Divulgação Mensal do Consumo de Água

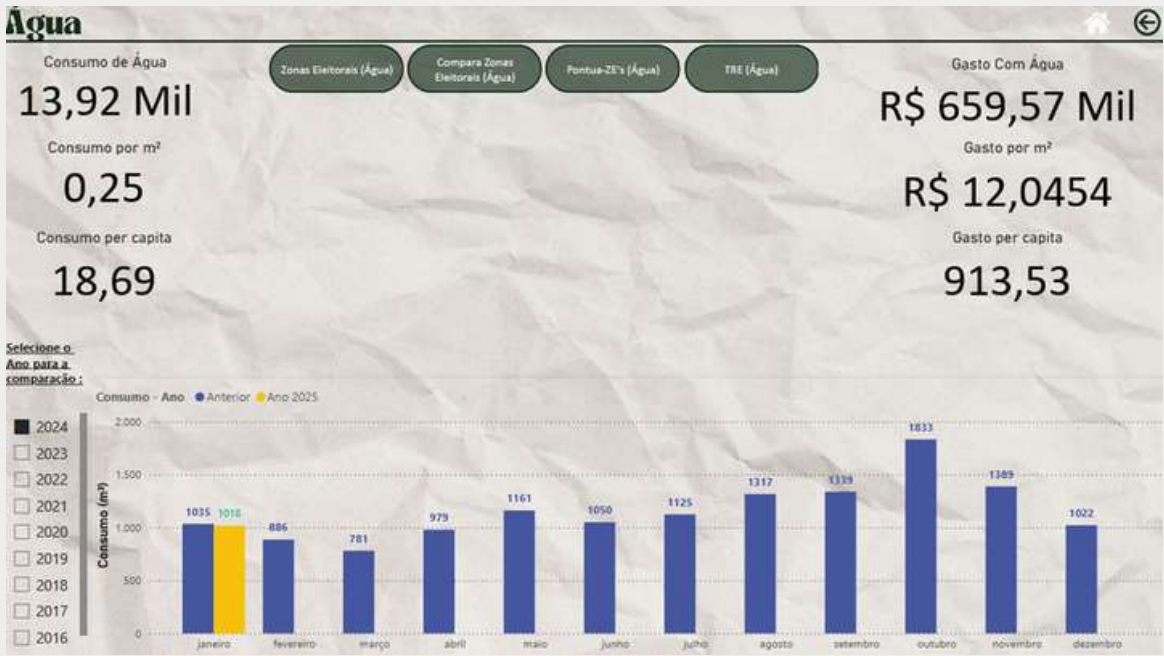
DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2025	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: DIVULGAR NO VOLETIM MENSALMENTE O CONSUMO DO ÓRGÃO OU DA UNIDADE	 ação em andamento

Ação que deverá ser iniciada após os resultados trazidos pelos Programa de Monitoramento Hídrico (COENG/SMP) e o Programa de Economia Sustentável de Recursos Hídricos (NSA/CGPLS). O BI disponível neste órgão já traz o consumo deste Sodalício, todavia deve ser mantido sua atualização, podendo ser consultado: <https://observatorio-de-dados.app.tre-ms.jus.br/intranet.html?BI=socioambiental>

7.5 Plano de limpeza e Jardinagem com rotinas padronizadas para Cartórios, Sede, Fórum e Almoxarifado

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2025	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: ANÁLISE DOS PRÉDIOS DO TRE-MS ETAPA 2: ELABORAÇÃO DE PLANO DE LIMPEZA COM CRONOGRAMA E MÉTODOS DE EXECUÇÃO ETAPA 3: APRESENTAÇÃO DO PLANO À PRESIDÊNCIA PARA APROVAÇÃO ETAPA 4: DIVULGAÇÃO DO PLANO ETAPA 5: TREINAMENTO E ESCLARECIMENTOS	 ação em andamento

Os resultados preliminares encontram-se atualmente em fase de consolidação técnica e análise de viabilidade. Embora as diretrizes já tenham sido estabelecidas, os protocolos ainda estão sob rigoroso estudo para assegurar que a implementação ocorra de forma segura e eficiente. A verificação do cronograma de início está sendo conduzida de maneira criteriosa, garantindo que a transição para os novos métodos de monitoramento e execução — conforme estruturado pelo GT Águas — esteja plenamente alinhada à disponibilidade operacional do exercício vigente. Dessa forma, a institucionalização definitiva desses resultados será pautada pela segurança técnica, visando a perenidade das ações de sustentabilidade no Tribunal.



Gestão de Resíduos Sólidos

8. Índice de destinação de resíduos sólidos (papel, plástico, metais, vidro, coleta geral)

Unidades Gestoras:

- PAPEL: SPA (SAOF)
- PLÁSTICO: SPA (SAOF)
- VIDRO: SPA (SAOF)
- COLETA GERAL: SSA (SAOF) e Cartórios Eleitorais Interior

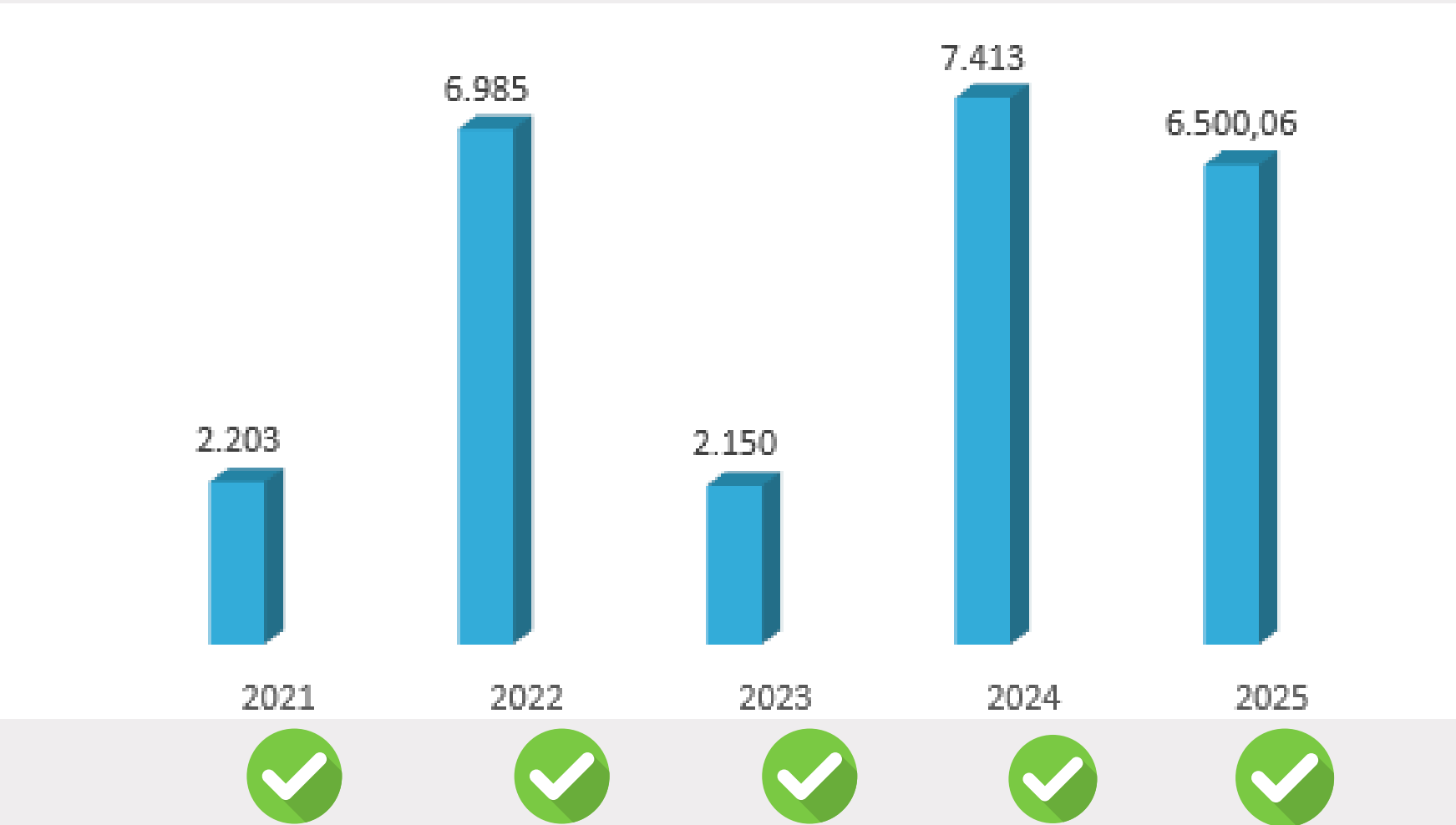
META GERAL:

Destinar adequadamente 100% dos resíduos sólidos gerados nos prédios da capital até 2026.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Total de Resíduos gerados (kgs) = total de resíduos destinados corretamente



Mantendo o padrão histórico, o TRE-MS alcançou 100% de aproveitamento na destinação correta de seus resíduos sólidos. Os pilares dessa eficiência continuam sendo a execução rigorosa do PGRS e a centralização do fluxo de recicláveis no prédio do Almoxarifado. Por se tratarem de fluxos de trabalho já consolidados no órgão, tais iniciativas dispensaram novas previsões formais no Plano de Ações, focando-se estritamente na manutenção e execução contínua dos processos.

9. Índice de destinação de pilhas e baterias

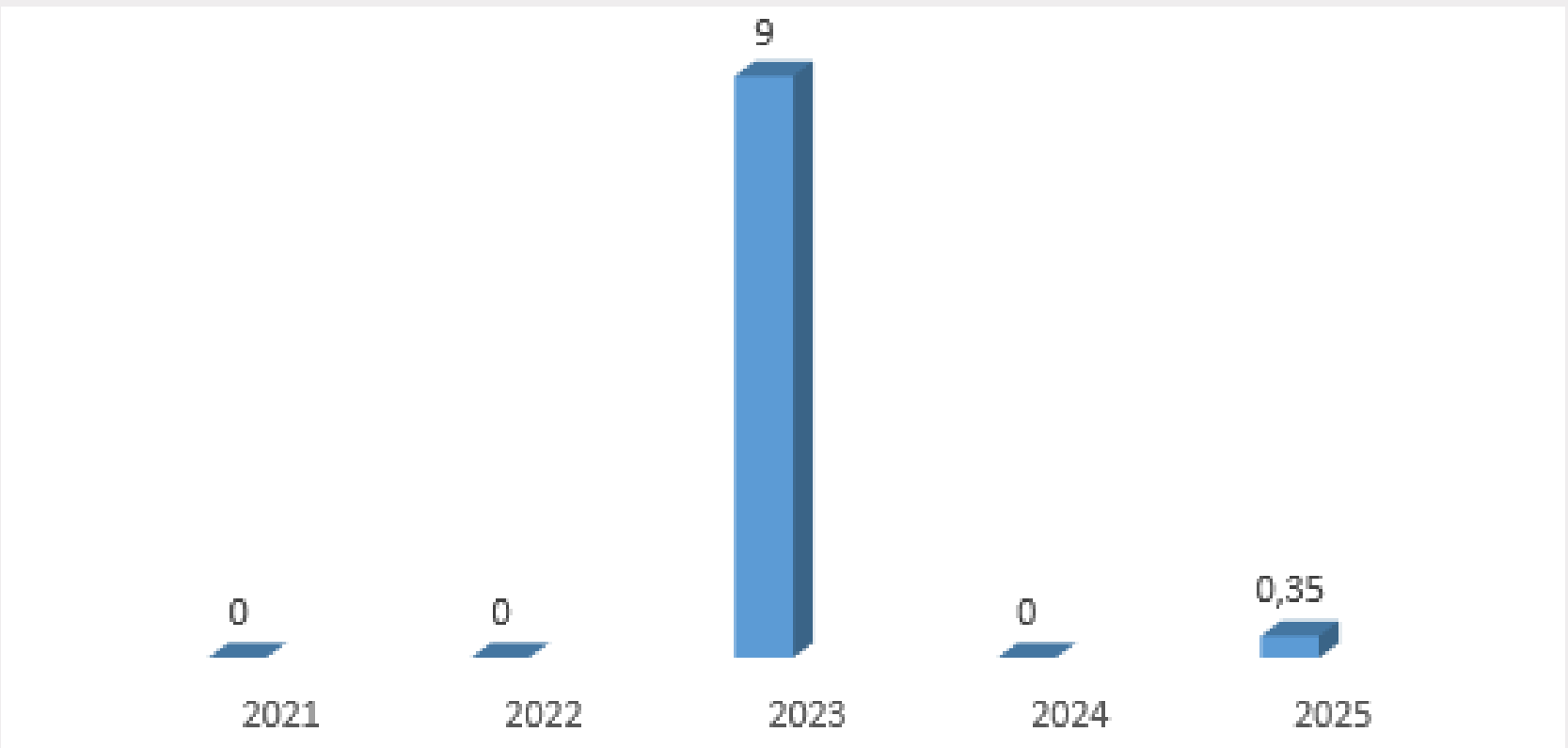
Unidade Gestora: Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA)

META GERAL:

Destinar adequadamente 100% das pilhas e baterias coletadas até 2026.

METAS E RESULTADOS ANUAIS

 Total de pilhas/baterias descartadas (kgs) = pilhas/baterias destinadas corretamente



A integralidade das baterias foi direcionada aos pontos de logística reversa da capital, sob a gestão conjunta das Seções de Manutenção Predial e de Patrimônio e Almoxarifado. É importante ressaltar que a extensão do ciclo de vida desses itens, viabilizada pela prática institucional de recarga, tem sido decisiva para reduzir o volume de resíduos eletroeletrônicos. Esse fluxo estruturado garante a plena conformidade com as metas anuais estabelecidas.

11. Índice de destinação de resíduos eletrônicos

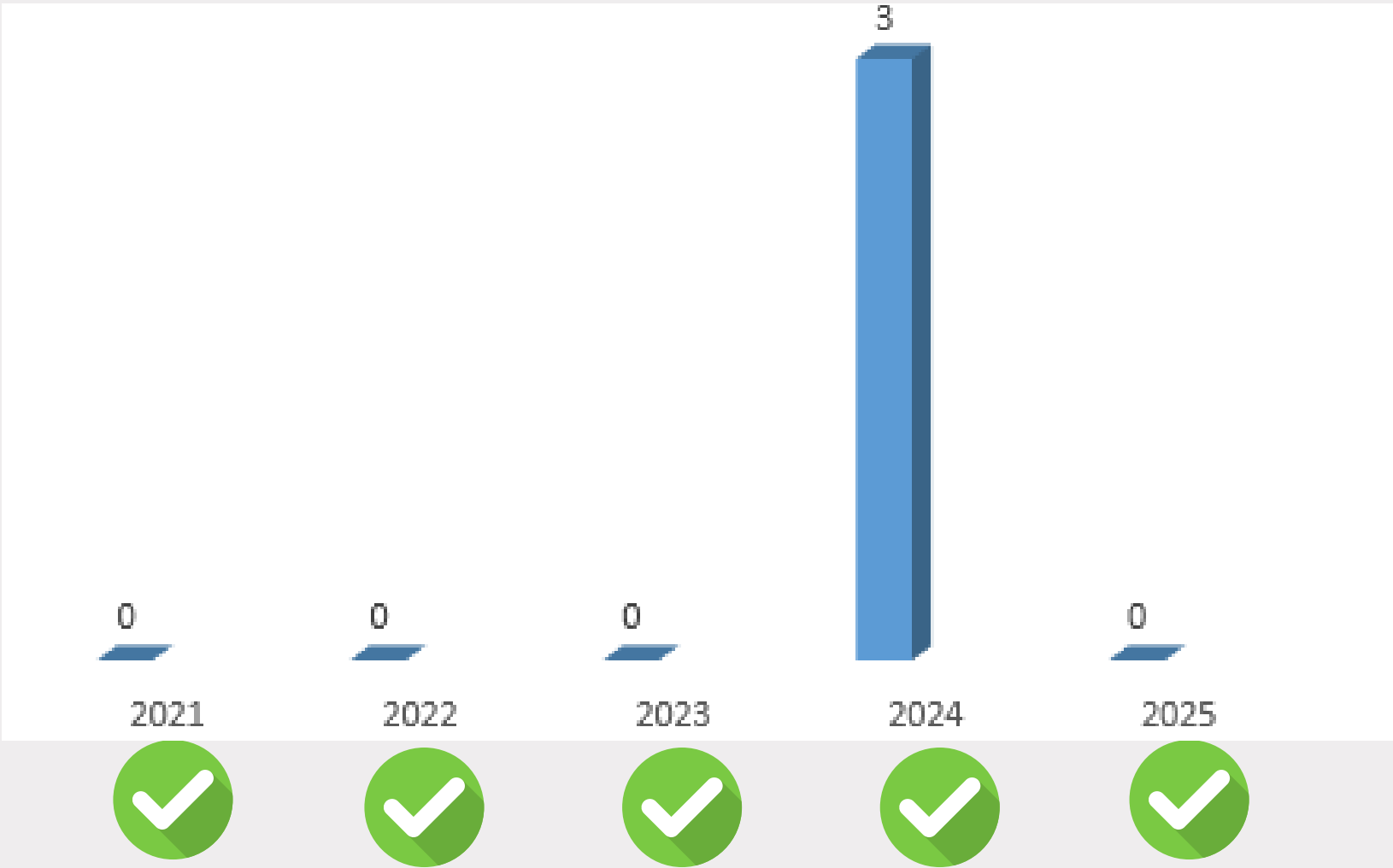
Unidade Gestora: Seção de Gestão de Ativos (SGA) e Seção de Almoxarifado e Patrimônio (SAP)

META GERAL:

Destinar, adequadamente, 100% de resíduos eletroeletrônicos até 2026.

METAS E RESULTADOS ANUAIS

 **Total de eletrônicos descartados (kgs) = eletrônicos destinados corretamente**



A celebração do Termo de Compromisso com a Associação de Catadores de Resíduos Eletroeletrônicos viabilizou a destinação adequada de 100% do material inventariado. Essa parceria foi determinante para assegurar que todo o resíduo fosse processado conforme as normas ambientais vigentes.

12. Índice de destinação de suprimentos de lâmpadas

Unidade Gestora: Seção de Manutenção Predial (SPA)

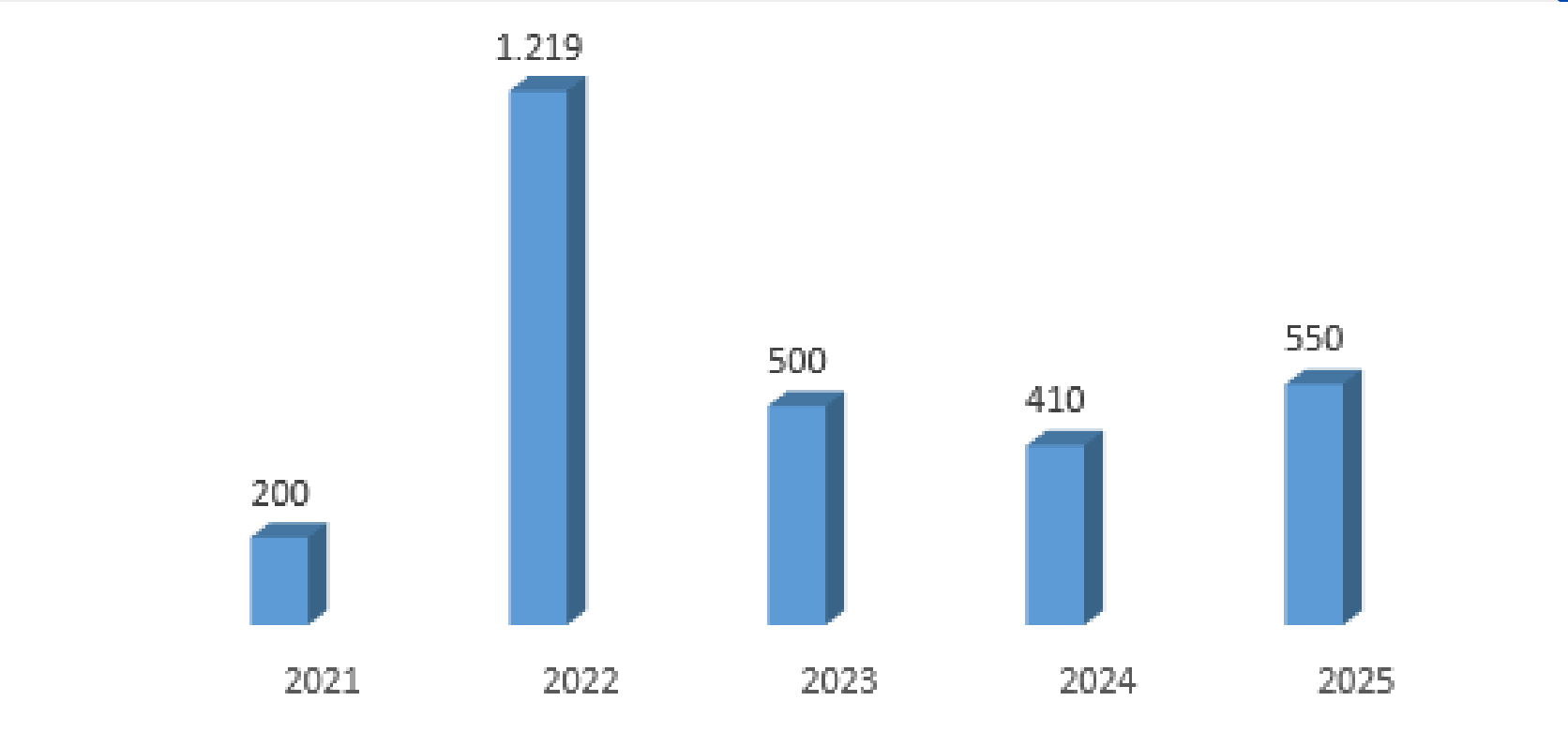
META GERAL:

Destinar, adequadamente, 100% de lâmpadas.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Total de lâmpadas descartados (unidades) = lâmpadas destinadas corretamente



1A integralidade das lâmpadas foi coletada e encaminhada aos postos de logística reversa pela Seção de Manutenção Predial. O processo, que incluiu as etapas de pesagem e registro documental, foi determinante para o atingimento das metas gerais e anuais da instituição.

13. Índice de destinação de resíduos de saúde

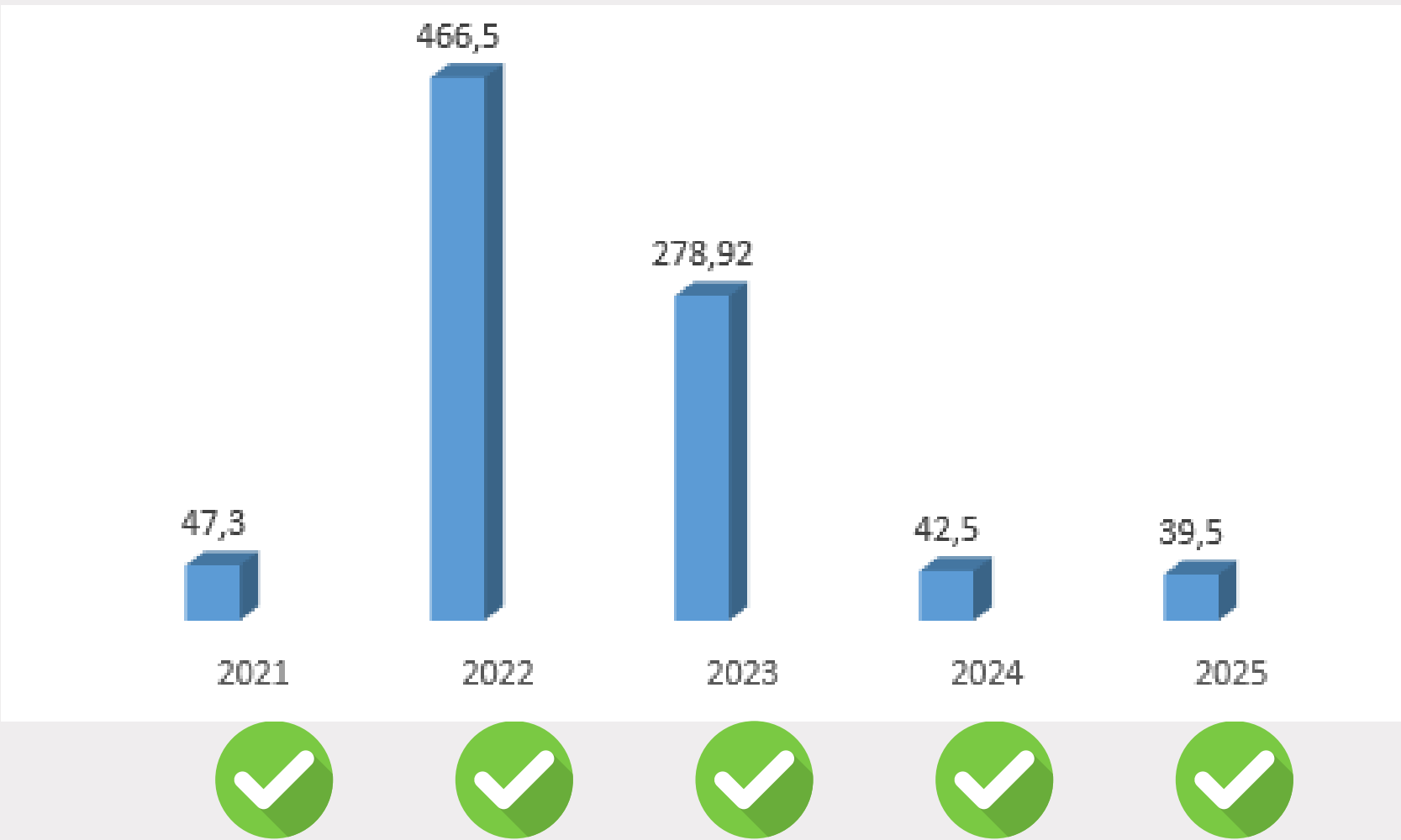
Unidade Gestora: Unidade de Atendimento Odontológico (UAO)

META GERAL:

Destinar, adequadamente, 100% dos resíduos de saúde.

METAS E RESULTADOS ANUAIS

Total de resíduos de saúde gerados (kgs) = resíduos de saúde destinados corretamente



AA gestão dos resíduos de serviços de saúde (RSS) é executada pela empresa Bio Resíduos, em parceria com a San Cristo. Essa estrutura operacional assegura a destinação final ambientalmente correta de 100% dos resíduos gerados, mantendo a conformidade com as normas sanitárias vigentes.

14. Índice de destinação de suprimentos de resíduos de obras e reformas

Unidade Gestora: Coordenadoria de Engenharia (COENG)

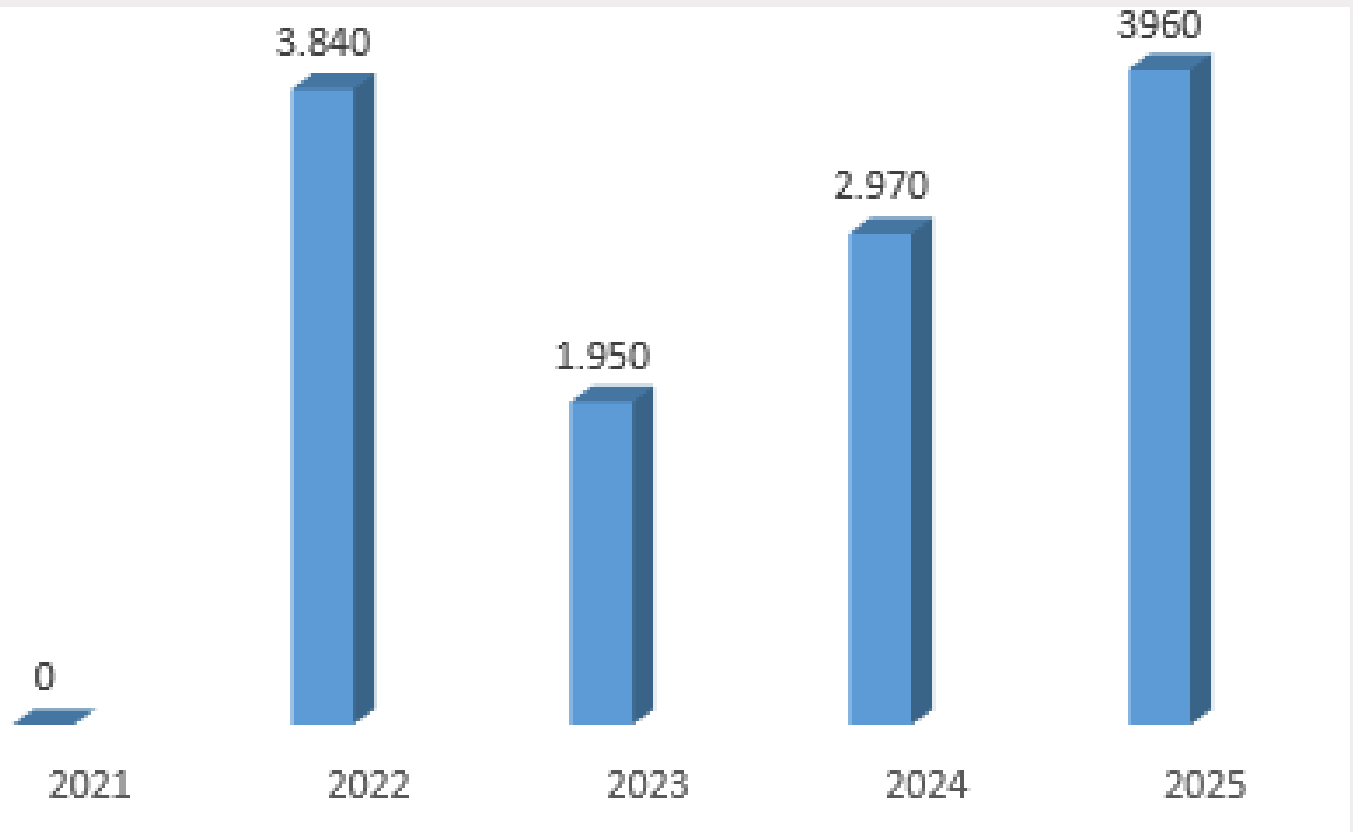
META GERAL:

Destinar, adequadamente, 100% dos resíduos de obras e reformas até 2026.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



■ Total de resíduos de obra (kgs) = resíduos de obra destinados corretamente



AA Unidade Gestora (COENG) operacionaliza a destinação final de resíduos conforme as diretrizes do PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) do Tribunal. Embora o manejo dos resíduos de reforma esteja ocorrendo adequadamente, o contrato de 2025 não previu a obrigatoriedade da entrega do MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) ou certificados equivalentes pela contratada. Já estamos avaliando a inclusão dessa cláusula para os próximos editais; contudo, essa exigência deve impactar o BDI ou o custo direto das obras devido às taxas de transbordo e triagem (ATT). Mesmo sem essa formalidade contratual, o cumprimento da meta ambiental foi verificado e validado.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

8.1 Construção de abrigos apropriados para resíduos sólidos

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
26/10/2021	25/04/2025	ETAPA 1: ABERTURA DO PROCESSO SEI SOLICITANDO A CONSTRUÇÃO DOS ABRIGOS	 ação em andamento
		ETAPA 2: INSERÇÃO DA CONSTRUÇÃO DOS ABRIGOS NO PLANO DE OBRAS	
		ETAPA 3: ANÁLISE DO ABRIGO EXISTENTE NO PRÉDIO NOVO DO ALMOXARIFADO A FIM DE VERIFICAR SE ATENDE AS NOVAS EXIGÊNCIAS	
		ETAPA 3: SEGREGAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, ACONDICIONAMENTO E DESTINAÇÃO AMBIENTALMENTE CORRETA, SEGUNDO PGRS	

A adequação do abrigo do prédio Sede ocorreu em 2022, atendendo integralmente aos parâmetros técnicos exigidos pela SEMADUR. No que tange ao Fórum Eleitoral e às demais edificações, a construção de novos abrigos permanece condicionada ao Planejamento de Obras, sendo reiniciada à medida que houver previsão orçamentária e cronológica para tais intervenções.

8.2. Termo de compromisso com Cooperativa de catadores de material reciclável

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/01/2021	ANUAL	ETAPA 1: VERIFICAÇÃO QUANTO AS ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS APTAS	 ação finalizada  ação contínua
		ETAPA 2: ASSINATURA DO TERMO DE COMPROMISSO	
		ETAPA 3: PESAGEM MENSAL E ENCAMINHAMENTO DA DECLARAÇÃO PARA SEMADUR	
		ETAPA 4: ACOMPANHAMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE DESTINAÇÃO À RECICLAGEM PELO NSA E INSERÇÃO DOS RESULTADOS NO PLS-JUD	
		ETAPA 4: ACOMPANHAEMNTO DO PROCEDIMENTO DE DESTINAÇÃO À RECILAGEM PELO NSA E CGPLS	

Esta ação institucional assegura o fluxo de logística reversa para materiais recicláveis, promovendo o fortalecimento das associações de catadores via economia solidária. Em 2024, os volumes destinados compreenderam: 6.500,06 kg de papel/papelão; 443,646 kg de plástico; 16,95 kg de metais e 24,05 kg de vidro, consolidando o compromisso com a gestão sustentável de resíduos.

8.3. Termo de Compromisso para o descarte/coleta de lixo eletrônico e

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/10/2021	01/08/2024	ETAPA 1: PESQUISA DE PARCEIROS OU TR	
		ETAPA 2: CONTATO COM PARCEIROS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DO ÓRGÃO	
		ETAPA 3: CELEBRAÇÃO DE PARCERIA	

A gestão de resíduos eletroeletrônicos passou a ser executada por cooperativa especializada e cadastrada na municipalidade, assegurando que o processamento e o descarte desses itens sigam rigorosos critérios ambientais. O modelo adotado privilegia a coleta solidária, fomentando a inclusão socioeconômica dos catadores e garantindo a sustentabilidade operacional do fluxo de descarte.

8.4 Treinamento de terceirizados para coleta e separação de resíduos (previsão contratual) e
8.5. Orientação e sensibilização dos servidores, estagiários e terceirizados quanto ao descarte apropriado

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
13/09/2021	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: REUNIR FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS PARA PALESTRA INFORMATIVA SOBRE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
		ETAPA 2: EXECUÇÃO DA CAPACITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE VÍDEOS	
		ETAPA 3: AVALIAÇÃO DA AÇÃO E IMPACTO	

Sob a coordenação da titular do Núcleo Socioambiental (NSA), foi ministrada a capacitação técnica para colaboradores das áreas de conservação, limpeza e jardinagem. Mantendo um canal de comunicação direta e eficaz, viabilizando a implementação imediata dos protocolos de segregação, acondicionamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos recicláveis nas unidades prediais, com acompanhamento direto do NSA. Paralelamente, o NSA promove, de forma contínua, a sensibilização do corpo funcional do TRE-MS por meio de recursos audiovisuais e boletins informativos, consolidando as diretrizes institucionais para o descarte correto de materiais.

8.6. Previsão contratual de Destinação Ambientalmente Correta de Resíduos de Obras e Reformas

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
09/09/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: INSERIR PROCEDIMENTO DE DESCARTE DE RESÍDUOS DE OBRAS E CONTRATOS COM EMPRESAS DE ENGENHARIA	
		ETAPA 2: EFETUAR A PESAGEM E CONTROLE DE QUANTIDADE DE RESÍDUOS PRODUZIDOS EM OBRAS E REFORMAS	
		ETAPA 3: SOLICITAR MTR	
		ETAPA 4: SEGURAR AS POLÍTICAS DE DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS TREMS - PGRS	

Embora os instrumentos contratuais de obras e reformas prevejam a obrigatoriedade de limpeza e remoção de resíduos da construção civil (RCC), a comprovação documental do descarte final ainda não é exigida formalmente. A Coordenadoria de Engenharia (COENG) está conduzindo estudos para vincular a emissão desses certificados aos fluxos de medição e pagamento, conforme o Processo SEI nº 0004623-92.2021.6.12.8000. Portanto, a ação apresenta atendimento parcial: ainda que a destinação física ocorra de maneira adequada, remanesce a necessidade de institucionalizar o registro formal e a respectiva comprovação de conformidade ambiental nas contratações.



FLUXOGRAMA DE PRIORIDADE DE GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Reformas e Construções

[voltar](#)

15. Índice de racionalização de gastos com construções *

Unidade Gestora: Coordenadoria de Engenharia (COENG)

META GERAL:

Limitar os gastos orçamentários anuais com construções em 3%, em relação a 2020.

A unidade gestora (COENG) através do Plano Anual de Obras, otimiza os recursos e reduz o desperdício dos materiais de construção/reforma, com gestão eficiente dos recursos. A maior parte dos prédios do TRE-MS são próprios, e os PIDs e PAEs são divididos em parcerias, não precisando de construção de mais edifícios.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Meta anual (limite de gasto - R\$)

Gasto efetivo

0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	2022	2023	2024	2025					
✓	✓	✓	✓	✓					

* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

16. Índice de racionalização de gastos com adequação de leiaute *

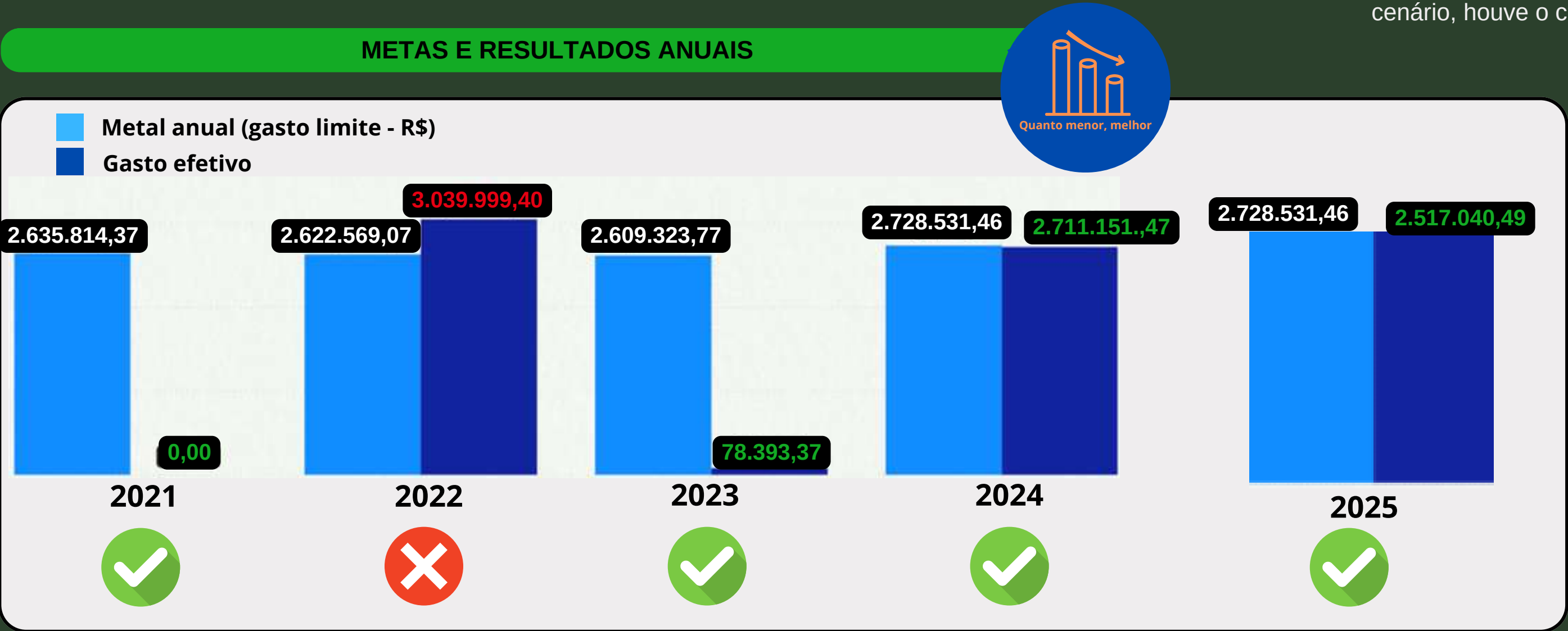
Unidade Gestora: Coordenadoria de Engenharia (COENG)

META GERAL:

Limitar os gastos orçamentários anuais com adequação de leiaute em 3%, em relação a 2020.

Sob a égide do Plano Anual de Obras, a Coordenadoria de Engenharia (COENG) promove a gestão racional dos insumos destinados à infraestrutura. Considerando o acervo imobiliário do TRE-MS, composto por 36 unidades próprias, a unidade estabelece um cronograma cíclico de intervenções, garantindo a manutenção preventiva e a atualização das instalações de forma sistêmica. Diante do cenário, houve o cumprimento da meta.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

9.1 Participar de cursos específicos de sustentabilidade em obras

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	30/11/2026	ETAPA 1: SOLICITAÇÃO DE CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA	
		ETAPA 2: INCLUSÃO NO PAC	
		ETAPA 3: ANÁLISE ORÇAMENTÁRIA	
		ETAPA 4: EXECUÇÃO DO CURSO	
		ETAPA 5: AVALIAÇÃO DA CAPACITAÇÃO	

Em 2025, os servidores da Coordenadoria de Engenharia não participaram de cursos voltados para a sustentabilidade em obras.

9.2 Análise dos projetos de obras e reformas. Identificar as possibilidades de incluir itens sustentáveis nos projetos.

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
EM ANDAMENTO	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: LEVANTAMENTO DOS PROJETOS EM ANDAMENTO	
		ETAPA 2: SUGESTÃO DE ITENS SUSTENTÁVEIS PARA O PROJETO	
		ETAPA 3: APROVAÇÃO DOS ITENS	

Sob a égide do Plano Anual de Obras (PAO), a Coordenadoria de Engenharia (COENG) promove a gestão racional dos insumos destinados à infraestrutura. Considerando o acervo imobiliário do TRE-MS, composto por 36 unidades próprias, a unidade estabelece um cronograma cíclico de intervenções, garantindo a manutenção preventiva e a atualização das instalações de forma sistêmica.

9.3 Realizar planejamento anual de obras necessariamente com a inserção das diretrizes de edificações sustentáveis

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
EM ANDAMENTO	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: ESTUDOS PRELIMINARES	
		ETAPA 2: ELABORAÇÃO DO PLANO DE OBRAS COM IDENTIFICAÇÃO DAS DIRETRIZES SUSTENTPÁVEIS	
		ETAPA 3: APROVAÇÃO DO PLANO DE OBRAS	

A titular do Núcleo Socioambiental integra a Comissão de Planejamento Anual de Obras, atuando de forma transversal na incorporação de parâmetros de sustentabilidade. Essa colaboração assegura que as diretrizes de edificações sustentáveis sejam fundamentais desde a concepção dos projetos, alinhando a infraestrutura física às metas de responsabilidade ambiental do órgão.

Limpeza

voltar ↺

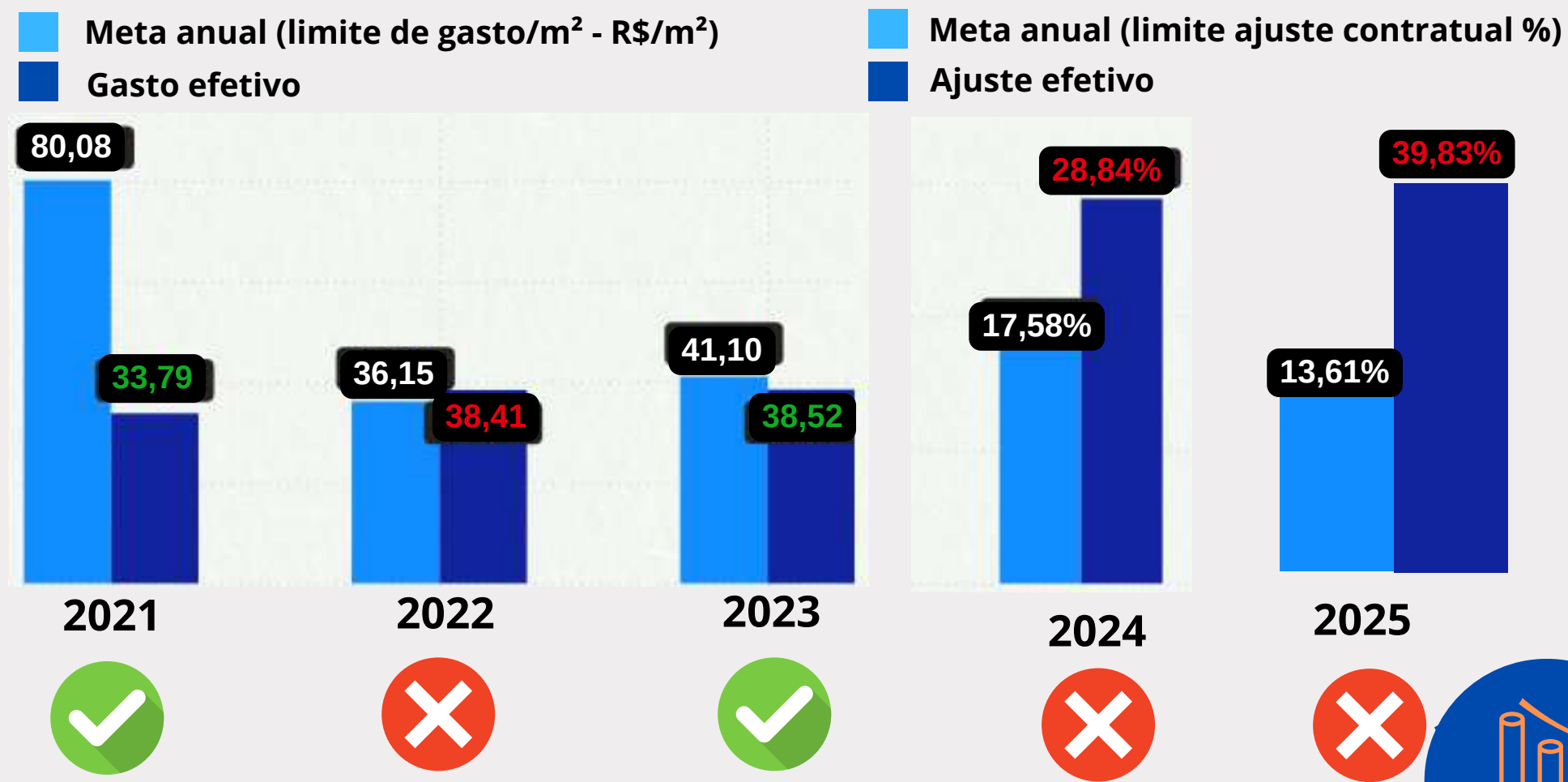
17. Índice de racionalização de gastos com serviços de limpeza por m² *

Unidade Gestora: Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

META GERAL:

Não exceder o percentual definido em convenção trabalhista com serviços de limpeza.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.



Em 2025, a título de conhecimento os gastos do período ficou em R\$ 53,71/m², sendo que o projetado é de R\$ 41,20/m², Justificativas de não atingimento do indicador:

O aumento do custo operacional por metro quadrado reflete uma transição necessária para a conformidade legal e a atualização de mercado. O não atingimento da meta projetada deve-se aos seguintes fatores:

A nova contratação não foi apenas uma substituição de prestador, mas uma atualização dos valores de mercado. Projetar um gasto baseado em contratos antigos muitas vezes ignora a inflação de insumos (químicos e descartáveis) e os reajustes em convenções coletivas.

A revisão dos valores garante a continuidade do serviço e evita o turnover excessivo de funcionários, o que comprometeria a eficiência sanitária das instalações.

Este é o ponto de maior peso financeiro e jurídico. A limpeza de sanitários de uso público ou coletivo de grande circulação, junto com a respectiva coleta de lixo, enseja o pagamento de insalubridade em grau máximo (40%), conforme a Súmula 448 do TST. Este adicional reflete em férias, 13º salário, FGTS e repouso semanal remunerado (DSR), o que amplia o efeito cascata no valor do metro quadrado.

Além da obrigação legal, o pagamento mitiga passivos trabalhistas e reconhece o risco biológico (agentes biológicos) a que o colaborador está exposto, alinhando a gestão aos princípios de segurança do trabalho (NR-15).

O aumento, embora impacte o orçamento, regulariza a operação perante a legislação trabalhista e garante a manutenção dos padrões de higiene e saúde pública necessários para a edificação.

18. Índice de racionalização de gastos com material de limpeza por m2

Unidade Gestora: Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG)

META GERAL:

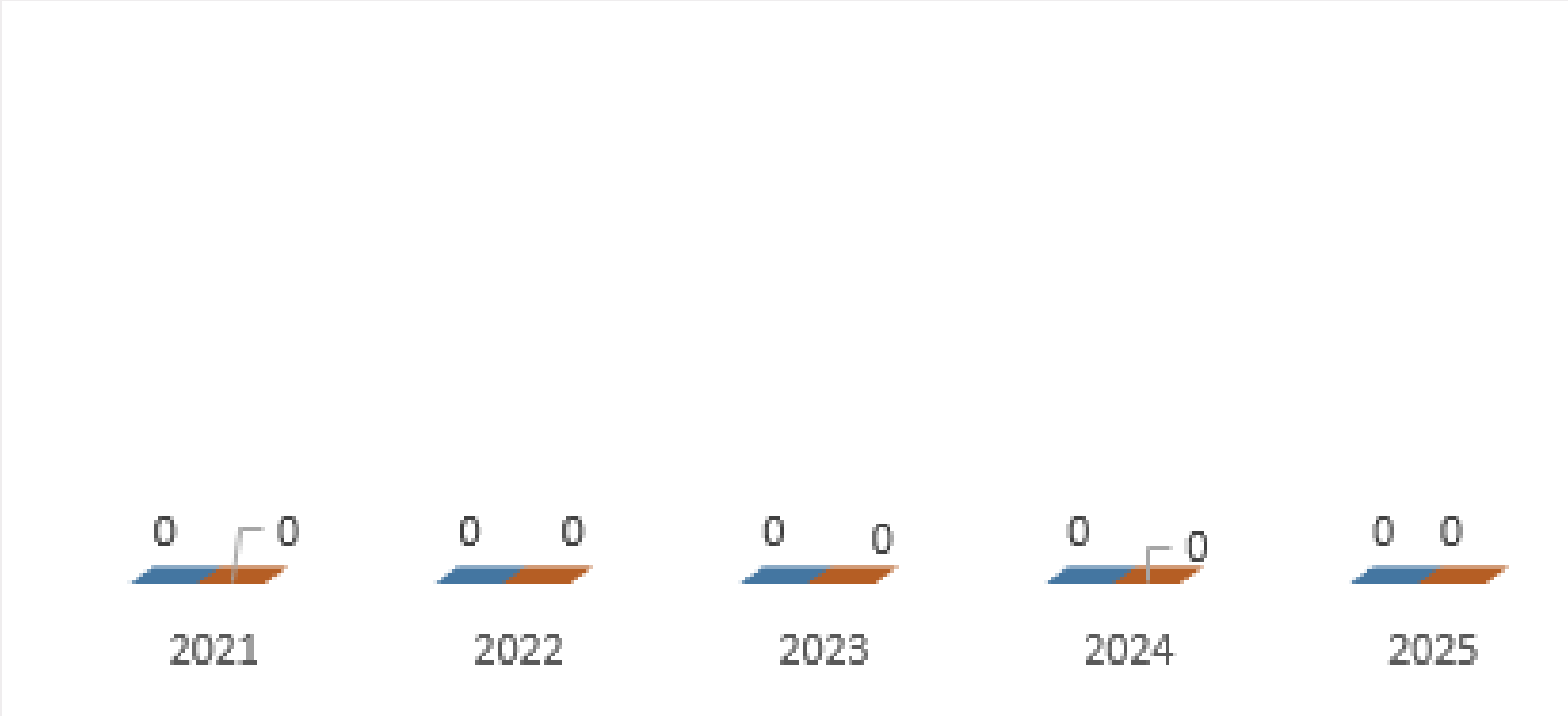
Limitar o aumento do gasto com material de limpeza por m² em 7% ao ano.

Os custos atinentes aos insumos de higienização encontram-se internalizados no contrato de prestação de serviços de asseio e conservação, sendo mensurados de forma consolidada sob a métrica de custo por metro quadrado (Indicador 17). Convém destacar que o referido indicador destina-se, exclusivamente, ao registro de materiais adquiridos de forma autônoma; contudo, não houve registro de tais aquisições no exercício de 2025, mantendo-se a tendência histórica de períodos anteriores.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



- Meta anual (limite de gasto - R\$)
- Gasto efetivo



DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

10.1 Capacitação e sensibilização das equipes de limpeza para uso de água e produtos de limpeza

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	EM ANDAMENTO	ETAPA 1: COMPOSIÇÃO E PRODUÇÃO DE MATERIAL ORIENTATIVO PARA ENTREGA AOS PRESTADOS DE SERVIÇOS ETAPA 2: INTEGRAÇÃO DA EMPRESA CONTRATADA NA EXECUÇÃO DA AÇÃO ETAPA 3: ATUALIZAÇÃO PERIÓDICA DO MATERIAL ETAPA 4: REFORÇO DA CAPACITAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS.	 ação em andamento

No que tange à dimensão educativa, a disseminação das diretrizes de sustentabilidade ocorreu por meio de um fluxo de treinamento indireto. A titular do Núcleo Socioambiental promoveu a orientação técnica da Supervisora Geral da equipe de asseio, que atuou como agente multiplicadora junto às demais colaboradoras. O escopo da instrução concentrou-se na otimização da eficiência hídrica e na padronização de procedimentos operacionais alinhados ao Plano de Logística Sustentável do Tribunal. Tal medida de capacitação tem previsão de execução de periodicidade anual ou em função de novos certames e transições contratuais.

10.2 Identificação dos produtos de limpeza com menor impacto ambiental

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	10/10/2025	ETAPA 1: ANÁLISE DO CONSUMO DO MATERIAL DE LIMPEZA UTILIZADO ETAPA 2: IDENTIFICAÇÃO DOS PRODUTOS ADEQUADOS E QUE ATENDEM AS NECESSIDADES DO TRE-MS ETAPA 3: ELABORAÇÃO DE LISTA/TABELA DE PADRÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA SUGERIDA À CONTRATADA	 ação finalizada

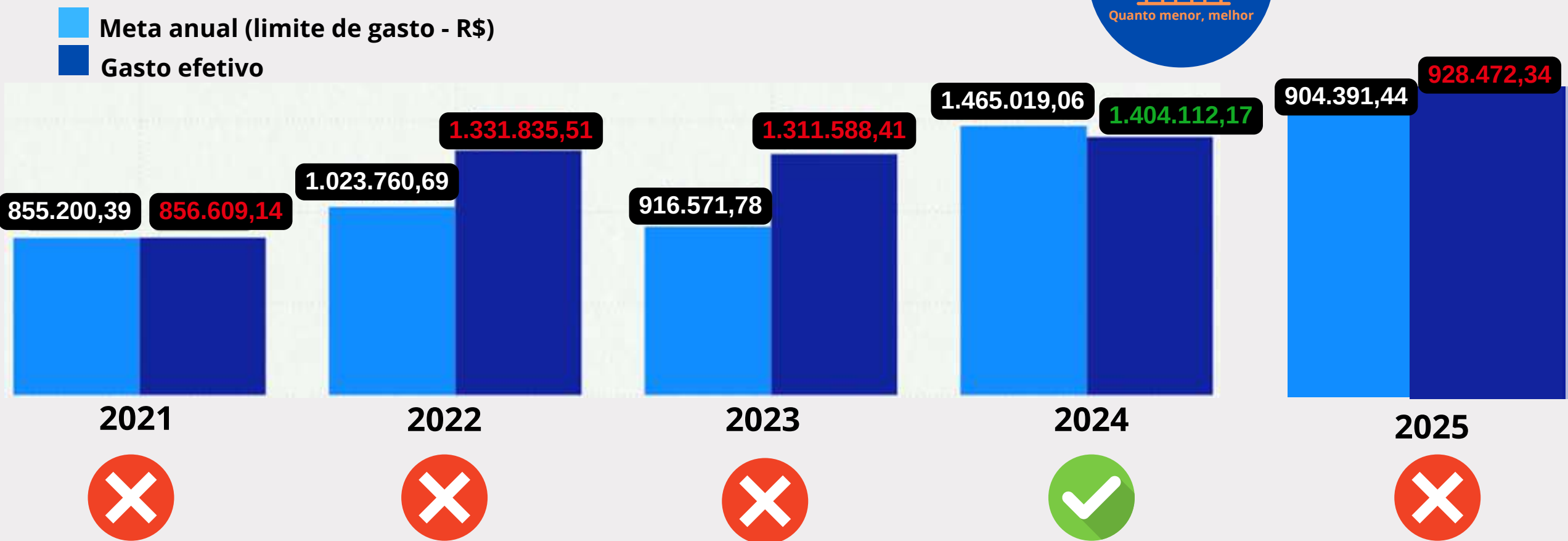
O instrumento contratual vigente estabelece critérios de sustentabilidade para a aquisição de insumos de higienização, priorizando itens com baixo impacto ambiental e elevada biodegradabilidade. A estratégia de suprimentos privilegia produtos com alto teor de concentração, o que otimiza o volume das embalagens e a logística de transporte, resultando em uma redução direta na pegada de carbono e na emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE)

19. Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância *
Unidade Gestora: Núcleo de Segurança Institucional

META GERAL:

Limitar a expansão dos gastos em 10% (comparar ano eleitoral com ano eleitoral).

METAS E RESULTADOS ANUAIS



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

A partir do exercício de 2024, a unidade gestora (NSI) priorizou o planejamento estratégico da segurança patrimonial, fundamentando-se no binômio custo-efetividade e no fortalecimento dos níveis de proteção. A metodologia adotada pautou-se em análises de riscos rigorosas e na progressiva automação da vigilância, por meio do monitoramento via segurança eletrônica. Essa transição tecnológica visa a otimização estrutural dos custos contratuais no longo prazo, substituindo gradualmente processos manuais por soluções de maior desempenho.

Contudo, a despeito dos esforços de modernização e racionalização de recursos, a manutenção da integridade patrimonial enfrenta limitadores externos. A gestão de gastos lida com a pressão de períodos inflacionários e com os reajustes compulsórios advindos das convenções trabalhistas do setor. Tais variáveis exógenas impõem um piso financeiro que restringe reduções nominais mais agressivas sem comprometer a eficácia da cobertura de segurança.

20. Total de pessoas no contrato de vigilância

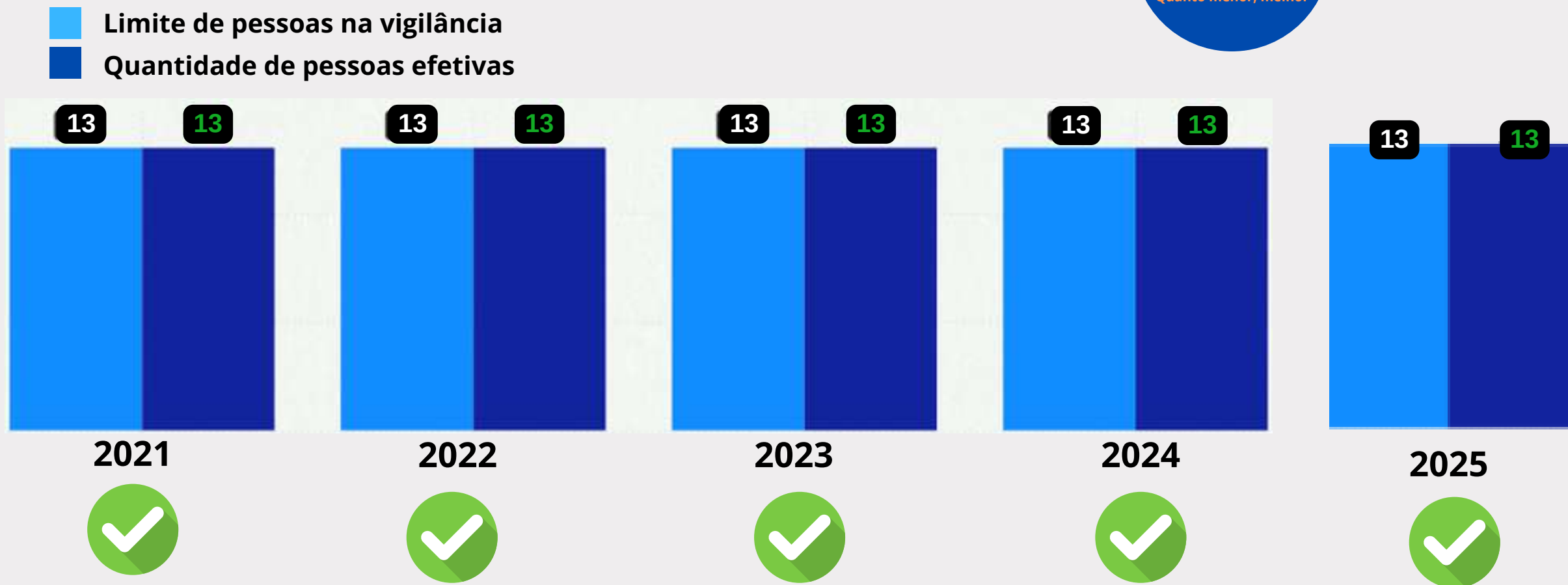
Unidade Gestora: Núcleo de Segurança Institucional

META GERAL:

Manter em, no máximo, 13 o número de pessoas no contrato de vigilância.

A unificação dos aportes destinados à vigilância eletrônica e presencial, iniciada em 2021, impactou significativamente o volume de desembolsos da unidade. Todavia, a adoção deste modelo integrado de proteção patrimonial permitiu a otimização do quadro de pessoal, assegurando a continuidade das atividades com apenas 13 postos de serviço. Tal configuração demonstra a eficácia da substituição parcial de postos físicos por soluções tecnológicas, cumprindo integralmente a meta prevista de redução de postos

METAS E RESULTADOS ANUAIS



DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

11.1 Revisão dos contratos de serviço de vigilância

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2022	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: ESTUDAR O CONTRATO DE VIGILÂNCIA VIGENTE ATÉ 2023. ETAPA 2: SOLICITAR QUE CONSTE NO PRÓXIMO TERMO DE REFERÊNCIA DA PRÓXIMA LICITAÇÃO QUE OS VALORES A SEREM CONTRATADOS SE ENCAIXEM, NA MEDIDA DO POSSÍVEL, NO LIMITE DE EXPANSÃO DE GASTOS DO PLS	

Até o momento, não foi possível executar a ação devido ao limite do contrato, o que impede sua reformulação.

11.2 Revisão dos contratos de serviço de vigilância eletrônica

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2022	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: ESTUDAR O CONTRATO DE VIGILÂNCIA VIGENTE ATÉ 2023. ETAPA 2: SOLICITAR QUE CONSTE NO PRÓXIMO TERMO DE REFERÊNCIA DA PRÓXIMA LICITAÇÃO QUE OS VALORES A SEREM CONTRATADOS SE ENCAIXEM, NA MEDIDA DO POSSÍVEL, NO LIMITE DE EXPANSÃO DE GASTOS DO PLS	

Até o momento, não foi possível executar a ação devido ao limite do contrato, o que impede sua reformulação.

Telefonia

voltar ↺

21. Índice de racionalização de gastos com telefonia fixa po ramal

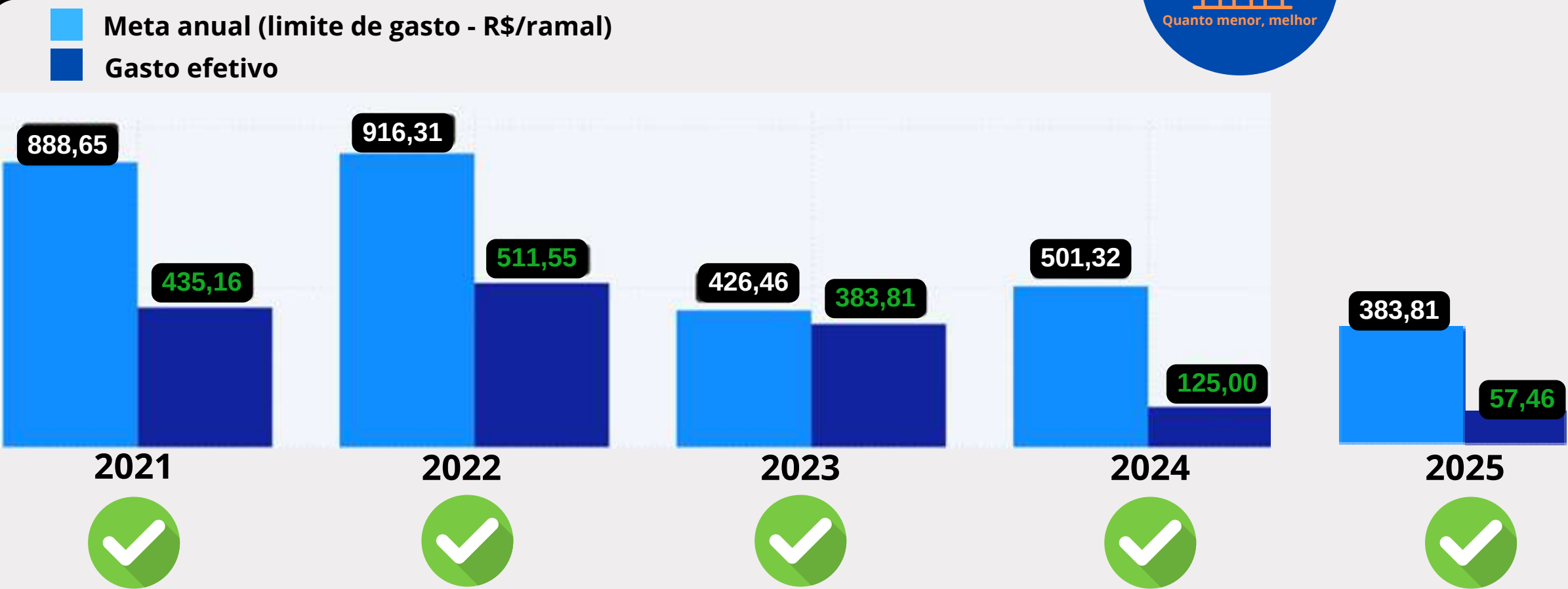
Unidade Gestora: Seção de Serviços Administrativos (SSA)

META GERAL:

Reduzir os gastos com telefonia fixa por ramal em 2% ao ano de referência (ano eleitoral e ano não eleitoral)

A redução de 85,03% no gasto médio por ramal evidencia uma expressiva otimização da eficiência operacional e sustentabilidade financeira do sistema de telecomunicações. Sob a ótica da engenharia, este resultado indica uma mitigação de ineficiências técnicas e a provável transição para tecnologias de menor custo marginal. A manutenção do parque instalado com drástica queda orçamentária ratifica o sucesso na gestão de recursos. Tal performance configura um caso de excelência em racionalização de despesas correntes sem perda de capilaridade.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Ano	Gasto Médio Unitário (R\$)	Variação Percentual
2021	690,36	-
2022	514,46	-25,48%
2023	383,81	-25,40%
2024	343,44	-10,52%
2025	57,46	-85,03%

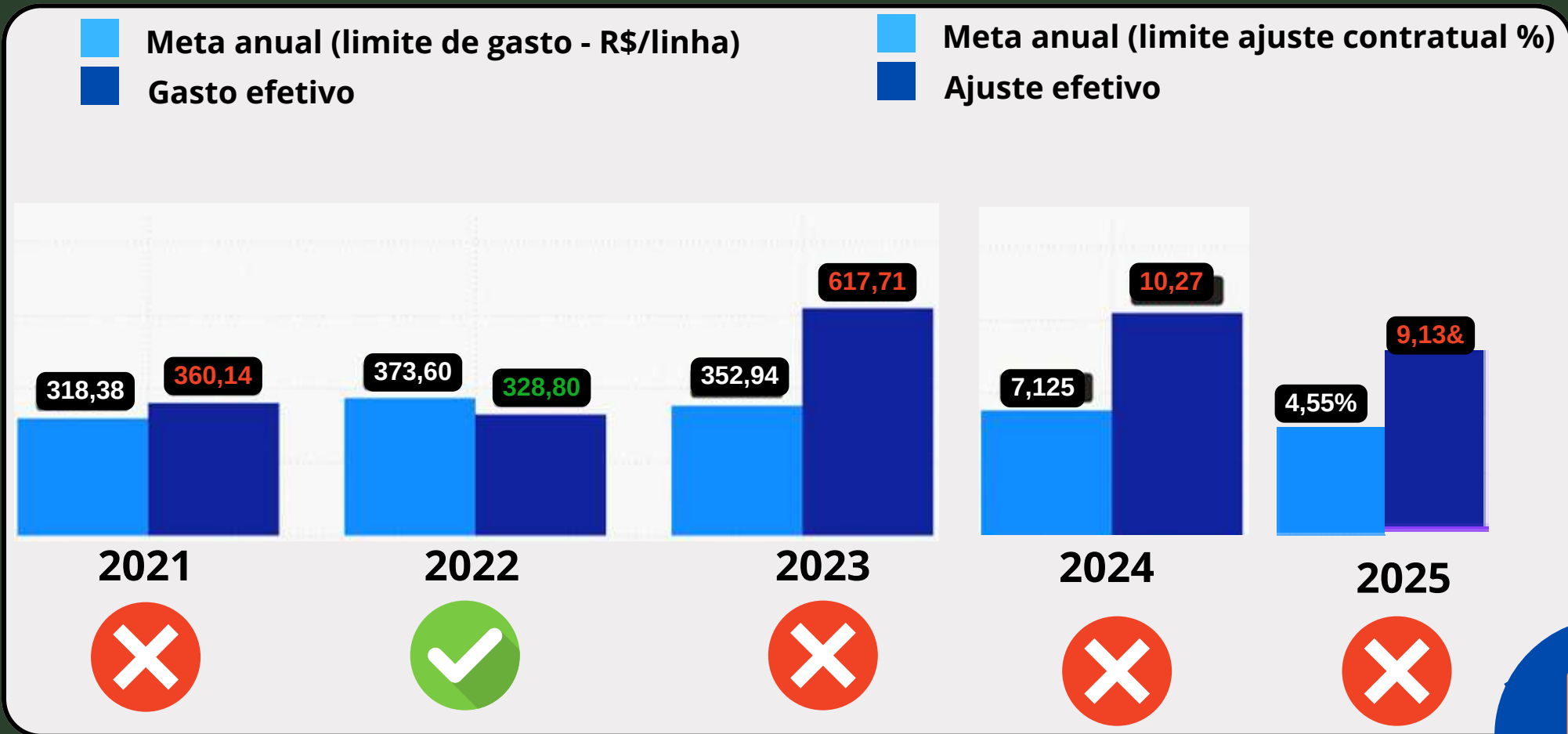
22. Índice de racionalização de gastos com telefonia móvel *

Unidade Gestora: Seção de Serviços Administrativos (SSA)

META GERAL:

Limitar os gastos com telefonia móvel por linha ao IST do ano de referência (ano eleitoral e ano não eleitoral)

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Embora o indicador aponte para um Status de não atingida a meta, devido ao aumento da meta projetada, o controle de 2024 para 2025 mostra sinais de estabilização. No último exercício, o desvio em relação à meta anual foi de apenas 9,13%. Conclui-se que o contrato atingiu um novo patamar operacional, onde o gasto efetivo atual reflete a nova volumetria de linhas e serviços do órgão.

* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.



DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

12.1 Levantamento de meios de comunicação efetivo e sem custos

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/06/2025	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: DIRETRIZES DA CGPLS PARA CRIAR AÇÃO DE UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS EM SUBSTITUIÇÃO AO TELEFONE ETAPA 2: ELABORAÇÃO DE MATERIAL ORIENTATIVO E TÉCNICO PARA CONTEÚDO DA CAMPANHA (SGA E SSA) ETAPA 3: CRIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA CAMPANHA PELA ASCOM	

No que tange à modernização das comunicações institucionais, desde 2024, o Tribunal promoveu a substituição estratégica das linhas de telefonia fixa por terminais móveis e soluções integradas ao ecossistema do Google Workspace. Ferramentas de colaboração e mensageria instantânea (WhatsApp, Telegram e Google Meet) consolidaram-se como pilares da infraestrutura comunicacional, especialmente durante o período eleitoral, resultando em uma redução substancial dos custos totais de telefonia do TRE-MS.

Quanto à campanha específica para priorização de mensagens eletrônicas, sua implementação integral encontra-se em estágio de estudo técnico. A unidade gestora conduz análises diagnósticas junto às diversas áreas do Tribunal para o refinamento dos procedimentos operativos, visando garantir que a transição ocorra sem prejuízo à fluidez e à oficialidade das comunicações administrativas."

23. Total de pessoas no contrato de condução de veículos

Unidade Gestora: Seção de Transportes (SETRAN)

META GERAL:

Manter em, no máximo, 6 o número de pessoas no contrato de condução de veículos.

Anos eleitorais: 9

A quantidade de pessoas no contrato de condução de veículos se mantém estável durante os anos.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



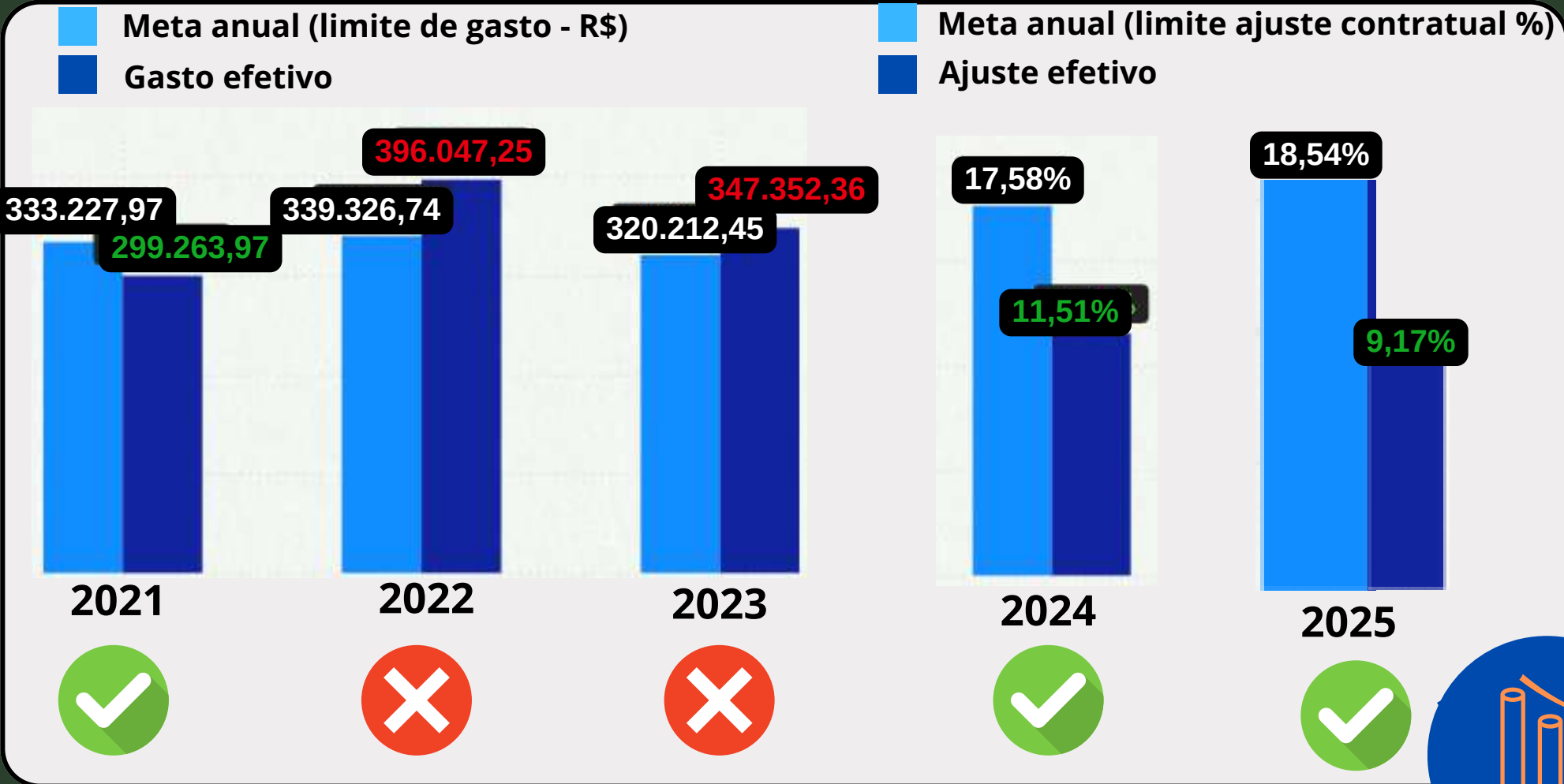
24. Índice de racionalização de gastos com contrato de motoristas *

Unidade Gestora: Seção de Transportes (SETRAN)

META GERAL:

Limitar a expansão dos gastos com contrato de motoristas ao reajuste definido em convenção coletiva de trabalho.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.



Acordo feito em Convenção Coletiva de Trabalho do Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de MS - STEAC/MS. gA estão do contrato de motoristas apresentou uma variação nominal de 9,17% no triênio 2022-2025, situando-se abaixo dos índices de reajuste da convenção coletiva local. Sob a ótica da governança ambiental e administrativa, esse resultado reflete uma otimização no emprego de recursos e conformidade com as diretrizes de eficiência operacional. A manutenção do custo efetivo aquém da projeção inflacionária ratifica a sustentabilidade financeira da operação. Tal performance assegura o equilíbrio fiscal sem comprometer a continuidade dos serviços logísticos essenciais.

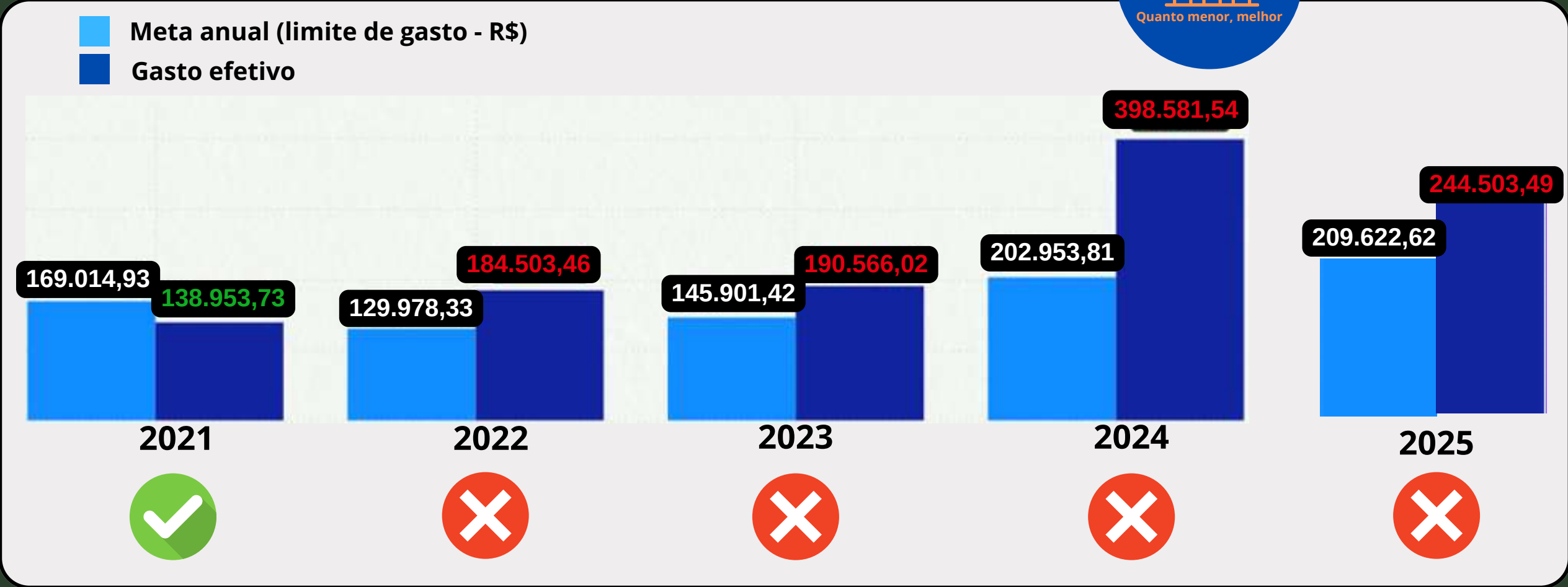
25. Índice de racionalização de gastos com manutenção de veículos *

Unidade Gestora: Seção de Transportes (SETRAN)

META GERAL:
Limitar a expansão dos gastos com manutenção de veículos em 10%, em relação ao ano de referência.

A análise aponta que, apesar do descomissionamento de ativos em 2024, onde custo de manutenção aumentou entre 2023 e 2025. Esse incremento nominal de 28,30% superou a meta de eficiência. O resultado é classificado como Não Cumprido, evidenciando o impacto severo do envelhecimento da frota remanescente e da volatilidade de preços em peças e serviços.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

13.1 Redução gradual da forta de veículos

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2021	30/12/2026	TAPA 1: AVALIAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA E DESTINAÇÃO DO (S) CONSIDERADO (S) INSERVÍVEL (IS). ETAPA 2: AVALIAÇÃO E PROPOSIÇÃO DA FORMA DE DESFAZIMENTO DE VEÍCULO (S) INSERVÍVEL (IS) (DOAÇÃO, DAÇÃO EM PAGAMENTO, ETC.) ETAPA 3: PROPOSIÇÃO DE BAIXA PATRIMONIAL DE VEÍCULO (S) CONSIDERADO (S) INSERVÍVEL (IS), SE FOR O CASO.	

13.2 Organização dos gastos por centro de custos

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	AÇÃO CONTÍNUA	TAPA 1: DEFINIR A SUBDIVISÃO POR CENTRO DE CUSTOS ETAPA 2: ELABORAÇÃO DA PLANILHA E COLETA DE DADOS ETAPA 3: ELABORAÇÃO DE PAINEL DE BI	

A CSG iniciou a elaboração da subdivisão dos custos no início de 2024, mas a ação foi interrompida para organização das atividades do pleito eleitoral. A ação será retomada em 2025, considerando a baixa dos 27 veículos da frota e os resultados dos estudos e propostas do GT Transporte para a gestão da frota veicular do TRE-MS (ETAPAS 2 e 3).

A política de gestão de frotas do Tribunal tem priorizado a otimização do acervo e a redução drástica dos custos de manutenção e custeio. Em dezembro de 2022, procedeu-se à desmobilização de 09 unidades para fins de doação, mantendo-se, à época, 74 veículos em operação. Dando continuidade ao plano de desinvestimento em ativos subutilizados, o exercício de 2024 encerrou-se com a baixa de mais 28 veículos. Com essa reestruturação, a frota institucional passou a ser composta por 48 veículos ativos.

Além dos ganhos econômicos, essa redução drástica de aproximadamente 42% do parque rodoviário reflete diretamente na mitigação da pegada de carbono do órgão. Ao limitar o número de veículos em circulação, o TRE-MS reduz sistemicamente a queima de combustíveis fósseis e, por conseguinte, a emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE), alinhando a logística institucional às diretrizes globais de descarbonização.

13.3 Instituição do GT Transporte

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/02/2025	01/10/2025	TAPA 1: FORMALIZAR GRUPO DE ESTUDOS PARA ANALISA APOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DA FROTA E ALTERNATIVAS PRA A LOCOMOÇÃO NAS ATIVIDADES QUE DEMANDEM VEÍCULOS ETAPA 2: REALIZAR UM ESTUDO SOBRE A UTILIZAÇÃO ATUAL DA FROTA E A REAL NECESSIDADE DOS VEÍCULOS ETAPA 3: IDENTIFICAR ALTRNATIVAS DE TRANSPORTES ETAPA 4: PROPOR À ADMINISTRAÇÃO UM PLANO D REDUÇÃO GRADATIVA DA FROTA SEM COMPROMETER A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES	 ação em andamento

Em caráter complementar, foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) incumbido de realizar estudos prospectivos sobre a racionalização da frota. O escopo do grupo abrange a proposição de alternativas modais e soluções de transporte que garantam a continuidade das atividades finalísticas sob um modelo de maior eficiência administrativa e menor impacto ambiental.

OUTROS INDICADORES RELEVANTES:

Usuários por veículos de serviço: 14 usuários/veículo

26. Índice de racionalização de consumo de combustíveis *

Unidade Gestora: Seção de Transportes (SETRAN)

META GERAL:

Frota de veículos atingir, pelo menos, 7 km/l de consumo de combustível.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Observou-se que ações que trazem resultados positivos nesse indicador tendem a ser mais lentas e com custos elevados, pois obriga-se a utilização de combustível de maior rendimento, que são mais caros e/ou a reposição da frota de veículos para padrões híbridos.

As características da região demandam veículos a diesel. Todavia, apesar das ações voltadas para eficiência energética dos veículos não terem sido implementadas, a média de consumo de combustível/km se mantém estável e dentro das metas estipuladas.

* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

14.1 Priorização de abastecimento dos veículos com etanol

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: AVALIAÇÃO DO IMPACTO DA AÇÃO NO ATINGIMENTO DAS METAS DO INDICADOR 26. ETAPA 2: AVALIAÇÃO DO INCREMENTO DE DESPESAS, EM FACE DA PIOR RELAÇÃO KM/L DO ETANOL E DA DIFERENÇA NÃO PROPORCIONAL DE SEU PREÇO POR LITRO COMPARADO AO DA GASOLINA; E DECISÃO DA ADMINISTRAÇÃO QUANTO À ASSUNÇÃO DE EVENTUAL DESPESA ADICIONAL DECORRENTE. ETAPA 3: SE ASSIM DEFINIDO, ORIENTAÇÃO AOS USUÁRIOS PARA ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS PRIORITARIAMENTE COM ETANOL. ETAPA 4: MONITORAMENTO DO CONSUMO.	 ação em andamento

No que tange à matriz energética da frota, a priorização do etanol como combustível preferencial — medida fundamental para o Plano de Descarbonização do TRE-MS — não atingiu a implementação efetiva prevista para o exercício de 2025. A continuidade desta ação encontra-se sob análise técnica em virtude da necessidade de alinhamento normativo e logístico entre a Secretaria de Administração e Orçamento (SAOF) e o Núcleo de Transportes (NTR).

A complexidade reside na estruturação de uma rede de suprimentos que garanta a viabilidade operacional em todas as zonas eleitorais, exigindo estudos de capilaridade de abastecimento e a revisão dos contratos vigentes para assegurar o equilíbrio econômico-financeiro frente à volatilidade de preços do mercado de biocombustíveis.

Material Gráfico

voltar ↺

27. Índice de racionalização de gastos com serviços gráficos *

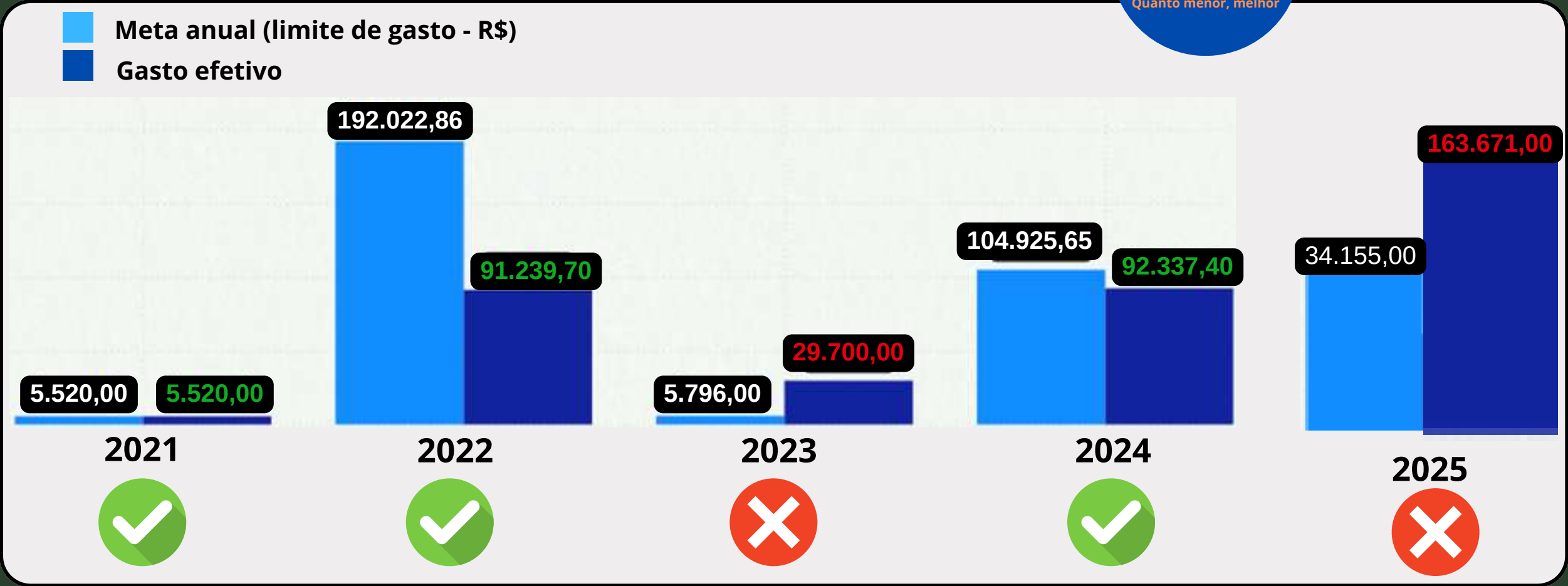
Unidades Gestoras: Assessoria de Comunicação (ASCOM)
Seção de Patrimônio e Almoxarifado (SPA)

META GERAL:

Limitar a expansão dos gastos em até 15% em relação ao ano de referência.

Conforme a metodologia estabelecida para o monitoramento de despesas, procedeu-se à análise da evolução dos custos com serviços gráficos, confrontando os exercícios de 2023 e 2025. O somatório das despesas revelou um aumento percentual de 379,20%. Ressalta-se que este comparativo respeita a simetria entre anos não eleitorais, conforme preconizado pelas normas de controle interno, permitindo uma avaliação fidedigna da variação orgânica do gasto no período analisado

METAS E RESULTADOS ANUAIS



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

15.1 Levantamento da qtde de material gráfico solicitado para as eleições em estoque e orientação de uso aos cartórios eleitorais

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: IDENTIFICAÇÃO DO MATERIAL E INVENTÁRIO ETAPA 2: IDENTIFICAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DO MATERIAL E NECESSIDADE DE NOVOS IMPRESSOS ETAPA 3: DEFINIÇÃO DAS QUANTIDADES ADEQUADAS NA CONTRATAÇÃO	ação em andamento

Com foco na sustentabilidade operacional, a Coordenadoria de Recursos Materiais promoveu um levantamento volumétrico para o pleito de 2026, com base no quantitativo de 2024, objetivando a manutenção das características contratuais delineadas no exercício eleitoral passado, iniciando este levantamento em 2025. A iniciativa visou o alinhamento da contratação gráfica à real necessidade de consumo, assegurando a economicidade e evitando o desperdício de materiais impressos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

INFORMAÇÃO Nº 14135 - TRE/PRE/DG/SAOF/CRM

Senhor Secretário,

Esta Coordenadoria de Recursos Materiais informa a necessidade de aquisição de impressos a serem utilizados tanto nas atividades relacionadas ao Pleito Eleitoral de 2026 quanto nas atividades rotineiras deste Tribunal ao longo do próximo exercício.

Preliminarmente, a Seção de Patrimônio e Almoxarifado encontra-se realizando levantamento dos impressos que serão utilizados nas Eleições, com base na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral que dispôs sobre os atos preparatórios para as Eleições de 2024, bem como tomando como parâmetro os impressos adquiridos e utilizados nas Eleições de 2022.

Entretanto, torna-se imprescindível a consulta às demais Unidades deste Tribunal, com o objetivo de:

- verificar a necessidade de acréscimo nos quantitativos dos impressos para as Eleições de 2026;
- indicar impressos específicos que venham a ser utilizados por cada Unidade, em razão de suas atribuições no pleito e, em atividades ordinárias, tais como: envelopes, selos, cartazes, dentre outros.

Ressaltamos que se faz necessário o encaminhamento detalhado das especificações de cada impresso, com a indicação da Unidade demandante e do respectivo quantitativo a ser adquirido, considerando, inclusive, a possibilidade de realização de 2º turno.

Diante do exposto, solicitamos o encaminhamento dos autos a todas as Unidades da Secretaria deste Tribunal, a saber:

- Presidência;
- Direção-Geral;
- Secretaria Judiciária;
- Secretaria de Tecnologia da Informação;
- Secretaria de Gestão de Pessoas;
- Secretaria de Administração e Orçamento.

Para maiores esclarecimentos, segue anexa a planilha intitulada “ESTIMATIVA DE IMPRESSOS - ELEIÇÕES 2026 (1969920)”, contendo a descrição sumária dos impressos anteriormente adquiridos.

Enfatizamos a importância de se antecipar o levantamento dos impressos a serem adquiridos, considerando que, em pleitos anteriores, diversos

Compras Sustentáveis

voltar ↺

28. Índice de compras sustentáveis *

Unidade Gestora: Seção de Licitação e Compras (SLC)

META GERAL:

Atingir 70% de compras sustentáveis em relação ao total de compras.

O desempenho pleno alcançado no exercício de 2025 — consolidado pela marca de 100% de conformidade nas aquisições pautadas por critérios de sustentabilidade — materializa a maturação sistêmica dos processos implementados em ciclos pretéritos. Este patamar de excelência não é circunstancial, mas o resultado deliberado de uma reestruturação do arcabouço normativo interno.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Meta anual (percentual mínimo de compras sustentáveis)
Percentual efetivo



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

16.1 Orientação de como realizar uma contratação sustentável

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: IDENTIFICAR PONTOS RELEVANTES DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO ETAPA 2: DESENVOLVER AÇÕES, MATÉRIAS, ARTES E DIVULGAÇÃO ETAPA 3: DIVULGAR	

Com o intuito de uniformizar a instrução processual, foi desenvolvido e publicizado um Protocolo Operacional Padrão (POP) voltado às contratações sustentáveis. Esta ferramenta visa mitigar ambiguidades e conferir maior robustez técnica durante a confecção do Estudo Técnico Preliminar (ETP) e do Termo de Referência (TR).

16.2 Divulgação das aquisições realizadas com a inclusão de critérios de sustentabilidade no Boletim Sociambiental

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	AÇÃO CONTÍNUA	ETAPA 1: IDENTIFICAR AS AQUISIÇÕES INTERESSANTES DE SEREM INFORMADAS ETAPA 2: DIVULGAR NO BOLETIM SOCIOAMBIENTAL	

Ação não foi iniciada em 2025.



Qualidade de Vida no Trabalho

voltar ↺

29. Índice de participação nas ações de QVT *

Unidade Gestora: Assessoria de Políticas de Saúde (APS)

META GERAL:

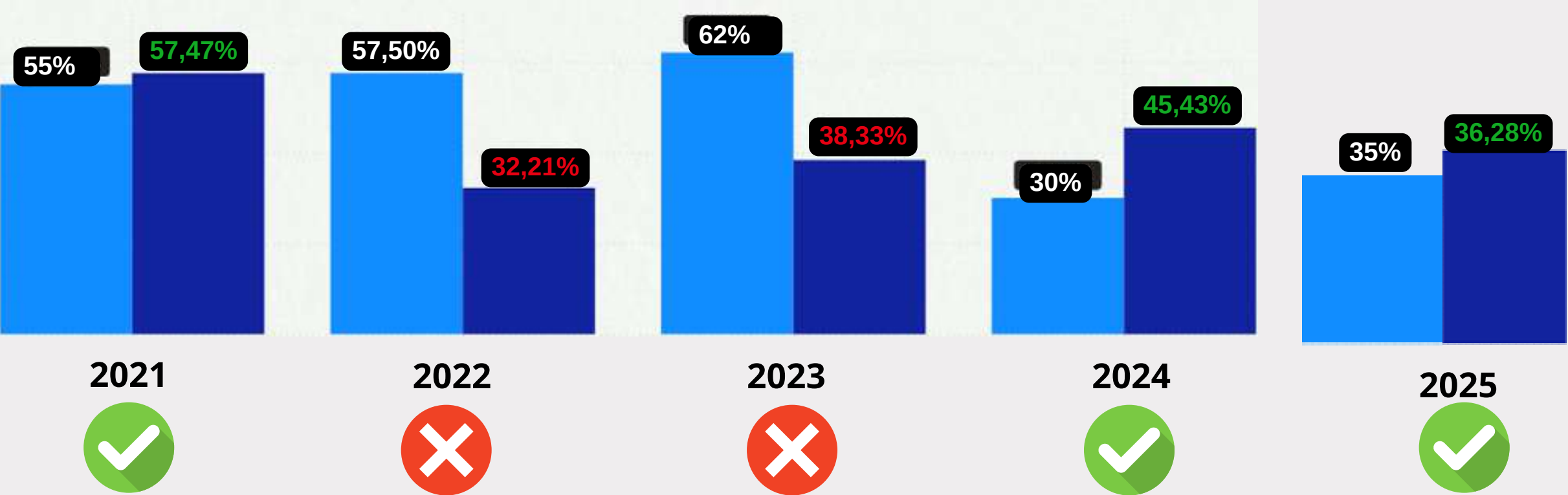
Atingir participação da força de trabalho nas ações de QVT na ordem de 35% em anos não eleitorais e 30% em anos eleitorais.

O exercício de 2025 consolidou-se como um período de atividades transversais. Beneficiada pela estabilidade do calendário, a Coordenadoria registrou uma taxa de adesão considerável. Este cenário de disponibilidade operacional permitiu que o Tribunal a promovesse iniciativas com maior carga horária e complexidade técnica.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Meta anual (percentual mínimo de participação)
Percentual efetivo



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

30. Quantidade de ações realizadas de qualidade de vida no trabalho (QVT) *

Unidade Gestora: Assessoria de Políticas de Saúde (APS)

META GERAL:

Realizar, pelo menos, 5 iniciativas que promovam a saúde e QVT.

A Assessoria de Políticas de Saúde consolida sua atuação por meio de um cronograma plurianual de ações transversais, executadas via gestão direta ou mediante cooperação interinstitucional. Esse fluxo contínuo assegura o cumprimento integral da meta estabelecida, garantindo a realização de no mínimo cinco iniciativas anuais. A regularidade dessas intervenções reflete a maturidade operacional da unidade e a eficácia na manutenção de parcerias estratégicas que potencializam o cuidado à saúde do servidor

METAS E RESULTADOS ANUAIS



É oportuno ressaltar que a Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) compreende dimensões que transcendem a métrica puramente quantitativa. Elementos derivados da Pesquisa de Clima Organizacional e a constante manutenção da infraestrutura física — que abrange desde a sanitização de ambientes até a segurança predial e a higienização dos sistemas de climatização — constituem ativos de bem-estar de difícil mensuração estatística, mas de alto impacto na percepção do servidor. Paralelamente, no que tange aos indicadores objetivos, o Tribunal logrou êxito em integralizar as seis ações de solidariedade previstas nas metas do Plano de Logística Sustentável (PLS), ratificando o compromisso da instituição com a responsabilidade social

* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

17.1 Plano Anual de ações QVT

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/10/2024	20/12/2026	ETAPA 1: ELABORAR O PLANO ANUAL	
		ETAPA 2: APROVAÇÃO SGP E DG	
		ETAPA 3: EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE FORMA A ABRANGER O MAIOR NÚMERO DE PARTICIPANTES	

A Assessoria de Políticas de Saúde institui e operacionaliza um Plano Anual de Ação, focado na promoção do bem-estar e na Qualidade de Vida no Trabalho (QVT). Dada a configuração enxuta da estrutura organizacional, o Tribunal adota uma postura de gestão colaborativa, estabelecendo parcerias estratégicas com órgãos e entidades congêneres. Essa sinergia institucional permite a ampliação do portfólio de serviços e o compartilhamento de recursos, garantindo a entrega de iniciativas robustas sem onerar excessivamente a capacidade operacional interna.

17.2 Elaborar e executar Plano de ações solidárias

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/10/2024	20/12/2025	ETAPA 1: ELABORAR O PLANO	
		ETAPA 2: APROVAÇÃO DG	
		ETAPA 3: EXECUÇÃO DAS AÇÕES DE FORMA A ABRANGER O MAIOR NÚMERO DE PARTICIPANTES	

O engajamento social da Assessoria de Políticas de Saúde é pautado por uma agenda programática de solidariedade, institucionalizada há sucessivos anos. A operacionalização dessas iniciativas ocorre de forma híbrida: através da gestão direta de projetos ou por meio de parcerias estratégicas com entes parceiros. Tal modelo garante a sustentabilidade das ações e potencializa a mobilização de recursos em prol de causas sociais, consolidando a imagem do Tribunal como um agente de transformação ativa

AÇÕES DE QVT REALIZADAS EM 2025

1. Campanha da vacinação da gripe
2. Programa Minha Saúde
3. Plano de Saúde Indireto - ampliação das possibilidades de atendimento particular
4. Reembolso de consultas psicológicas, fisioterapia
5. Plano de Saúde Direto
6. Dia das Mães
7. Dia dos Pais
8. Ginástica Laboral para sede e cartórios do interior
9. Espaço para Massoterapia
10. E-mails mensais APS: "Janeiro Branco, Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul", entre outros
11. Cantata de Natal
12. Curso preparatório para aposentadoria
13. Palestra Setembro Amarelo
14. Comemoração do Dia do Servidor com várias oficinas: Artesanato, Autocuidado, Mídias Sociais e Dança

AÇÕES SOLIDÁRIAS DE 2025

1. Páscoa Solidária
2. Campanha do Agasalho
3. Natal dos Terceirizados TRE/MS
4. MS Tampinhas em prol de animais em situação de vulnerabilidade na Capital
5. Ação Solidária Pedacinho do Céu
6. Ação Solidária Mães Atípicas

Capacitação e Sensibilização

[voltar](#)

31. Índice de participação em ações de capacitação *

Unidade Gestora: Secretaria de Gestão de Pessoas/Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas

META GERAL:

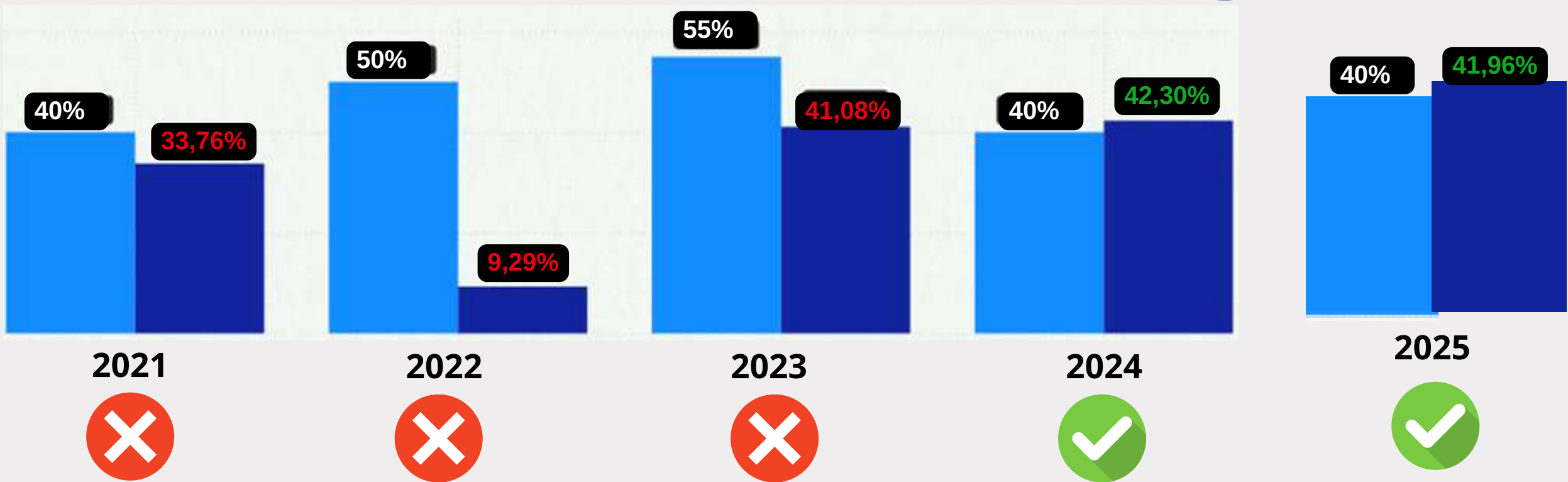
Capacitar, todo ano, pelo menos, 40% da força de trabalho em alguma temática sustentável.

O desempenho registrado em 2025 reflete bem os processos de desenvolvimento de pessoal, sendo determinante para elevar o índice de engajamento para 41,96%, superando o patamar de referência de 2023. Houve mais aderência e capilaridade entre os colaboradores. O resultado é classificado como Meta Cumprida .

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Meta anual (percentual mínimo de participação)
Percentual efetivo



* metas a partir de 2024 revisadas pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

32. Índice de cumprimento das ações de capacitação e sensibilização socioambientais

Unidade Gestora: Seção de Capacitação e Ensino à Distância (SECAP)

META GERAL:

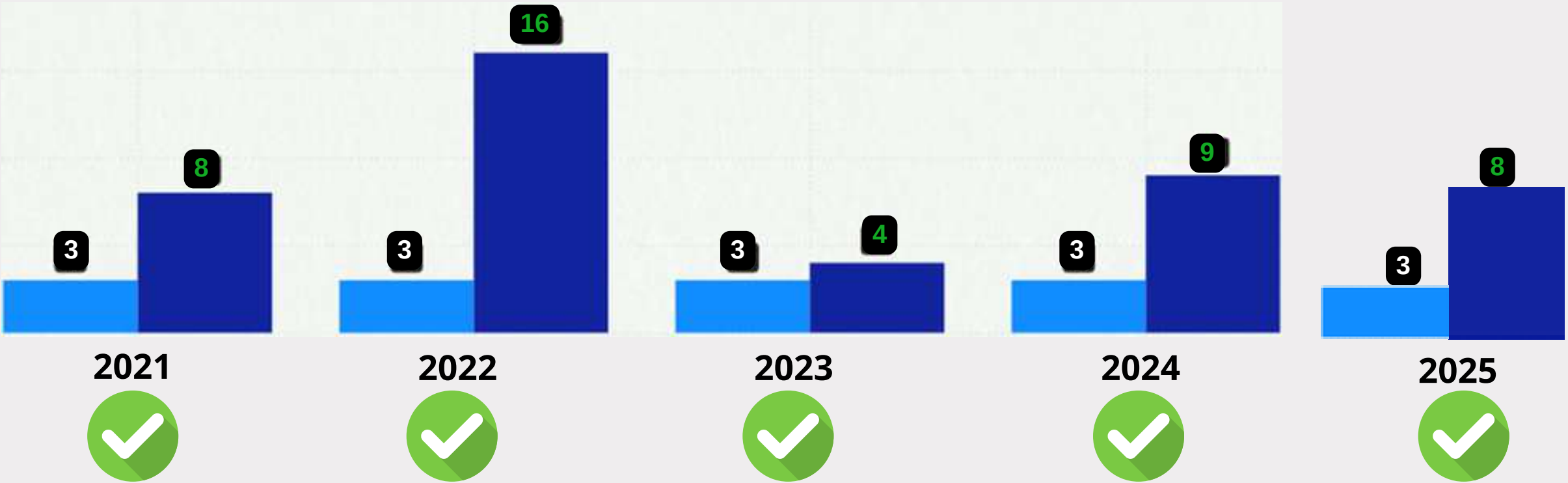
Ofertar, no mínimo, 3 ações de capacitação e de sensibilização por ano.

O Plano de Desenvolvimento de Pessoal (PDP) atua como um vetor de aprimoramento contínuo, fomentando a capacitação técnica dos servidores em eixos temáticos estratégicos. Anualmente, o plano estrutura um portfólio de treinamentos direcionado tanto ao quadro efetivo quanto aos requisitados, viabilizando a progressão funcional por meio do Adicional de Qualificação (AQ). Paralelamente, a temática da sustentabilidade é internalizada via campanhas de sensibilização sistemáticas, assegurando a manutenção do tema na agenda prioritária do TRE-MS e promovendo a consciência socioambiental de forma transversal.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



Meta anual (quantidade mínimo de capacitações)
Quantidade efetiva

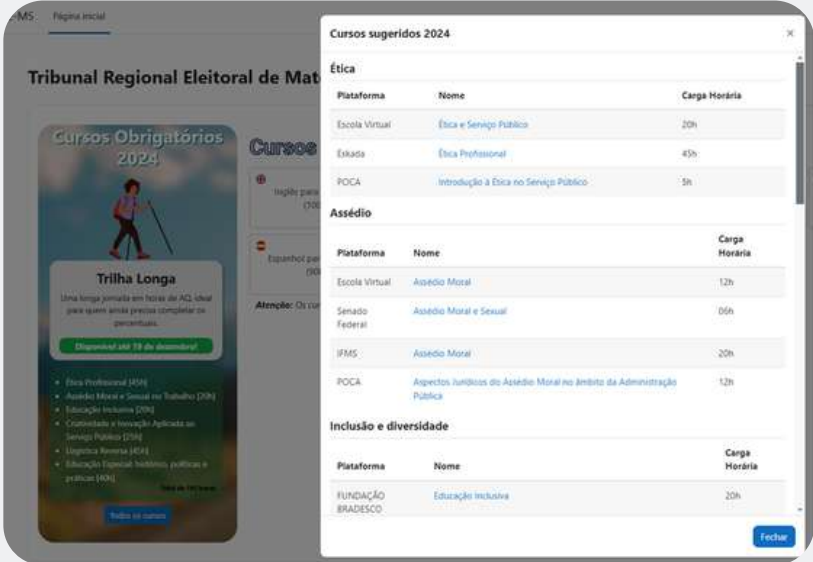


DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

18.1 Sensibilização da força de trabalho acerca dos temas sustentáveis mais críticos do TRE

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	20/12/2026	ETAPA 1: IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS CRÍTICOS DO PLS DO TRE-MS ETAPA 2: BUSCAR APOIO DE ESPECIALISTA PARA ELABORAÇÃO DE ATIVIDADE DE SENSIBILIZAÇÃO ETAPA 3: EXECUÇÃO DA ATIVIDADE/SENSIBILIZAÇÃO	



No exercício de 2025, a gestão da ecoeficiência hídrica e energética permaneceu no centro das prioridades estratégicas do TRE-MS. Diante da relevância desses indicadores para o cumprimento das metas do Plano de Logística Sustentável (PLS), o Boletim Socioambiental consolidou-se como o principal canal de governança participativa, veiculando campanhas técnicas e diretrizes de consumo consciente de forma recorrente ao longo do ano. Essa atuação sistemática visou não apenas a redução de custos operacionais, mas o alinhamento institucional com a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário

18.2 Identificar temas críticos do PLS para capacitação da força de trabalho

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	20/12/2026	ETAPA 1: IDENTIFICAÇÃO DOS TEMAS CRÍTICOS DO PLS DO TRE-MS	ação em andamento
		ETAPA 2: BUSCAR POR TEMAS E INSTITUIÇÕES QUE MINISTREM CURSOS QUE CONTRIBUAM PARA A CAPACITAÇÃO SOCIOAMBIENTAL	
		ETAPA 3: PLANEJAMENTO E SOLICITAÇÃO FORMAL À UNIDADE RESPONSÁVEL PARA ORGANIZAÇÃO E ELABORAÇÃO/CONTRATAÇÃO DO CURSO OU INCLUSÃO NO PAC	

Para esse propósito, foi desenvolvido em 2024, um plano para implementação de Trilha de Aprendizagem para os membros da Comissão Gestora do PLS do TRE-MS, O objetivo central é a democratização do conhecimento e a equalização técnica das equipes, assegurando a estruturação de um plano sólido de sucessão. Com a validação da SGP, a implementação do cronograma estava prevista para o primeiro ciclo de 2025, todavia, por questões de cunho administrativo e logístico, a etapa 3 encontra-se em andamento com previsão implantação no terceiro semestre de 2026.

Plano de ação para Trilha de Aprendizagem

AÇÃO	Desenvolvimento de Trilha de Aprendizagem sobre temáticas “sustentáveis” para membros da Comissão Gestora do PLS do TRE-MS e integrantes do Núcleo Socioambiental, conforme necessidades específicas e alinhamento com os objetivos do PLS.
GESTOR DA AÇÃO	Comissão Gestora do PLS do TRE-MS (CGPLS)
RESPONSÁVEIS	- Membros da Comissão Gestora do PLS do TRE-MS - Titular do Núcleo Socioambiental - Seção de Desenvolvimento de PDP - Seção de Capacitação e Ensino
JUSTIFICATIVAS	- Atendimento à Recomendação 14 da Comissão de Inquérito da Justiça Eleitoral (CJJE) sobre a necessidade de uma equipe multidisciplinar e disposta a aprender sobre logística sustentável - Promoção da cultura de sustentabilidade - Aprendizado sobre logística sustentável - Desenvolvimento de sucessores - Desenvolvimento de melhores práticas e nível de excelência

0008957-07/2024 6.12.8000

- Informação 13808 Elaboração do PDP/2025 (1754160) seção
- Despacho 30694 (1754327) seção
- Informação 13903 (1755268) seção
- Informação 14158 (1756757) seção
- Informação 14816 (1762986) seção
- Informação 14985 (1765597) seção
- Informação 14994 (1765696) seção
- Informação Trilhas de Aprendizagem CGPLS (1766020) seção
- Informação 15052 (1766022) seção
- Cartidão Solicitação PDP/2025 (1779083) seção
- Informação 16304 Temáticas - Trilha Organizacional/PDP/2025
- Informação 16482 (1784190) seção

Consultar Andamento

Processos Relacionados:

- Plano de ação (1)
- Plano anual de capacitação (elaboração) (1)

Trilha de Aprendizagem CGPLS

Trilha de Aprendizagem

Caminho para a Sustentabilidade: Gestão Eficiente no PLS.

Apresentação

A Trilha de Aprendizagem "Caminho para a Sustentabilidade: Gestão Eficiente no PLS" é um projeto desenvolvido para os membros da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) do TRE-MS, com o propósito de capacitar os membros da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) em temas relacionados à sustentabilidade e eficiência operacional, visando a melhoria da gestão e a transformação do Poder Judiciário como um todo.

A Trilha terá como eixo central o tema "Sustentabilidade" e será composta por módulos que abordarão a sustentabilidade operacional, a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade social, com foco na eficiência operacional e na transformação digital.

A implementação da Trilha de Aprendizagem será realizada em etapas, com a primeira etapa focada na sustentabilidade operacional e a segunda etapa focada na sustentabilidade ambiental e social.

A Trilha de Aprendizagem será implementada em parceria com a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) e a Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS).

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TRE-MS

31. Quantidade de ações de sensibilização em equidade e diversidade *

Comissões Gestoras:

- Comissão de Participação e Valorização Feminina
- Comissão de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e Discriminação
- Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

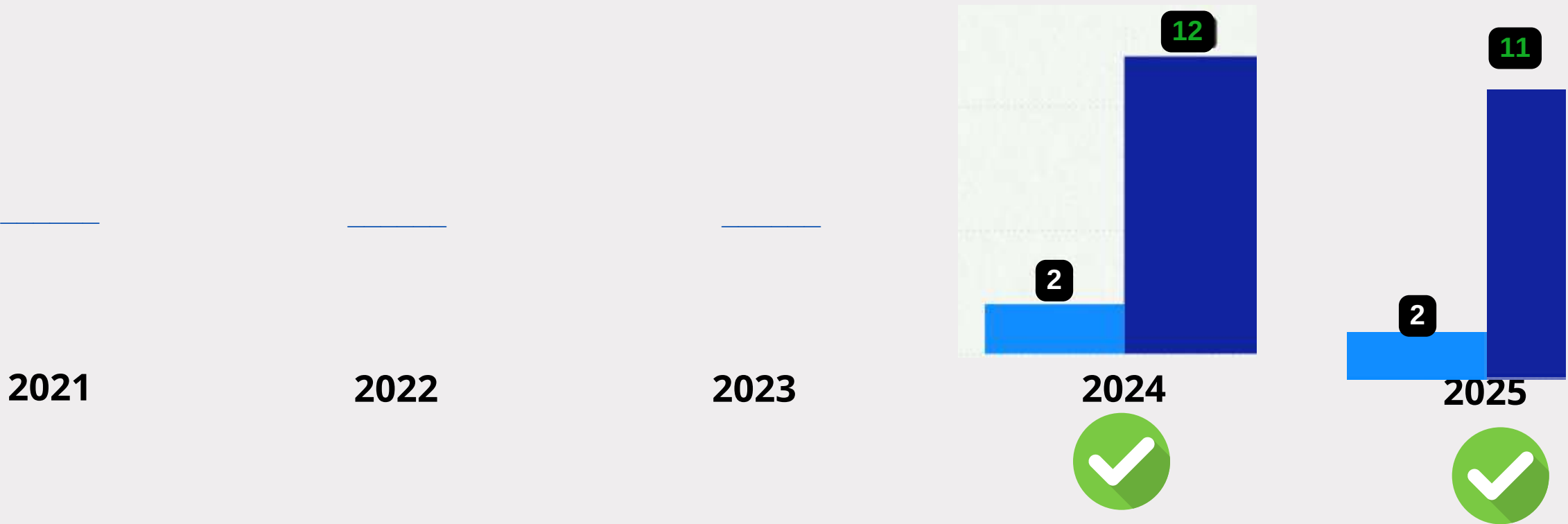
META GERAL:

Realizar, no mínimo, 2 ações de capacitação e/ou sensibilização por ano.

METAS E RESULTADOS ANUAIS



- Meta anual (quantidade mínimo de capacitações)
- Quantidade efetiva



A agenda de equidade e diversidade do TRE-MS possui caráter transversal, sendo operacionalizada por comissões que asseguram a sensibilização contínua do corpo funcional em temas como participação feminina, acessibilidade e combate ao assédio. Essas iniciativas fomentam o engajamento institucional e a integração com outros órgãos, refletindo uma maturidade que culminou em 100% de conformidade nas aquisições sustentáveis em 2025. A convergência entre inclusão social e eficiência logística consolida o Tribunal como referência em governança, materializando a evolução sistêmica dos processos e o compromisso com a excelência na gestão pública.

* indicador incluído pela Resolução TRE-MS n. 847/2024.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

31.1 Elaborar Plano de Capacitação e sensibilização da força de trabalho acerca de equidade e diversidade

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2024	20/12/2026	ETAPA 1: PLANEJAMENTO ANUAL DE CAPACITAÇÕES EM EQUIDADE E DIVERSIDADE ETAPA 2: ELABORAÇÃO E APROVAÇÃO DO PDP ANUAL ETAPA 3: OFERTAS ANUAIS DE CAPACITAÇÃO DE FORMA A ABRANGER O MAIOR NÚMERO DE PARTICIPANTES	

Para dar continuidade ao trabalho iniciado pela SGP, o foco de 2025 passou a ser a implementação prática e a mensuração de resultados, a partir do levantamento realizado em 2024. O objetivo foi capilarizar o conhecimento para todas as unidades e setores administrativos.

Apesar de não haver um plano formal, em 2024 as seguintes ações e capacitações que visavam promover uma justiça e ambiente eleitoral equânime e diverso foram:

- 1.Instituição de um calendário corporativo da Corte Eleitoral com as datas promocionais de acessibilidade para os anos de 2024 e 2025.
- 2.Adequação do formulário eletrônico de solicitação da Ouvidoria da Mulher com a inclusão de dois novos tópicos: Violência Doméstica e Familiar nos Cartórios e Violência Doméstica na Secretaria. - NOVO MANTEM
- 3.Podcast dedicado a abordar temas relacionados à violência doméstica e familiar. - ERICA
- 4.O TRE-MS instituiu, por meio da Portaria nº 130/2024, o Programa “Eva”, destinado à prevenção e medidas de segurança voltado ao enfrentamento à violência doméstica e familiar contra estagiárias, magistradas, requisitadas, servidoras e terceirizadas no âmbito da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul. - COFEM - Érica
- 5.Palestra “Acessibilidade”, com o objetivo de conscientizar juízes e servidores eleitorais sobre a importância de tornar os espaços públicos acessíveis a todos os cidadãos.
- 6.Cartilha “Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação: prevenção e enfrentamento no TRE-MS”.
7. E-book Prevenção e Enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e da discriminação - NOVO
- 8.Semana de Combate ao Assédio Moral e Sexual - Palestra: “ Ambiente de Trabalho Seguro: Você tem?”
- 9.Participação em mais uma edição do JEF Itinerante Indígena para apoiar a população indígena em Dourados a exercer a sua cidadania.



Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa

[voltar](#)

32.Programa Carbono Zero

Núcleo Socioambiental
Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

META GERAL:
Elaborar o Inventário de Emissão de GEE, Relatórios de Emissões e Plano de Descarbonização do TRE-MS



DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

32.1 Elaborar Inventário Parcial de Emissões do TRE-MS

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
10/01/2025	20/01/2026	ETAPA 1: MAPEAR FONTES DE EMISSÕES, EVANTAR INFORMAÇÕES ETAPA 2: CLASSIFICAR AS EMISSÕES POR ESCOPO PLEO MÉTODO GHG PROTOCOL ETAPA 3: ELABORAR MÉTODOS DE COLTA DE DADOS DE EMISSÕES IDENTIFICADAS E INICIAR A COLETA ETAPA 4: CONCULIR A COLETA COM DADOS CONFIÁVEIS E POSSÍVES E QUE PERMITAM A REAVALIAÇÃO DO PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO	

O TRE-MS consolida, em 2025, a maturidade de sua gestão ambiental ao dar continuidade ao monitoramento de sua pegada de carbono. O processo utiliza como base a metodologia do GHG Protocol (The Greenhouse Gas Protocol), padrão global para a contabilização e relato de emissões.

Histórico e Evolução

O compromisso da instituição com a descarbonização não é recente. Desde 2022, o Tribunal realiza levantamentos sistemáticos de dados para o diagnóstico de emissões:

- 2022-2023: Fase inicial focada no Prédio Sede (Campo Grande), servindo como projeto-piloto para a definição dos limites operacionais e categorias de emissão.
- 2024-2025: Expansão do escopo de inventário, abrangendo agora as três principais unidades da Capital.

Escopo Atual (2025)

Para o ciclo atual, o inventário contempla o levantamento de dados, o cálculo de emissões (Escopos 1, 2 e 3) e a elaboração de relatórios técnicos específicos para as seguintes edificações:

- Prédio Sede: Gestão administrativa e institucional.
- Fórum Eleitoral de Campo Grande: Fluxo de atendimento ao cidadão.
- Almoxarifado e Depósito de Urnas: Logística e armazenamento de ativos.

Metodologia Aplicada

A confecção dos relatórios segue rigorosamente as diretrizes de transparência, integridade e consistência. O trabalho consiste na coleta de dados de consumo (energia elétrica, combustíveis, gases refrigerantes e resíduos), seguida pela aplicação dos fatores de emissão atualizados para o cálculo de toneladas de CO2 equivalente através do sistema GHG PROTOCOL.

32.2 Elaborar Inventário Completo de Emissões do TRE-MS - Contratação de Empresa/Técnico Especializado

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/07/2025	30/06/2026	ETAPA 1: ELABORAR TEMPO DE REFERÊNCIA COM OS REQUISITOS TÉCNICOS ETAPA 2: PUBLICAR EDITAL E DEMAIS DOCUMENTOS PARA LICITAÇÃO ETAPA 3: HABILITAR E CONTRATAR EMPRESA VENCEDORA ETAPA 4: ACOMPANHAR E MONITORAR O CUMPRIMENTO DO CONTRATO E REUNIÕES DE ALINHAMENTO	

A complexidade e a capilaridade da estrutura predial do TRE-MS, composta por 49 edificações distribuídas geograficamente, demandam um esforço analítico que extrapola a capacidade operacional interna. A elaboração de um Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) com este nível de abrangência exige rigorosa coleta de dados primários e aplicação precisa dos fatores de emissão do GHG Protocol. Dada a necessidade de assegurar a integridade dos dados e a conformidade com as normas internacionais (ISO 14064), optou-se pela contratação de consultoria especializada para a execução dos trabalhos.

A atuação da contratada focará na compilação dos dados de consumo e atividades encaminhados pelo TRE-MS. O processamento seguirá as diretrizes do GHG Protocol, convertendo as métricas operacionais em toneladas de CO2 equivalente, abrangendo os Escopos 1 (emissões diretas), 2 (energia comprada) e 3 (emissões indiretas da cadeia).

A entrega final consistirá em relatórios técnicos individualizados e consolidados de todas as 49 unidades, permitindo ao Tribunal:

- Identificar pontos críticos de emissão em zonas eleitorais específicas;
- Estabelecer metas de redução baseadas em dados reais (Baseline);
- Alimentar o Plano de Logística Sustentável (PLS) com informações auditáveis.

32.3 Aumentar a Proporção em 10% do Consumo de Etanol em Relação ao Consumo Total de Combustível

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/07/2025	30/06/2026	ETAPA 1: DIAGNÓSTICO DA FROTA E IDENTIFICAR QUAIS VEÍCULOS SÃO VIÁVEIS PARA UTILIZAÇÃO DE ETANOL ETAPA 2: ELABORAÇÃO DE DIRETRZ INTERNA PARA DETERMINAR O USO EXCLUSIVO DE ETANOL NOS VEÍCULOS PRÉ-INDICADOS APENAS NOS DESLOCAMENTOS DE SEDE CAPITAL E SEDE CARTÓRIOS ETAPA 3: COMUNICAÇÃO AOS MOTORISTAS QUANTO A MUDANÇA DA POLÍTICA ETAPA 4: NEGOCIAÇÃO COM FORNECEDORES DE ETANOL ETAPA 5: MONITORAENTO DOS REGISTROS DE CONSUMO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	

A implementação da política de uso prioritário de etanol na frota do TRE-MS enfrenta desafios técnicos e logísticos significativos. Apesar da meta de sustentabilidade para 2026, a menor autonomia do biocombustível compromete a eficiência em deslocamentos longos para o interior, exigindo paradas frequentes que impactam cronogramas operacionais. Financeiramente, a oscilação na paridade de preços (limite de 70% em relação à gasolina) muitas vezes torna o abastecimento antieconômico perante os órgãos de controle. Além disso, a indisponibilidade de etanol em postos credenciados de zonas remotas e os riscos de manutenção por ociosidade da frota (higroscopia) impedem a adoção exclusiva. A estratégia técnica agora foca em diretrizes híbridas, priorizando o etanol na Capital e vinculando o uso no interior à viabilidade econômica e logística local.

32.4 Elaborar estudo de viabilidade para a otimização da frota institucional, propondo modelos alternativos de mobilidade que assegurem a plena continuidade operacional

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/02/2025	01/10/2025	ETAPA 1: DIAGNÓSTICO DA FROTA E IDENTIFICAR QUAIS VEÍCULOS SÃO VIÁVEIS PARA UTILIZAÇÃO DE ETANOL ETAPA 2: ELABORAÇÃO DE DIRETRIZ INTERNA PARA DETERMINAR O USO EXCLUSIVO DE ETANOL NOS VEÍCULOS PRÉ-INDICADOS APENAS NOS DESLOCAMENTOS DE SEDE CAPITAL E SEDE CARTÓRIOS ETAPA 3: COMUNICAÇÃO AOS MOTORISTAS QUANTO A MUDANÇA DA POLÍTICA ETAPA 4: NEGOCIAÇÃO COM FORNECEDORES DE ETANOL ETAPA 5: MONITORAMENTO DOS REGISTROS DE CONSUMO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS	

A ação estratégica voltada à racionalização da frota veicular foi devidamente formalizada com a constituição de um Grupo de Trabalho, composto por servidores de diversas unidades administrativas e operacionais. A diversidade na composição do grupo visa garantir uma visão sistêmica dos impactos de qualquer alteração logística nas atividades finalísticas do TRE-MS.

Embora o grupo tenha sido instituído, o cronograma de estudos não foi executado conforme o previsto em 2025. Essa dilação de prazo fundamenta-se nos seguintes pontos críticos:

- **Sobrecarga Operacional e Conflito de Agendas:** A natureza transversal do grupo exige o envolvimento de servidores-chaves que, no período, estiveram absorvidos por demandas emergenciais e sazonais de suas unidades de origem, impossibilitando a dedicação necessária para uma análise técnica rigorosa.
- **Complexidade da Modelagem Logística:** A frota do Tribunal não atende apenas ao transporte administrativo, mas sustenta a logística de distribuição e manutenção de urnas eletrônicas em cenários geográficos distintos. Um estudo superficial poderia resultar em gargalos operacionais críticos, especialmente em zonas eleitorais de difícil acesso.
- **Gestão de Riscos e Continuidade de Negócio:** Medidas de redução ou substituição de frota sem o devido embasamento em dados de telemetria e análise de demanda real poderiam comprometer a capilaridade institucional e a segurança dos ativos.
- **Análise de Sustentabilidade Econômica:** A migração para modelos alternativos (como locação de veículos ou transporte por demanda) requer um estudo de viabilidade financeira profundo para assegurar que não haja incremento de custos a longo prazo ou precarização do serviço logístico.

Diante da sensibilidade da operação logística e do impacto direto na continuidade das atividades institucionais, o Grupo de Estudos projeta para o primeiro semestre de 2026 a retomada dos trabalhos. O foco será o estabelecimento de um Baseline de Consumo e Utilização, permitindo que a transição para modelos de mobilidade mais eficientes ocorra sem riscos à integridade da missão institucional.

32.5 Otimizar as Usinas Fotovoltaicas

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/03/2025	10/10/2025	ETAPA 1: ANALISAR O DESEMPENHO ESPERADO X REAL DOS SISTEMAS FOTOVOLTAICOS, MANENDO A GERAÇÃO DE ENERGIA E, ESTRATÉGIAS PARA COMPENSAR O CARBONO	
		ETAPA 2:LEVANTAR ESTRATÉGIAS PARA MELHORAR O DESEMPENHO DO SISTEMA EXISTENTE,	
		ETAPA 3: IDENTIFICAR E MITIGAR AS PERDAS CAUSADAS POR SOMBRIAMENTO, SUJEIRA, FALHAS TÉCNICAS OU DEGRADAÇÃO DOS PAINÉIS	
		ETAPA 4: ADOTAR PRÁTICAS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA PARA EVITAR DANOS E GARANTIR MAIOR DURABILIDADE DOS COMPOENTES	

A infraestrutura de geração de energia solar do TRE-MS, conta com 18 usinas fotovoltaicas em pleno funcionamento, tendo sido submetida a um cronograma rigoroso de manutenção preventiva e preditiva, visando a mitigação de falhas operacionais e a preservação da vida útil dos componentes eletroeletrônicos.

O foco das atividades em 2025 evoluiu da simples manutenção para a otimização de ativos. A continuidade desta política de gestão de ativos garante:

- 1.Máxima Disponibilidade: Redução do downtime (tempo de sistema parado) para níveis próximos de zero.
- 2.Garantia de Geração: Cumprimento das metas de compensação energética previstas no Plano de Logística Sustentável (PLS).
- 3.Segurança Patrimonial: Prevenção de sinistros através do monitoramento contínuo das grandezas elétricas.

A abordagem atual transita de uma postura reativa para uma gestão de ativos baseada em condição, assegurando que a estrutura fotovoltaica opere em seu pico de eficiência nominal, otimizando o retorno sobre o investimento público realizado.

32.6 Reduzir o Consumo de Energia Elétrica através do uso de fontes renováveis

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/02/2025	10/06/2025	ETAPA 1: ESTUDO DA VIABILIDADE TÉCNICA, FINANCEIRA E DAS LOCALIDADES A SEREM COBERTAS PELAS USINAS	
		ETAPA 2: INCLUIR O PROJETO PCA E NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO	
		ETAPA 3: PROCESSO LICITATÓRIO PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO	
		ETAPA 4: CONTRATAR EMPRESA PARA ESTUDO E VIABILIDADE	
		ETAPA 5: INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO	
		ETAPA 6: MONITORAMENTO CONTÍNUO	

O parque fotovoltaico do TRE-MS, atualmente composto por 18 usinas em plena operação, consolidou-se como um ativo estratégico de alta eficiência. O monitoramento das grandezas elétricas e a otimização contínua desses sistemas resultaram em uma redução no consumo de energia da rede concessionária superior a 40%. Esse índice demonstra não apenas a viabilidade técnica das plantas, mas um impacto direto e positivo na economia de custeio institucional.

Com base no sucesso das unidades existentes, foi realizado um diagnóstico técnico das edificações remanescentes. O estudo identificou:

- Disponibilidade de Área: Há viabilidade física e espaço técnico (coberturas e áreas de solo) para a instalação de novas plantas.
- Prontidão de Engenharia: O mapeamento das unidades já contempla o pré-dimensionamento de potência, aguardando apenas a janela de oportunidade para execução.

3. Restrições Operacionais e Financeiras

Apesar do cenário favorável à expansão, a implementação de novas usinas, além das 18 atuais, enfrenta limitações momentâneas:

- Prospecção Financeira: O cenário orçamentário atual não prevê dotação imediata para novos aportes em bens de capital (Capex).
- Complexidade Logística: A mobilização de equipes e o transporte de componentes para unidades do interior exigem um planejamento logístico robusto que, no presente ciclo, está condicionado à disponibilidade orçamentária.

A estratégia para 2026 permanece focada na extração da máxima performance das 18 usinas atuais, garantindo que o índice de redução de 40% seja mantido ou ampliado através da otimização fina dos sistemas. O projeto de expansão segue como uma diretriz pronta para ser acionada assim que houver disponibilidade financeira, respaldado pelos excelentes resultados já colhidos.

DESEMPENHO DAS AÇÕES RELACIONADAS AOS INDICADORES

[voltar](#)

32.7 Destinação Correta de Resíduos Recicláveis no Interior do Estado

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/03/2025	20/12/2025	ETAPA 1: ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA DAS LOCALIDADES ONDE HÁ ASSOCIAÇÕES/COOPERATIVAS DE CATADORES DE RECICLÁVEIS ETAPA 2: CRIAÇÃO DE ESTRUTURA PARA A SEPARAÇÃO E DESTINAÇÃO CORRETA DOS RESÍDUOS RECICLÁVEIS EM CADA PRÉDIO ETAPA 3: MONITORAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO PROCESSO	

A gestão de resíduos sólidos recicláveis nas zonas eleitorais do interior do Mato Grosso do Sul enfrenta um cenário de alta complexidade. A principal barreira reside na ausência de infraestrutura municipal, onde muitas prefeituras ainda carecem de legislação própria e não possuem um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) estruturado. Sem a coleta seletiva municipal ou associações de catadores formalizadas, a destinação ambientalmente adequada torna-se um desafio logístico e operacional para as unidades do Tribunal. Apesar desse déficit estrutural externo, o TRE-MS apresentou resultados expressivos no ciclo de 2025. A meta institucional, inicialmente fixada em 06 localidades, foi superada em 66%, atingindo um total de 10 localidades com gestão de resíduos implementada.

Indicador	Meta Prevista	Resultado Alcançado	Desvio Positivo
Localidades com Gestão de Resíduos	06 unidades	10 unidades	+ 4 unidades

O atingimento desta marca, mesmo diante das adversidades supracitadas, deve-se ao esforço coordenado do Núcleo Socioambiental, cujas ações focaram em:

- **Articulação Institucional:** Busca ativa por parcerias locais, mesmo informais, com cooperativas regionais e iniciativas de logística reversa para viabilizar o escoamento dos materiais.
- **Soluções Logísticas Customizadas:** Desenvolvimento de fluxos internos para o acondicionamento e transporte de resíduos recicláveis até pontos de entrega voluntária (PEVs) ou centros de triagem em municípios vizinhos que possuem estrutura.
- **Engajamento e Treinamento:** Capacitação técnica das equipes das zonas eleitorais, transformando os servidores em multiplicadores da política de resíduos, garantindo a segregação correta na fonte e evitando a contaminação do material.
- **Monitoramento e Diagnóstico:** O Núcleo atuou no mapeamento técnico das rotas, identificando onde o esforço logístico teria maior taxa de retorno ambiental.

O sucesso da operação demonstra que o TRE-MS conseguiu transpor barreiras normativas municipais através de uma gestão proativa. Para 2026, a estratégia visa consolidar essas 10 localidades e utilizar o modelo desenvolvido pelo Núcleo Socioambiental como benchmark para a expansão em áreas ainda desassistidas pela rede pública de coleta.

32.8 Capacitar servidor no tema “Programa Carbono Zero”

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/03/2025	30/01/2026	ETAPA 1: PROCEDER AOS TRÂMITES PARA CONTRATAÇÃO DO CURSO ETAPA 2: DIVULGAR A CAPACITAÇÃO E SELECIONAR PARTICIPANTES COM BASE EM CRITÉRIOS TÉCNICOS ETAPA 3: PLANEJAR E VIABILIZAR A LOGÍSTICA NECESSÁRIA ETAPA 4: MONITORAR E APLICAR OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS	

No ciclo de 2025, o TRE-MS assegurou sua representação no curso Justiça Carbono Zero, capacitação estratégica voltada à descarbonização e ao cumprimento das metas de sustentabilidade do Poder Judiciário. A participação foi efetivada pela titular do Núcleo Socioambiental, garantindo que o conhecimento técnico seja absorvido diretamente pela unidade responsável pela gestão da pegada de carbono da instituição.

Embora a meta institucional previsse a capacitação de dois servidores, a administração optou pela participação de apenas um representante, fundamentada nos seguintes pontos:

- **Contenção e Eficiência Financeira:** Diante das restrições orçamentárias vigentes e da necessidade de racionalização de gastos com inscrições e diárias, a gestão priorizou a concentração do investimento na liderança técnica da área. Essa decisão visou garantir o melhor aproveitamento do recurso público sem comprometer a absorção do conteúdo essencial.
- **Resiliência da Força de Trabalho (Capacidade Operacional):** A ausência simultânea de dois servidores técnicos do Núcleo Socioambiental poderia comprometer a continuidade de projetos críticos em andamento (como os inventários de GEE e a gestão das usinas fotovoltaicas). A manutenção de parte da equipe em regime operacional garantiu a estabilidade das atividades finalísticas da unidade.
- **Estratégia de Multiplicação Interna:** Optou-se pelo modelo de Capacitação em Cascata. A servidora participante atuará como multiplicadora, transferindo os conhecimentos técnicos e as metodologias do programa para o restante da equipe e demais unidades, eliminando a necessidade de um segundo investimento direto no momento.

A participação no programa qualifica o Tribunal para:

1. Refinar o cálculo de emissões conforme as novas diretrizes do setor público;
2. Estruturar o Plano de Descarbonização com maior rigor metodológico;
3. Fortalecer a governança ambiental para o atendimento às resoluções de sustentabilidade dos órgãos superiores.

A execução de 50% da meta de pessoal não representa uma perda de eficácia, mas sim uma escolha estratégica para equilibrar o desenvolvimento institucional com a austeridade financeira e a manutenção da produtividade do Núcleo.

32.9 Promoção de Palestra sobre GEE e Descarbonização para o corpo funcional

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/03/2025	10/09/2026	ETAPA 1: FORMALIZAR O PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DO CURSO ETAPA 2: DIVULGAR A CAPACITAÇÃO E SELECIONAR PARTICIPANTES COM CRITÉRIOS TÉCNICOS ETAPA 3: PLANEJAR E VIABILIZAR A LOGÍSTICA NECESSÁRIA ETAPA 4: MONITORAR E APLICAR OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS	não executada

A presente ação foi susente suspensão da atividade fundamenta-se em uma análise de viabilidade e priorização de demandas, considerando os seguintes fatores:

- Durante o período previsto para a palestra, o Núcleo Socioambiental priorizou a fase crítica de coleta de dados para o Inventário de GEE das 49 unidades do interior. Tecnicamente, optou-se por concluir o diagnóstico real das emissões para que a futura palestra apresente dados concretos da instituição, em vez de apenas conceitos teóricos, para garantir a eficácia da política de conscientização, é tecnicamente recomendável que temas de alta relevância, como a descarbonização, ocorram em janelas de tempo com maior capacidade de absorção pelos servidores.
- Após análise, entendeu-se que a palestra terá maior impacto após a consolidação dos novos parâmetros do programa "Justiça Carbono Zero". Isso permitirá que o treinamento seja entregue com uma metodologia já testada e alinhada às novas diretrizes nacionais.

A ação não foi cancelada, mas sim replanejada. A proposta é que o evento ocorra em 2026, já utilizando os resultados consolidados da consultoria especializada contratada em dezembro de 2025. Dessa forma, a palestra deixará de ser meramente informativa para se tornar um workshop de apresentação de resultados e metas de redução.

A não realização da palestra no período pretérito evitou o dispêndio de recursos em um momento de sobrecarga operacional, permitindo que a futura capacitação seja baseada em indicadores reais e auditáveis da própria frota e edificações do TRE-MS.

32.10 Promoção de Palestra sobre GEE e Descarbonização para o corpo funcional

DATA DE INÍCIO	DATA FIM	ETAPAS	STATUS
01/05/2025	20/06/2026	ETAPA 1: MAPEAMENTO DE LOCAIS PASSÍVEIS DE REFLORESTAMENTO/RECUPERAÇÃO ETAPA 2:FIRMAR PARCERIAS LOCAIS COM ONG/PREFEITURAS ETAPA 3: ADOÇÃO DE TECNOLOGIAS PARA ACOMPANHAR O CRESCIMENTO DAS ÁREAS REFLORESTADAS E O SEQUESTRO DE CARBONO ETAPA 4: PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS E MONITORAMENTO COM RESULTADOS A LONGO PRAZO	

A não execução, durante o exercício de 2025, deu-se em virtude da priorização técnica voltada à estruturação do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) e à revisão do Plano de Descarbonização do Tribunal. Entendeu-se, sob a ótica da gestão ambiental, que a sensibilização do corpo funcional apresenta maior eficácia e engajamento quando subsidiada por indicadores diagnósticos precisos e metas institucionais consolidadas.

A estratégia adotada visou evitar a abordagem de conceitos puramente teóricos, optando-se por aguardar a conclusão dos estudos técnicos em andamento. Dessa forma, as futuras ações de capacitação e educação ambiental serão pautadas na realidade operacional específica deste Sodalício, permitindo a apresentação de cenários reais e metas de mitigação tangíveis aos colaboradores.

Para os próximos exercícios, com a base de dados do inventário devidamente consolidada, prevemos a implementação de um programa de educação corporativa focado em literatura climática. Este cronograma incluirá:

- Ciclos de palestras técnicos e oficinas de conscientização;
- Apresentação dos resultados do Plano de Descarbonização;
- Fomento à mudança de cultura organizacional para redução da pegada de carbono institucional.

PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO

INVENTÁRIO DE EMISSÕES DE GEE

O TRE-MS iniciou a coleta de dados dos prédios da capital em 2023 e logrou em elaborar relatórios de emissões de 2022, 2023, 2024 e 2025 havendo, a partir do exercício vindouro, a contratação de empresa especializada para tornar mais eficiente a elaboração do Inventário, Relatórios e Plano de Descarbonização, de toda a infraestrutura predial do TRE-MS, utilizando-se da ferramenta GHG Protocol.

Os dados do inventário de 2022 contemplaram emissões dos escopos 1 e 2 dos prédios da capital e, em 2023, parte do escopo 3 foi incluído exclusivamente da Sede do Tribunal, referente a gestão de resíduos sólidos, em 2024 incluiu-se viagens aéreas também. Já para 2025 for realizado o inventário dos 3 prédios sediados na Capital (Prédio Sede, Fórum Eleitoral e Almoxarifado/Depósito de Urna).

Nas unidades da Capital, executam-se atividades administrativas, como logística veicular, recepção, arquivos, consultórios, refeitório e outros serviços, com uma equipe composta por total funcionários (95 terceirizados, 35 estagiários e 239 servidores).



Inventário e relatório GEE TRE-MS 2022 - 2024

PROGRAMA JUSTIÇA CARBONO ZERO

QUADRO GERAL - PRÓXIMOS PASSOS - REDUÇÃO E COMPENSAÇÃO

A salvaguarda do equilíbrio ecossistêmico e a preservação da biosfera exigem, como imperativo estratégico, a mitigação célere das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). Nesse contexto, o Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) consolidou, em 2025, seu Plano de Descarbonização, instrumento rigorosamente balizado pela norma ISO 14064 e pelas diretrizes da Resolução CNJ nº 594/2024. Este plano possui natureza dinâmica, com revisões anuais previstas para assegurar a adaptabilidade às variáveis organizacionais e a convergência com os objetivos estratégicos deste Regional.

A diretriz central deste Sodalício fundamenta-se na hierarquia de mitigação, priorizando a redução substantiva das emissões diretas e indiretas em toda a cadeia operativa. Sob este prisma técnico, a compensação de carbono é classificada como medida de última instância, destinada exclusivamente às emissões residuais tecnicamente irreduzíveis, sendo que, atualmente, foi contratado empresa especializada para a quantificação e ações de compensação.

Historicamente, o TRE-MS já apresenta avanços concretos na mitigação de impactos, mesmo precedendo a formalização do Plano de Descarbonização. Tais resultados são frutos de ações integradas ao Plano de Logística Sustentável (PLS), destacando-se:

- Matriz Energética Limpa: Implementação de usinas fotovoltaicas e retrofit tecnológico para iluminação LED;
- Gestão de Ciclo de Vida: Execução do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS);
- Educação Ambiental Corporativa: Capacitação contínua de colaboradores e terceirizados.

O desafio atual da gestão reside na quantificação analítica (inventário) dos efeitos positivos dessas medida com o acompanhamento da infraestrutura total abordando os 49 prédios. A mensuração precisa desses dados é fundamental para a definição de novas estratégias de redução e para o balizamento de projetos de compensação ambiental que deve ser implementada durante o exercício de 2026. O objetivo final é a neutralidade de carbono até 2030, em estrito alinhamento com a Agenda 2030 da ONU. As medidas oficializadas e os cronogramas de execução encontram-se detalhados no Plano de Descarbonização, garantindo transparência e rastreabilidade ao processo de transição para uma economia de baixo carbono.

Para o Planejamento Estratégico e Expansão (2025-2026) e com o objetivo de universalizar o diagnóstico climático, procedeu-se em 2025 à contratação de empresa especializada em engenharia ambiental para:

- Universalização do Inventário: Elaboração de inventários GEE para todas as unidades e cartórios do estado.
- Atualização do Plano de Descarbonização: Revisão integral do plano em 2026, alinhando o Tribunal às metas globais de Neutralidade Líquida (Net Zero). O Plano de Descarbonização como Instrumento de Gestão O Plano de Descarbonização do TRE-MS, estruturado sob o programa Justiça Carbono Zero, transcende a esfera administrativa para se tornar um instrumento de engenharia focado na mitigação de impactos severos. O desenvolvimento prioriza:
- Estratégias de Redução: Otimização da frota e do consumo energético predial.
- Circularidade: Gestão de resíduos para redução da carga poluidora institucional.
- Compostagem: Processo em andamento para que o procedimento seja inserido na contratação de gestão de resíduos sólidos com previsão para 2026
- Inovação em Compensação: Projetos de recuperação de áreas verdes para sequestro de carbono por fitomassa, visando a neutralização das emissões remanescentes, ou, ainda projeto para compra de crédito de carbono.

Este arcabouço técnico assegura que o TRE-MS atue em conformidade com as Resoluções CNJ nº 400/2021 e 594/2024, transformando indicadores em metas exequíveis e auditáveis. A implementação exitosa em 2026 consolidará a transição do Tribunal para uma economia de baixo carbono, fortalecendo sua posição de vanguarda no Poder Judiciário

ANÁLISE DE DESEMPENHO DOS INDICADORES

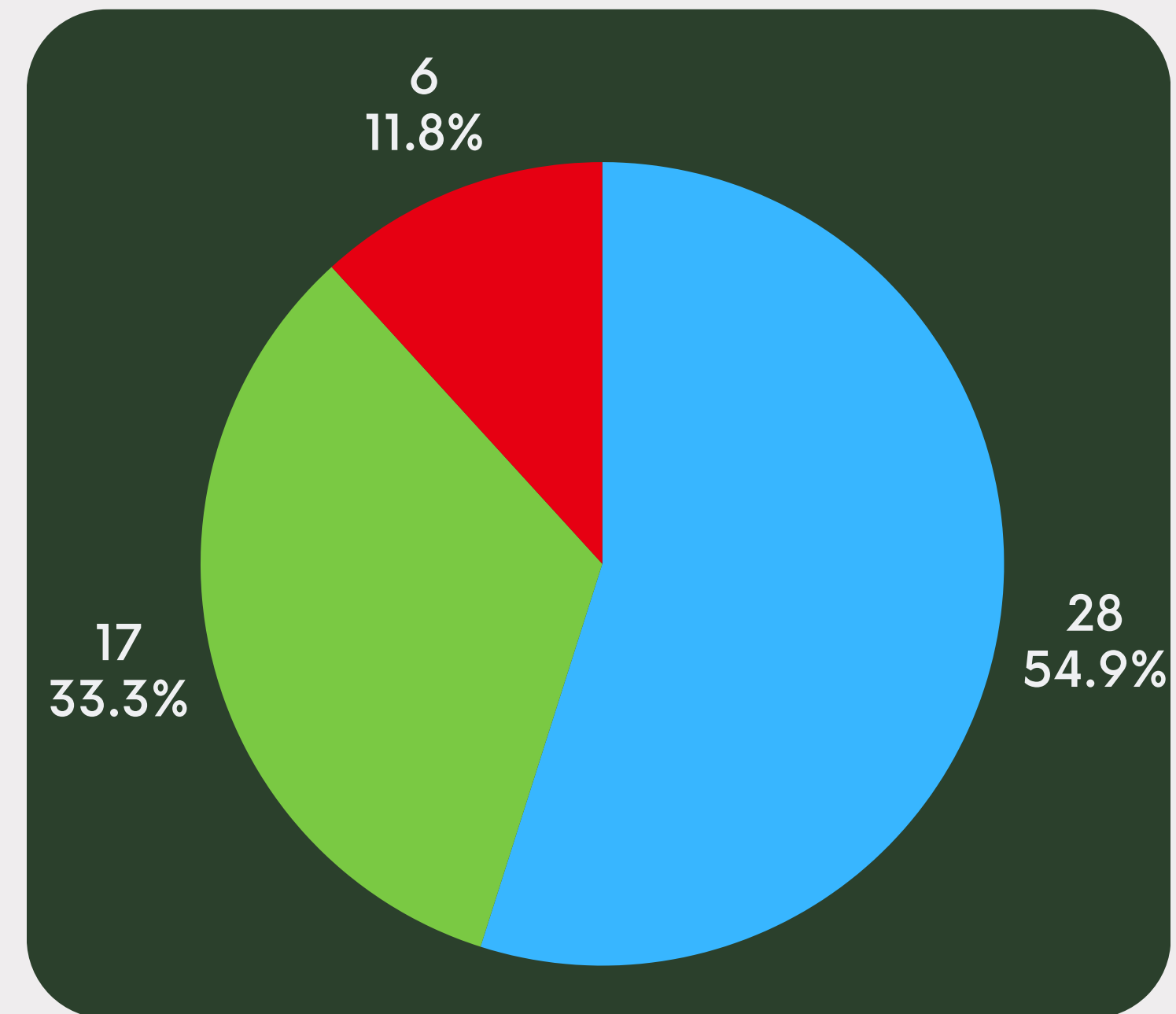
O Plano de Logística Sustentável (PLS) do TRE-MS revisou seus indicadores pela Resolução TRE-MS nº 847/2024.

A análise do desempenho dos indicadores é feita quadrimestralmente, mas o Núcleo Socioambiental acompanha a medição mês a mês e aciona a Comissão quando necessário.

Após análise dos 34 indicadores, obtivemos o seguinte desempenho em 2025, onde nenhum deixou de ser mensurado:

- 28 indicadores alcançaram a meta prevista (79,5%), dos quais 17 mantem resultados positivos desde o início do ciclo (2021).
- 6 indicadores não alcançaram a meta (20%).

Para 2026, o PLS passará por uma nova atualização para contemplar os requisitos da Resolução CNJ nº 641/2025, bem como haverá a estruturação de um novo Plano de Logística Sustentável (2027-2031). A evolução deste cenário impõe ao Tribunal o desafio de otimizar seus fluxos de trabalho, convertendo a adaptação normativa em um catalisador para a ecoeficiência. Tal medida viabilizará a convergência das ações locais com as métricas de sustentabilidade do Poder Judiciário, garantindo maior precisão na aferição de resultados e no alcance das metas globais.



- Indicadores que alcançaram a meta prevista de 2025.
- Indicadores que mantem resultados positivos desde o início do ciclo (2021).
- Indicadores que não alcançaram a meta de 2025.

- INDICADOR 1 - Índice de racionalização de consumo de papel
- INDICADOR 2 - Índice de racionalização de consumo de copos descartáveis
- INDICADOR 3 - Índice de racionalização de consumo de água envasada, embalagens descartáveis
- INDICADOR 4 - Índice de racionalização de gastos de serviços de outsourcing de impressão
- INDICADOR 5 - Índice de racionalização de equipamentos de impressão (locados e próprios)
- INDICADOR 6 - Índice de racionalização de consumo de energia elétrica
- INDICADOR 7 - Índice de racionalização de consumo de água
- INDICADOR 8 - Índice de destinação de resíduos sólidos
- INDICADOR 9 - Índice de destinação de pilhas e baterias
- INDICADOR 10 - Índice de destinação de suprimentos de impressão
- INDICADOR 11 - Índice de destinação de resíduos eletroeletrônicos
- INDICADOR 12 - Índice de destinação de lâmpadas
- INDICADOR 13 - Índice de destinação de Saúde
- INDICADOR 14 - Índice de destinação de resíduos obras ou reformas
- INDICADOR 15 - Índice de racionalização de gastos com construções
- INDICADOR 16 - Índice de racionalização de gastos com adequação de leiaute
- INDICADOR 17 - Índice de racionalização de gastos com serviços de limpeza

- INDICADOR 18 - Índice de racionalização de gastos com produtos de limpeza
- INDICADOR 19 - Índice de racionalização de gastos com serviços de vigilância
- INDICADOR 20 - Total de pessoas no contrato de vigilância
- INDICADOR 21 - Índice de racionalização de gastos com telefonia fixa por ramal
- INDICADOR 22 - Índice de racionalização de gastos com telefonia móvel
- INDICADOR 23 - Total de pessoas no contrato de condução de veículos
- INDICADOR 24 - Índice de racionalização de gastos com contrato de motoristas
- INDICADOR 25 - Índice de racionalização de gastos com manutenção de veículos
- INDICADOR 26 - Índice de racionalização de consumo de combustíveis
- INDICADOR 27 - Índice de racionalização de gastos com serviços gráficos
- INDICADOR 28 - Índice de compras sustentáveis
- INDICADOR 29 - Índice de participação nas ações de QVT
- INDICADOR 30 - Quantidade de ações realizadas de qualidade de vida no trabalho
- INDICADOR 31 - Índice de participação em ações de capacitação
- INDICADOR 32 - Índice de cumprimento das ações de capacitação e sensibilização em sustentabilidade
- INDICADOR 33 - Quantidade de ações de sensibilização em equidade e diversidade
- INDICADOR 34 - Emissão de Gases de Efeito Estufa

DAS AÇÕES

No que diz respeito às ações propostas para atingir os objetivos do PLS, tem-se o seguinte:



- 14 foram concluídas e são contínuas.



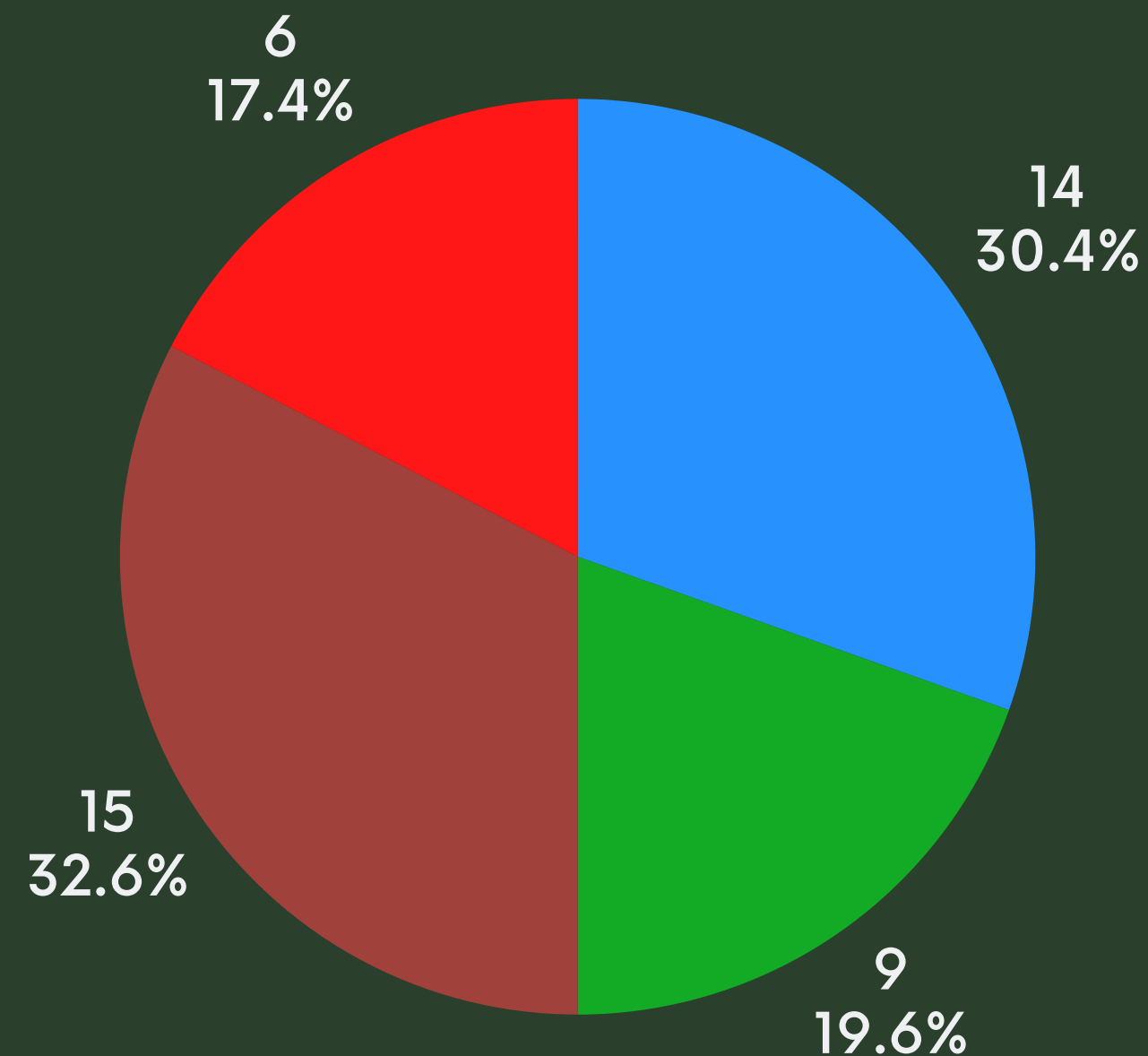
- 9 foram concluídas.



- 15 estão em andamento, sendo 5 com percentual de cumprimento abaixo de 50% e 10 com percentual de cumprimento acima de 50%.



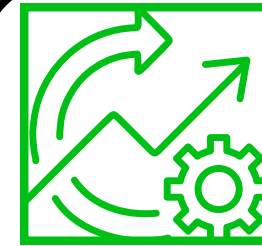
- 6 não foram executadas/implementadas ou foram descontinuadas.



01 — O que funcionou e devemos continuar?



- Ilhas de Impressão
- Treinamento de terceirizados
- Eliminação de copos de plástico descartável
- Não aquisição de água em embalagem retornável
- Painéis de BI com consumo personalizados
- Boletim Socioambiental
- Capacitação em Compras Sustentáveis
- PGRS e seu monitoramento constante
- Contratação para a elaboração de Inventário de Emissão de GEE e revisão do Plano de Descarbonização anuais



02 — O que devemos aprimorar?

- Capacitações em temas sustentáveis específicos, que atendam uma necessidade distinta a cada ano
- Ações de redução de consumo de água e energia
- Ações para economia de material gráfico



03 — O que devemos incluir?

- Estudos para averiguar possibilidade de diminuição de frota de carros (Plano de Gestão de Frotas Sustentável
- Estudos sobre Ciclo de Vida e sua aplicação junto aos indicadores melhorando a performance sustentável do Tribunal)

